A Natureza do Espaço

MILTON SANTOS

edusp

MILTON SANTOS

A Natureza do Espaço

Técnica e Tempo. Razão e Emoção

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Milton, 1926-2001
A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

Bibliografia.
ISBN 85-314-0713-3

1. Espaço e tempo 2. Geografia 3. Geografia - Filosofia
4. Geografia humana I. Título. II. Série.

02-3478 CDD -910.01

Índices para catálogo sistemático:
1. Espaço e tempo: Geografia: Teoria 910.01
2. Tempo e espaço: Geografia: Teoria 910.01

SUMÁRIO

Segunda Parte

A PRODUÇÃO DAS FORMAS-CONTEÚDO

Terceira Parte

POR UMA GEOGRAFIA DO PRESENTE

Quarta Parte

A FORÇA DO LUGAR

Prefácio

HISTÓRIA DE UM LIVRO

Este, como todos os livros, tem uma história: a história de uma pesquisa que durou muitos anos, a história da busca de urna forma para exprimir os resultados alcançados. A pesquisa deveu muito aos cursos, sobretudo de Pós-Graduação, que ministrei na Universidade de São Paulo (USP), ë que me obrigaram, cada ano, a enfrentar uma questão nova e a encontrar uma ordem para as respectivas exposições. A pesquisa muito deveu também, à organização, junto com Maria Adélia Aparecida de Souza, de diversas reuniões científicas nacionais e internacionais, assim como a estágios e visitas que pude empreender a diferentes países como a França, Espanha, Estados Unidos, Argentina, México, Venezuela, Cuba etc., ocasião preciosa para troca de informações e de ideias com colegas desses países. Ajudas materiais diversas proporcionadas em diversas ocasiões, por agências nacionais de fomento à pesquisa (CNPq, FAPESP, FINEP) constituíram, uma contribuição valiosa para a realização desta longa pesquisa.

O processo de redação também foi longo. A bem dizer, ele se inicia em janeiro de 1994, quando me beneficiei de uma bolsa pós-doutoral da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que me permitiu fazer um estágio nos Estados Unidos e na França, ocasião em que tive diante de mim a possibilidade de contar com largo tempo livre dedicado exclusivamente à busca de fórmulas para a redação, longe que estava das rotinas de minhas obrigações cotidianas no Brasil. Tal ocasião se repete durante o ano de 1995, quando pude permanecer, na França, entre fevereiro e agosto, beneficiado por um estágio-sênior, oferecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nesse último país, e em diversas oportunidades, em 1994,1995 e 1996, fui beneficiado pelo acolhimento de amigos como Jean-François Malecot e Hélène Lamicq, que várias vezes me emprestaram seu apartamento de Paris, na rue Nationale, e, com ele, uma bonita biblioteca de filosofia, economia e literatura, que me permitiu ampliar as minhas pesquisas mesmo em casa. Beneficiei -me, também, da hospitalidade da família Tiercelin, em sua propriedade de Roquepiquet, na Dordogne, onde as condições de calma e conforto necessárias estavam reunidas a um quadro natural inspirador: foi neste lugar, e junto com a família, que utilizava as férias universitárias para o trabalho de redação. Mas esse trabalho também se fez em São Paulo, nos fins de semana e nos momentos roubados, durante a semana, às pesadas tarefas diárias de um pesquisador e de um professor. O plano original da obra foi muitas vezes refeito durante esse processo, para atender a um ideal de coerência que espero haver atingido. As bibliotecas da

USP, do Instituto de Geografia da Universidade de Paris e da Maison dês Sciences de FHomme de Paris, entre outras, foram-me de grande ajuda.

Estes últimos meses foram gastos no difícil trabalho de organiza ção técnica e material do livro, tarefa extremamente pesada, na qual, todavia, fui muito ajudado por Ana Elisa Rodrigues Pereira. Em todos os momentos da produção deste livro, contei com o interesse e a dis cussão de meus colegas e alunos. É sempre difícil dizer nomes, já que nessas ocasiões não é raro que haja esquecimentos lamentáveis. Entre os colegas estão aqueles que vejo mais frequentemente, Maria Adélia Aparecida de Souza, Armen Mamigonian, Ana Fani Alessandri Carlos, em São Paulo; Ana Clara Torres Ribeiro, Lia Osório, Roberto Lobato Corrêa, Ruy Moreira, Leila C. Dias e Maurício Abreu, no de Janeiro (e para Maurício, também em Paris), entre os estudantes o diálogo foi mais frequente e frutífero com Maria Laura Silveira e Adriana Bernar-des (que também se incumbiram da preparação da bibliografia e dos índices, junto com Paula Borin), mas também com Mónica Arroyo, Lídia Lúcia Antongiovanni, Eliza Pinto de Almeida, Ricardo Castillo, Marcos António de Moraes Xavier, Fábio Betioli Contei.

Livros e artigos meus publicados antes haviam enfrentado alguns dos problemas de que trata este livro. Agora, não apenas novas questões se levantaram, como temas de nossa preocupação anterior aparecem mais documentados, sistematizados e aprofundados, como é o caso, por exemplo, da técnica, do tempo e do sistema de objetos e ações.

Na França, foram-me muito preciosos o apoio e as conversas, mantidas em diferentes oportunidades, com meu afetuoso amigo Bernard Kayser e também com Jacques Lévy, Remy Knafou, Jacqueline Beau-jeu-Garnier, Olivier Dollfus, Pierre George, além do permanente interesse demonstrado por Georges Benko, em cuja coleção de Geografia da Editora Harmattan, este livro deve, proximamente, ser publicado. Neste, como em tantos outros livros meus, editados pela Hucitec, foram-me valiosos o apoio e a amizade de Flávio George Aderaldo.

Minha mulher Marie-Hélène, como em outras oportunidades, foi rigorosa na crítica às minhas ideias e à sua formalização, trazendo-me, assim, uma ajuda insuperável. Meu filho Milton Santos Filho esteve presente em todas as etapas e à sua memória dedico, sentidamente, este livro.

MILTON SANTOS

Paris, Roquepiquet, São Paulo

Agosto de 1996

INTRODUÇÃO

Esta obra resulta de um velho projeto e envolve uma pesquisa começada há muitos anos. A tarefa se foi avolumando como também foi crescendo a nossa hesitação diante do que deveria realmente ser o seu conteúdo. O período técnico-científico da história humana, que balbuciava desde o fim da Segunda Guerra Mundial," ia pouco a pouco tomando mais corpo, mostrando aqui e ali seus aspectos centrais, mas permitindo apenas lentamente uma apropriação sistemática dos seus fundamentos. Com os anos 80, veio a grande aceleração. Então, a nossa timidez e as nossas hesitações cresceram ainda mais, atrasando a realização daquele sonho.

Quando Jean Brunhes publica, em 1914, o seu livro *A Geografia Humana*,, ele também se desculpa diante de seu público e do seu editor por um atraso de dez anos. Nossa culpa *é* dobrada, porque nosso projeto é ainda mais velho. Mas podemos, com ele, dizer que "o meu atraso deve-se ao escrúpulo e não à negligência".

A pesquisa em que se baseia esta obra, e de que resultaram outros trabalhos, atravessa, pois, quase um quarto de século, arrastando com ela as consequências conhecidas neste género de exercício. Quanto à interpretação da atualidade, sabemos, também, que, nestes tempos acelerados, o tropel dos eventos desmente verdades estabelecidas e desmancha o saber. Mas a moda avassaladora das citações frescas não pode eliminar os debates inspirados em ideias filosóficas cuja lição não é circunstancial. Talvez por isso mesmo, possamos escapar àquele medo de Maximilien Sorre, na introdução ao seu Tratado, quando temia que certas páginas de seu livro pudessem estar envelhecidas antes de impressas. Daí a ressalva: "aceitarei esta desgraça sem estar demasiadamente afetado, se o leitor lhe quiser solicitar sobretudo uma orientação e um método".

Nosso desejo explícito é a produção de um sistema de ideias que seja, ao mesmo tempo, um ponto de partida para a apresentação de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo da geografia. Esta disciplina sempre pretendeu construir-se como uma descrição da terra, de seus habitantes e das relações destes entre si e das obras resultantes, o que inclui toda ação humana sobre o planeta. Mas o que é uma boa descrição?

Descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação, que supõe a existência prévia de um sistema. Quando este faz falta, o que resulta em

cada vez são peças isoladas, distanciando-nos do ideal de coerência próprio a um dado ramo do saber e do objeto de pertinência indispensável.

Este livro resulta sobretudo de uma antiga insatisfação do autor diante de um certo número de questões. A primeira tem que ver com o próprio objeto do trabalho do geógrafo. A essa indagação, com frequência a resposta é buscada numa interminável discussão a respeito do que é geografia. Tal pergunta tem recebido respostas as mais disparatadas, raramente permitindo ir além de formulações tautológicas. Se não pelo que alguns geógrafos afirmam explicitamente, mas pelo que muitos praticam, a geografia é o que faz cada qual e assim há tantas geografias quanto geógrafos. Desse modo, à pergunta "o que é geografia", e a pretexto de liberdade, a resposta acaba por constituir um exercício de fuga. Discorrer, ainda que exaustivamente, sobre uma disciplina, não substitui o essencial, que é a discussão sobre seu objeto.

Na realidade, o *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário. Desse modo, a discussão é sobre o espaço e não sobre a geografia; e isto supõe o domínio do método. Falar em objeto sem falar em método pode ser apenas o anúncio de um problema, sem, todavia, enunciá-lo. É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo *de dentro, o* que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo.

Essa tarefa supõe o encontro de conceitos, tirados da realidade, fertilizados reciprocamente por sua associação obrigatória, e tornados capazes de utilização sobre a realidade em movimento. A isso também se pode chamar a busca de operacionalidade, um esforço constitucional e não adjetivo, fundado num exercício de análise da história.

Um outro tema de nossa insatisfação é a famosa união espaço-tem-po, mediante a consideração da inseparabilidade das duas categorias. A verdade, porém, é que, frequentemente, após a listagem de um ro-sário de intenções, o tempo aparece na prática separado do espaço, mesmo quando é o contrário que se afirma. A ideia de período e de periodização constituí um avanço na busca desta união espaço-tempo, e a proposta de Hàgerstrand, quando permite pensar na ordemjíriada pelo tempo, representa um marco considerável. Mas a questão constitucional continua sendo uma lacuna.

Temática central é também aquela representada pela expressão anglo-saxônica *place counts,* isto é, o lugar tem importância. Havíamos já sustentado esta tese em nosso livro de 1978, *Por uma Geografia Nova.* A literatura que vem depois revela, porém, que, na ausência de uma definição clara de espaço, mesmo a abundância de exemplos pode ter valor demonstrativo, mas não explicativo, do papel do lugar e do espaço no processo social, e isto talvez justifique a rapidez com a qual esta temática se esgotou.

Uma outra insatisfação nossa vem do tratamento dado pela geografia ao período atual. Como se estivesse demasiado prisioneira de uma moda, a geografia sucumbiu às fragilidades do enfoque da pós-moder-nidade, cuja versão mais popular é uma abordagem frequentemente adjetival e metafórica, longe, portanto, da possibilidade da produção de um sistema. Ora, é a partir do espírito de sistema que emergem os conceitos-chave que, por sua vez, constituem uma base para a construção, ao mesmo tempo, de um objeto e de uma disciplina.

Para Georges Gurvitch (1968,1971, p. 250), "não existe um paralelismo rigoroso entre as esferas do real e as ciências que o estudam". Partindo de uma outra ponta, ele, de algum modo, se aproxima de William James (1890, 1950), quando este se refere à realidade de tudo que é concebido. A noção de "subuniversos" de James encontra paralelo na ideia de "províncias limitadas de significado", de Schutz (1945,1987, p.128). Mas é melhor que tais domínios de estudo sejam, de fato, superfícies da vida social, ou como queria o geógrafo Sauer (1963, p. 316), secções da realidade.

O desafio está em separar da realidade total um campo particular, susceptível de mostrar-se autónomo e que, ao mesmo tempo, permaneça integrado nessa realidade total. E aqui enfrentamos um outro problema importante, e que é o seguinte: a definição de um objeto para uma disciplina e, por conseguinte, a própria delimitação e pertinência dessa disciplina passam pela metadisciplina e não o revés. Construir o objeto de uma disciplina e construir sua metadisciplina são operações simultâneas e conjugadas. O mundo é um só. Ele é visio através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas e o que para cada qual, deve garantir, como uma forma de controle, o critério da realidade total. Uma disciplina é uma parcela autónoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar ou de teorizar.

Todavia, transcender não é escapar. Para evitar essa transgressão, aqui a *demarche é* a oposta: no caso da transcendência, a regra da metadisciplina é a própria disciplina. A possibilidade de transcender sem transgredir depende estritamente de sabermos, e de sabermos muito bem, qual é *a* superfície do real de que estamos tratando ou, em outras palavras, qual é o objeto de nossa preocupação.

É toda a questão da pertinência que aí se instala. Para que o espaço possa aspirar a ser um ente analítico independente, dentro do conjunto das ciências sociais, é indispensável que conceitos e instrumentos de análise apareçam dotados de condições de coerência e de operacionalidade. Assim ao mesmo tempo demonstramos sua indispensabilidade e legitimamos o objeto de estudo.

Nas diversas disciplinas sociais são essas categorias analíticas e esses instrumentos de análise que constituem a centralidade do método. O que se torna residual é considerado como "dado" e, desse modo,

expulso do sistema central. Cada vez que um geógrafo decide traba lhar sem se preocupar previamente com o seu objeto, é como se para ele tudo fossem "dados", e se entrega a um exercício cego sem uma explicitação dos procedimentos adotados, sem regras de consistência, adequação e pertinência. Tal comportamento é muito frequente e le vanta a questão da necessidade de construção metódica de um campo coerente de conhecimento, isto é, dotado de coerência interna e exter na. Externamente tal coerência se apura em relação a outros saberes, mediante a possibilidade de o campo respectivo mostrar -se distinto e ser, ao mesmo tempo, completado e complemento, no processo comum de conhecimento do real total. A coerência interna *é* obtida através da separação de categorias analíticas que, por um lado, dêem conta da respectiva superfície do real, própria a tal fração do saber e, por outro lado, permitam a produção de instrumentos de análise, retirados do processo histórico. Os conceitos assim destacados devem, por definição, ser internos ao objeto correspondente, isto é, ao espaço, e ao mesmo tempo constitutivos e operacionais.

Como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Através desta ambição de sistematizar, imaginamos poder construir um quadro analítico unitário que permita ultrapassar am biguidades e tautologias. Desse modo estaremos em con dições de formular problemas e ao mesmo tempo de ver aparecer conceitos, conforme a observação de G. Canguilhem (1955). Nossa secreta am bição, a exemplo de Bruno Latour, no seu livro *Aramis ou 1'amour dês techniques* (1992), é que esses conceitos, noções e instrumentos de análise apareçam como verdadeiros atores de um romance, vistos em sua própria história conjunta. Não será a ciência, tal como propôs Neil Postman (1992, p. 154) "uma forma de contar histórias"? Nesse processo, levados pelo investigador, al guns atores tomam a frente da cena, enquanto outros assumem posições secundárias ou são jogados para fora. O método em ciências sociais acaba por ser a produção de um "dispositivo artificial" onde os atores são o que Schutz (1945, 1987, p. 157-158) chama de marionetes ou homúnculos. Quem afinal lhes dá vida é o autor, daí esse nome de homúnculos, e sua presença no enredo se subordina a verdadeiras modelizações qualitativas, daí porque são marionetes. Mas o texto deve prever a possibilidade de tais bonecos surpreenderem os ventríloquos e alcançarem alguma vida, produzindo uma história inesperada: é assim que fica assegurada a conformidade com a história concreta.

No caso vertente, o que se busca é uma caracterização precisa e simples do espaço geográfico, liberta do risco das analogias e das metáforas. Como lembra Dominique Lê Court (1974, p.79) "as metáforas e as analogias devem ser analisadas e referidas ao seu terreno de origem". O brilho literário as comparações nem sempre é sinônimo de enriquecimento conceitual.

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas cate gorias analíticas internas. Entre elas, estão *a* paisagem, a

configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnoesfera e uma psicoesfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local.

O estudo dinâmico das categorias internas acima enumeradas supõe o reconhecimento de alguns processos básicos, originariamente externos ao espaço: a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia.

A coerência interna da construção teórica depende do grau de re-presentatividade dos elementos analíticos ante o objeto estudado. Em outras palavras, as categorias de análise, formando sistema, devem esposar o conteúdo existencial, isto é, devem refletir a própria ontologia do espaço, a partir de estruturas internas a ele. A coerência externa se dá por intermédio das estruturas exteriores consideradas abrangentes e que definem a sociedade e o planeta, tomados como noções cornfins a toda a História e a todas as disciplinas sociais e sem as quais o entendimento das categorias analíticas internas seria impossível.

A centralidade da técnica reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambiguidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenómeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo.

A partir de tais premissas, este livro deseja ser uma contribuição geográfica à produção de uma teoria social crítica, e em sua construção privilegiamos quatro momentos. No primeiro, tentamos trabalhar com as noções fundadoras do ser do espaço, susceptíveis de ajudar a encontrar sua buscada ontologia: a técnica, o tempo, a intencionalidade, materializados nos objetos e ações. No segundo momento, retomamos a questão ontológica, considerando o espaço como forma-conteúdo. No terceiro momento, as noções acima estabelecidas são revisitadas à luz do presente histórico, para apreendermos a constituição atual do espaço e surpreendermos a emergência de conceitos, cujo sistema é aberto, e cuja dialética, nas condições atuais do mundo, repousa na forma hegemónica e

nas demais formas de racionalidade. No quarto momento, o reconhecimento de racionalidades concorrentes, em face da racionalidade dominante, revela as novas perspectivas da^método e de ação, autorizando mudanças de perspectiva quanto à evolução espacial e social e aconselhando mudanças na epistemologia da geo grafia e das ciências sociais como um todo.

Esses quatro momentos darão as quatro grandes divisões do livro, cuja arquitetura prevê quinze capítulos.

A primeira parte, intitulada "Uma Ontologia do Espaço: Noções Fundadoras", trata da natureza e do papel das técnicas (capítulo 1) e do movimento da produção e da vida, através dos objetos e das ações (capítulo 2). As técnicas, funcionando como sistemas que marcam as diversas épocas, são examinadas através de sua própria história e vistas não apenas no seu aspecto material, mas também nos seus aspectos imateriais. É assim que a noção de técnica permite empiricizar o tempo e se encontra com a noção de meio geográfico. A ideia de técnica como algo onde o "humano" e o "não-humano" são inseparáveis, é central. Sem isso, seria impossível pretender superar dicotomias tão tenazes na geografia e nas ciências sociais, quanto as que opõem o natural e o cultural, o objetivo e o subjetivo, o global e o local etc. Já no segundo capítulo, consideramos o movimento da produção e da vida derredor de objetos e de ações, e aí também a técnica tem um papel central. Objetos naturais e objetos fabricados pelo homem podem ser anali sados conforme o seu respectivo conteúdo, ou, em outras palavras, conforme sua condição técnica, e o mesmo pode ser dito das ações, que se distinguem segundo os diversos graus de intencionalidade e racionalidade.

A segunda parte do livro retoma a questão da ontologia do espaço. Aqui o que passa à frente da cena já não são as noções fundadoras, mas o resultado historicamente obtido. O espaço será visto em sua própria existência, como uma forma-conteúdo, isto é, como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a consideramos separadamente do conteúdo e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou. Partindo da já mencionada inseparabilidade dos objetos e das ações, a noção de intencionalidade é fundamental para entender o processo pelo qual ação e objetos se confundem, através do movimento permanente de dissolução e de recriação do sentido. A produção e reprodução desse híbrido, que é o espaço, com a sucessão interminável de formas-conteúdo, é o traço dinâmico central da sua ontologia e constitui o capítulo 3. A categoria de totalidade é como uma chave para o entendimento desse movimento (capítulo 4), já que a consideramos como existindo dentro de um processo permanente de totalização que é, ao mesmo tempo, um processo de unificação e de fragmentação e individuação. É assim que os lugares se criam, e se recriam e renovam, a cada movimento da sociedade. O motor desse movimento é a divisão do trabalho (capítulo 5), encarregada a cada cisão da totalidade de transportar aos lugares um novo conteúdo, mil novo significado e um novo sentido. São os eventos (capítulo 6), que constituem os vetores dessa metamorfose, unindo

objetos e.-ações. Não se trata de um tempo sem nome, mas de um tempo empiricizado, concreto, dado exatamente através desse portador de um acontecer histórico, que é o evento. Desse modo, a tão buscada união entre espaço e tempo, aparece mais próxima de ser tratada de forma sistemática em geografia.

A terceira parte do livro pretende oferecer uma discussão sobre o tempo presente e as condições atuais de realização e de transformação do espaço. Enfrentar esta questão supõe, desde o primeiro momento, o conhecimento do que constitui o sistema técnico atual (capítulo 7), e de como, a partir das condições da técnica atual, - uma técnica in-formacional - se estabeleceram as condições materiais e políticas que autorizaram a produção de uma inteligência planetária (capítulo 8). Esses dados dinâmicos da história contemporânea permitem retomar uma das discussões centrais do livro, isto é, a questão dos objetos e das ações como hoje se verificam, acrescentando o papel das normas (capítulo 9). São esses mesmos dados que levam à caracterização do meio geográfico atual como um meio técnico-científico-informacional (capítulo 10). A realidade das redes, produto da condição contemporânea das técnicas, e os problemas e ambiguidades que suscita, constituem o capítulo 11. É a partir, sobretudo, do funcionamento das redes, que podemos falar de verticalidades, esse "espaço" de fluxos formado por pontos, dotado de um papel regulador em todas as escalas geográficas, enquanto se renovam ou se recriam horizontalidades, isto é, os espaços da contiguidade (capítulo 12). *A* noção de racionalidade do espaço (capítulo 13) também emerge das condições do mundo contemporâneo, mostrando como a marcha do capitalismo, além de ensejar a difusão da racionalidade hegemónica nos diversos aspectos da vida econômica, social, política e cultural, conduz, igualmente, a que tal racionalidade se instale na própria constituição do território.

A quarta parte do livro não foi concebida como uma conclusão. Mas como ela cuida de perspectivas, pode parecer uma. Essa parte do livro trata do que estamos chamando aqui de força do lugar. O capítulo 14 busca mostrar as relações entre o lugar e o cotidiano, revelando os usos contrastados do mesmo espaço segundo as diversas perspectivas que se abrem aos diferentes atores. Esse capítulo aponta na direção de uma ruptura epistemológica, já que se surpreendem evidências da efetividade de contra-racionalidades e de racionalidades paralelas, que se levantam como realidades ante a racionalidade hegemónica, e apontam caminhos novos e insuspeitados ao pensamento e à ação. A mesma ideia inspira o capítulo 15, intitulado "Ordem Universal, Ordem Local". A ordem universal frequentemente apresentada como irresistível é, todavia, defrontada e afrontada, na prática, por uma ordem local, que é sede de um sentido e aponta um destino.

UMA ONTOLOGIA DO ESPAÇO: NOÇÕES FUNDADORAS

I

AS TÉCNICAS, O TEMPO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO

INTRODUÇÃO

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios ins trumentais e sociais, com os quais o homem rea liza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada.

A NEGLIGÊNCIA COM AS TÉCNICAS

Um inventário dos estudos empreendidos sobre a técnica deixa ver que esse fenómeno é frequentemente analisado como se a técnica não fosse parte do território, um elemento de sua constituição e da sua transformação. Alguns exemplos o mostram. Concluindo o seu livro de 1985, D. Mackenzie &c J. Wajcman referem-se a diversas preocupações dos estudos sobre tec nologia, mas o espaço não é mencionado nem mesmo em um lugar secundário, como os capítulos "outros temas".

Adam Schaff (1990, 1992) se refere às consequências sociais da revolução técnico-científica, alinhando quatro tipos de mudanças: económicas, políticas, culturais e sociais. Mas não dá um lugar específico às mudanças geográficas. Certamente, porém, ele não é o primeiro pensador de grande fôlego a desconsiderar o espaço como urna categoria autónoma do pensar histórico. Para Pinch *&C* Bijker (1987), reconhecidos historiadores da tecnologia, a literatura dos respectivos estudos estaria

dividida em três partes: 1) Estudos sobre as inovações; 2) História da Tecnologia; 3) Sociologia da Tecnologia. Outra vez silêncio sobre o espaço.

Mesmo na obra de Barre & Papon (1993), dedicada à economia e à política da ciência e da tecnologia, um compêndio em que o território ganha uma enorme dimensão, o tratamento da questão da ciência e da tecnologia é, até certo ponto, externo ao espaço, com o qual não aparecem integradas. Um dos seus capítulos, intitulado "A Geografia da Ciência e da Tecnologia" (pp. 52-98), ocupa-se da distribuição espacial de cientistas e de tecnólogos nas diversas áreas e países do mundo, mas fica em aberto a questão propriamente geográfica da ciência e da tecnologia, como conteúdo do espaço. Denis-Clair Lambert (1979, pp. 64-76), com sua noção de "potências científicas" já havia utilizado a expressão "espaço científico" para significar a densidade ou não da presença de pesquisadores e atividades de pesquisa e produção científica em diversos países. Tal ideia de espaço é metafórica, ante a realidade constitucional do território e ao seu conteúdo em técnica, capaz de identificá-lo e distingui-lo.

Historiadores da ciência e especialistas da técnica, como é o caso de B. Joerges (1988, p. 16), lamentam o fato de que nos estudos históricos a realidade dos sistemas técnicos apareça como um dado entre aspas, faltando a conceptualização. Esse mesmo autor critica, também, a posição dos economistas, quando estes frequentemente falam de empresas, mas não fazem referência aos objetos com que elas trabalham. Tal crítica, aliás, é mais ampla, incluindo sociólogos ï cientistas políticos, apontados por não levarem em conta coisas tais como barragens, condutos, geradores, reatores, transformadores, como se não fosse necessário reconhecer que a tecnologia embutida nos objetos constitui matéria central da análise sociológica. Para Joerges, não basta que a tecnologia seja considerada apenas por analogia com outros fenómenos sociais.

Essa crítica, aliás, não é recente. M. Mauss, um dos principais seguidores de Durkheim, lembrava, num dos seus textos da revista *UHomme Sociologique*, que a sociologia de Durkheim não havia atribuído a importância devida ao fenómeno técnico. Essa crítica é compartida por Armand Cuvillier (1973, p. 189), ao se referir a três grupos de estudiosos que "tomaram consciência" da importância da técnica: *a)* pré-historiadores e arqueólogos; *b)* etnógrafos (que escrevem a história dos povos "sem história") e *c)* tecnólogos propriamente ditos. Mauss (1947, p. 19), aliás, havia proposto a criação de um saber - a *Tecnomorfologia* - que se ocuparia do conjunto das relações entre as técnicas e o solo e entre o solo e as técnicas, dizendo que "em função das técnicas é que observaremos a base geográfica da vida social: o mar, a montanha, o rio, a laguna".

Se esse conselho houvesse sido aceito, críticas posteriores, tanto à arqueologia, quanto à geografia, teriam sido evitadas. Olivier Buch-senschultz (1987) lamenta que os arqueólogos raramente se preocupem com os problemas tecnológicos, isto é, com os processos técnicos dos "traços materiais deixados pelas

sociedades humanas", não abordando de frente essas questões. No mesmo diapasão, François Sigaud (1981), embora alinhando algumas exceções, também se interroga sobre a razão pela qual "os geógrafos evitam tão sistematicamente o estudo das técnicas que estão no centro das relações sociedade-meio"[1]. Esse mesmo desapreço é também apontado em relação à economia espacial por Begag, Claisse ôc Moreau (1990, p. 187), ao escreverem que "a economia espacial permanece frequentemente muda a propósito das questões relacionadas com o desenvolvimento da tecnologia das comunicações à distância".

Mas, no seu projeto de pesquisa sobre a "arqueologia industrial", B. Gille (1981, pp. 22-23) traça um inventário de setores a estudar e entre os grupos de problemas propostos, junto à exploração da natureza, à transformação dos pró.! Jtos e aos objetos da vida corrente, ele inclui a organizaçã o do terr cório ("*aménagement du territoire").* Nesse item, encontram-se as rodovias, estradas de ferro, canais, pontes, túneis, eclusas e edifícios anexos, portos, linhas de eletricidade, condutos de gaz, *pipe-lines* e estocagem de combustíveis líquidos, assim como as construções e urbanismos e, também, a evolução da paisagem. Não é de estranhar, pois, que em sua grande *História das Técnicas* (B. Gille, 1978), publicada na *Encyclopédie de Ia Plêiade* (Paris), haja um capítulo sobre "A Geografia e as Técnicas" confiado a André Fel.

As técnicas têm sido, com frequência, consideradas em artigos e livros de geógrafos, sobretudo em estudos empíricos de casos. Mas é raro que um esforço de generalização participe do processo de produção de uma teoria e de um método geográficos. As estradas de ferro, e depois as rodovias, chamaram a atenção de historiadores e de geógrafos. Tanto Vidal de La Blache, como Lucien Febvre, tiraram partido da noção de progresso técnico na elaboração de suas sínteses. Daí porque eles podem ser considerados entre os pioneiros da produção de uma geografia vinculada às técnicas. Esse também é o caso de Albert Demangeon, quando se interessa pelo comércio internacional.

A preocupação com a técnica aparece mais explícita em livros como o de Philip Wagner (1960), onde este geógrafo anglo-saxão declara que "nem a ecologia humana, nem a geografia regional, podem progredir muito sem que se dê a devida atenção ao papel peculiar do meio artificial na biologia do homem e no esquema da natureza". S. H. Beaver (1961) trabalhou a relação entre geografia e tecnologia.

---

[1]. "[...] *parece-me que é nas disciplinas mais próximas, logicamente, da tecnologia que a recusa desta é mais forte.* O exemplo mais típico é talvez o da Geografia. Por que os geógrafos se interessam por quase tudo, menos pelas técnicas?, tenho-me perguntado há vários anos (1981, 4, p. 291-293). Há, decerto, exceções, sobretudo entre os geógrafos da escola antiga (Roger Dion, Jules Sion, M. Sorre, Pierre Deffontaines etc.). Mas eles são exceções, e é estranho ver com que tenacidade a maioria dos geógrafos procura explicações em todas as direções, salvo nas atividades técnicas, que têm no entanto as relações mais diretas com os fatos que lhes interessam" (François Sigaud, 1991, pp. 67-79 e p. 70).

Quando J. F. Kolars & J. D. Nysten (1974, p. 113) referem-se à forma como a sociedade opera no espaço geográfico, através dos sistemas de transporte e comunicação, fazem-no de um ponto de vista do planejamento, mostrando os problemas eventuais ligados ao movimento das coisas e das ideias[2].

O tema da relação entre a técnica e o espaço é também objeto do interesse de geógrafos como Pierre George. Sua preocupação é exposta em *A Técnica: Construções ou Destruições* (Pierre George, 1974, p. 13), onde lembra que "a influência da técnica sobre o espaço se exerce de duas maneiras e em duas escalas diferentes: a ocupação do solo pelas infra-estruturas das técnicas modernas (fábricas, minas, *carrières*, espaços reservados à circulação) e, de outro lado, as transformações generalizadas impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e de existência".

Tomando um aspecto concreto da análise geográfica, Pierre George (1974, p. 82) distingue a cidade atual da cidade anterior, lembrando que esta, na metade do século XIX, seria um *produto cultural.* Hoje, a cidade "está a caminho de se tornar muito rapidamente, no mundo inteiro, um *produto técnico". E* acrescenta: "a cultura era nacional ou regional, a técnica é universal".

Um outro geógrafo que se deteve longamente sobre a questão da técnica foi Pierre Gourou (1973), para quem "o homem, esse fazedor de paisagens, somente existe porque ele é membro de um grupo que em si mesmo é um tecido de técnicas". Os fatos humanos do espaço teriam de ser examinados em função de um conjunto de técnicas. Ele divide as técnicas em dois grandes grupos: técnicas da produção e técnicas de enquadramento[3].

Para Gourou, o nível da civilização seria medido pelo próprio nível das técnicas[4], conceito criticado, entre outros, por M. Bruneau (1989), P.-J. Roca e sobretudo D. Dory (1989), que o consideram como uma

---

[2]. "A sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transporte. À medida que o tempo passa, a sociedade atinge níveis cada vez maiores de complexidade pelo uso das hierarquias e pelo manejo especial dos materiais e das mensagens. Segue-se que a propriedade desses sistemas é importante na condução de todas as nossas atividades. Quaisquer limitações ao movimento das coisas e dos pensamentos através dessas hierarquias converte-se, por sua vez, em coações exercidas sobre o funcionamento da sociedade. As limitações podem ser físicas, institucionais e culturais, ou psicológicas. À medida que mudam a tecnologia e as aspirações humanas, tornando possíveis novas conexões e às vezes fechando todas as velhas rotas, a coação no interior dos sistemas também muda" (John F. Kolars 8c John D. Nysten, 1974, p. 113).

[3]. "Sem um recurso às técnicas de enquadramento, a explicação geográfica se exaure em impasses. As técnicas são estudadas por diversas disciplinas, às quais cumpre pedir justificações impostas pelo exame das paisagens. As técnicas de enquadramento nos interessam por sua eficácia no modelamento e na transformação das paisagens. O interesse não é demonstrar as molas da organização familiar, ou o mecanismo da escolha das autoridades políticas, mas precisar o grau de eficácia dessas técnicas: agressividade paisagista, controle de largos espaços durante longo tempo, isto é, controle de um grande número de homens sobre uma grande extensão e durante longo tempo. É a eficácia paisagista que permite medir o valor explicativo das técnicas de enquadramento; um critério da mesma ordem será aplicado às técnicas de produção, consideradas segundo a sua potência de ação sobre as paisagens" (P. Gourou, 1973, p. 17).
"Sendo uma civilização uma combinação de técnicas de produção e de enquadramento, uma escalados níveis de eficácia deve levar em consideração essas duas ordens técnicas" (P. Gourou, 1973).

[4]. "[...] Em todos os casos, trata-se efetivamente de analisar, de localizar, de explicar, de responder a uma pergunta que é sempre a mesma: Como os fatos humanos do espaço estudado se justificam? E, sobretudo, por que conjunto de técnicas de produção (técnicas de exploração da natureza, técnicas de subsistência, técnicas da matéria) e de enquadramento (técnicas das relações entre os homens, técnicas de organização do espaço): a existência do mais pequeno grupo exige regras do jogo, técnicas de enquadramento. Essa soma de ligações e de técnicas é a civilização. Em suma, todo grupo humano é sustentado por técnicas que fazem de seus membros seres 'civilizados'. E não existem 'selvagens'" (P. Gourou, 1973, p. 10).

apreciação quantitativa *a priori* das civilizações, colocando alguns povos no topo e outros embaixo de uma pirâmide cultural inigualitária, e faltando clareza quanto ao papel das dinâmicas sociais e políticas combinadas.

Gourou introduz, também, a noção de "eficácia paisagística" (1973, p. 17, pp. 30-31)[5]. Como paisagem e espaço não são sinónimos, pode-se todavia perguntar em qual dos dois reside a eficácia.

Cabe, também, uma referência particular à obra de Maximilien Sorre, o primeiro geógrafo a propor, com detalhe, a consideração do fenómeno técnico, em toda sua amplitude. A sua noção de técnica é abrangente. Para ele, "essa palavra 'técnica' deve ser considerada no seu sentido mais largo, e não no seu sentido estreito, limitado a aplicações mecânicas". Para Sorre, a noção de técnica "estende-se a tudo o que pertence à indústria e à arte, em todos os domínios da atividade humana" (Sorre, 1948, p. 5)[6]. A ideia da técnica como sistema já lhe era presente, e da mesma forma, a noção de seu autocrescimento e rápida difusão (1948, pp. 11-12). Ele estava convencido de que o entendimento da relação entre mudança técnica e mudança geográfica era fundamental, sugerindo, então, que os estudos geográficos levassem em conta, simultaneamente, as técnicas da vida social, as técnicas da energia, as técnicas da conquista do espaço e da vida de relações e as técnicas da produção e da transformação das matérias-primas (Sorre, 1948, pp. 6-7). Mas Sorre foi pouco seguido pêlos seus colegas geógrafos, mesmo se as suas ideias foram objeto de urna larga aceitação em outras disciplinas. Segundo A. Buttimer (1986, pp. 66-67), "os geógrafos franceses deram pouca atenção a Sorre: tenderam a vê-lo mais como um geógrafo ortodoxo, verborrágico e talvez inclinado a confundir ciência com filosofia".

O interesse pela técnica também preocupa o geógrafo André Fel. No já mencionado artigo que escreveu sobre a geografia e as técnicas, A. Fel (1978, pp. 1062-1110) traça um inventário das múltiplas relações entre a técnica e o fato geográfico, lembrando que "se os objetos técnicos se instalam na superfície da terra, fazem-no para responder a necessidades materiais fundamentais dos homens: alimentar-se, residir, deslocar-se, rodear-se de objetos úteis". Mas ele reconhece a ausência de uma verdadeira ciência geográfica das técnicas, claramente definida em seus objetos e em seus métodos (p. 1062). Por isso ele sugere a criação de uma disciplina que se poderia chamar de *geotécnica*, incumbida dessa tarefa[7].

---

[5]. "A civilização moderna tem um enorme poder de ação paisagista; ela dispõe de técnicas de exploração muito eficazes (limitadas contudo pelas exigências dos homens e pelas condições de funcionamento das máquinas) e de técnicas de enquadramento irresistíveis (transporte, telefone, rádio, televisão, publicidade comercial e propaganda política) que podem controlar vastos espaços, numerosas populações, cidades enormes" (P. Gourou, 1973, pp. 30-31).

[6]. "[...] Dou a essa palavra, *técnica, o* seu sentido mais amplo, e não seu sentido estreito, limitado a aplicações mecânicas. Ela se estende a tudo o que pertence à indústria e à arte humanas, em todos os domínios da atividade da espécie" (M. Sorre, "Introduction" ao tomo II, 1." Parte, *Lês fondements techniques,* 1948, p. 5).

[7]. "Toda paisagem habitada pêlos homens traz a marca de suas técnicas [...]. Essas paisagens 'nos fazem perguntas' (P. Gourou). Num belo livro, *Pour une géographie humaine,* esse geógrafo nos mostra quão vasto e apaixonante é o campo que assim se abre à nossa curiosidade. Porque a paisagem não é senão um ponto de partida. Se os objetos técnicos ocupam a superfície da Terra, é para atender às necessidades materiais fundamentais dos homens: alimentar-se, alojar-se, deslocar-se, cercar-se de objetos úteis. A análise geográfica ocupa um lugar em qualquer investigação sobre as civilizações.

A atual revolução técnica, que dá um lugar proeminente à informação, não tem deixado indiferentes os geógrafos. É o caso, por exemplo, de G. Tornqvist (1968, 1970, 1973, 1990), como de H. Bakis (1984, 1985, 1987, 1990) e de Susane Pare (1982), cujo livro *Informatique et Géographie,* traz um inventário adequado do aparelho informático francês, segundo regiões e cidades, mas, onde se poderia, talvez, obje-tar a ausência de um estudo *de dentro* do espaço, não apenas externo a essa realidade social e que permitisse uma interpretação da forma como as novas presenças técnicas vêm agindo e transformando o território. Isso implicaria ir além da pura informática e obrigaria a ver o conjunto de técnicas, presentes e passadas na conformação do território, através de um processo de desenvolvimento desigual e combinado. Cabe marcar a distinção entre as técnicas particulares examinadas na sua singularidade, e a técnica, isto é, o fenómeno técnico, visto como uma totalidade[8].

Quando geógrafos escrevem que a sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transportes, eles estão certos, mas a relação, que se deve buscar, entre o espaço e o fenómeno técnico, é abrangente de todas as manifestações da técnica, incluídas as técnicas da própria ação. Não se trata, pois, de apenas considerar as chamadas técnicas da produção, ou como outros preferem, as "técnicas industriais", isto é, a técnica específica, vista como um meio de realizar este ou aquele resultado específico. Uma visão assim pode levar a noções como a de espaço agrícola, espaço industrial (Y. Cohen, 1994, p. 95), ou espaço económico. Só o fenómeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico. Um esforço considerável nessa direção foi recentemente feito por um geógrafo espanhol, Joan-Eugeni Sánchez no livro *Espado, Economia y Sociedad* (1991), sobretudo no capítulo 14, "El Espacio y Ia Innovación Tecnológica" (p. 263-319) e por um geógrafo brasileiro, Ruy Moreira (1995).

Para P.-J. Roca (1989, p. 119), o discurso dos geógrafos sobre a técnica, tem-se dado segundo três enfoques principais, constituindo, ao seu ver, três esquemas bastante distintos. Esses esquemas são os seguintes (Roca, p. 120): um primeiro esquema em torno do conceito de género de vida de Vidal de La Blache, em que, no dizer de André Fel, as técnicas, as sociedades que as utilizam e o meio geográfico que as acolhe, formam um conjunto coerente. Um segundo esquema, é também mencionado por Roca,

---

"No entanto, deve-se constatar que uma verdadeira ciência geográfica das técnicas - uma geotécnica? - claramente definida em seu objeto e em seus métodos está longe de se ter constituído. Não por falta de pesquisas e de reflexões. Para citar apenas alguns geógrafos franceses, dos grandes clássicos aos mais jovens, P. Vidal de La Blache, M. Sorre, A. De-mangeon, J. Gottman, P. Gourou, P. George, J. Labasse etc. enriqueceram sucessivamente um domínio de estudos que insiste em permanecer impreciso. Aqui, eles foram limitados e nós também, por um obstáculo independente dos pesquisadores. O próprio progresso técnico transforma a geografia. 'O mundo inteiro está envolvido numa sucessão de revoluções' (P. George)" (André Fel, 1978, pp. 1062-1110).

[8]. No livro organizado por Pierre Musso (1994), a sua introdução sobre "Inovações Técnicas e Espaço", p. S, constitui, mais uma vez, diante de novas técnicas, um esforço para entender o espaço a partir de um enfoque que isola essas novas técnicas daquelas preexistentes, com abstração, portanto, do espaço que todas elas, juntas, conformam. Esse método pode ser útil do ponto de vista dos utilizadores potenciais dessas novas técnicas ou como estratégia de vendas. Mas é insuficiente para tratar a noção de espaço geográfico, espaço banal. Tal enfoque, já utilizado aliás no passado, a propósito das estradas de ferro e, depois, das estradas de rodagem, constitui uma redução, deixando-nos mais longe ainda da construção adequada de uma epistemologia da geografia que leve em conta o papel do fenómeno técnico na construção do espaço banal.

atribuindo-o a R. Cresswell, no qual o ponto forte é o estudo das técnicas a partir dos instrumentos de trabalho. Para Cresswell, a técnica seria definida como "toda uma série de ações que compreendem um agente, uma matéria e um instrumento de trabalho ou meio de ação sobre a matéria, e cuja interação permite a fabricação de um objeto ou de um produto. Um terceiro esquema, diz ainda Roca (p. 120), põe em relação três entidades: a sociedade, as técnicas e o meio, assim com suas inter-relações. Mas esse esquema, segundo o seu autor, oferece o risco de ver os geógrafos, pelo fato da carência de comando dos métodos específicos[9], concentrarem seus esforços apenas sobre as relações homem/meio ou sociedade/entorno.

A TÉCNICA, ELA PRÓPRIA, É UM MEIO

Como trabalhar a questão da técnica de modo a que sirva como base para uma explicação geográfica? Cremos que um primeiro enfoque é considerar a própria técnica como um meio. Essa, aliás, foi, em diversos livros, uma das propostas principais de Jacques Ellul, para quem a ordem criada pela técnica inclui o homem em um verdadeiro novo meio natural[10]. G. Bóhnee propõe a noção de Tecnoestrutura, que seria o resultado das interrelações essenciais do sistema de objetos técnicos com as estruturas sociais e as estruturas ecológicas, ideia que servirá, no dizer de B. Joerges (1988, p. 17) para exorcizar as ambiguidades do conceito de técnica e de tecnologia nas ciências sociais.

A noção de objeto técnico será central nesse e noutros enfoques. J.-P. Seris (1994, p. 24) se pergunta se todo objeto artificial constitui um objeto técnico. Ele também se pergunta se um grão de trigo ou um exemplar de um jornal podem ser considerados objetos técnicos. A verdade, porém, é que, para os fins de nossa análise, mesmo os objetos naturais poderiam ser incluídos entre os objetos técnicos, se é considerado o critério do uso possível. Se é válida a proposta de Seris (1994, p. 22): "será objeto técnico todo objeto susceptível de funcionar, como meio ou como resultado, entre os requisitos de uma atividade técnica". Esses objetos técnicos estariam sujeitos (Seris, 1994, p. 35), a um processo similar ao da seleção darwiniana. Sua adoção pelas sociedades seria função de uma avaliação dos valores técnicos, em relação com o êxito ou o fracasso prováveis.

A eficácia do objeto técnico foi bem analisada por M. Akhrich (1987, p. 51), para quem o objeto técnico vive num "pisca-pisca" incessante entre o "interior" e o "exterior". Mas em nenhum caso a difusão dos objetos técnicos se dá uniformemente ou de modo homogéneo. Essa heterogeneidade vem da maneira como eles se inserem desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço.

---

[9]. "Como foi sugerido na introdução, é evidente que, se os geógrafos trataram com frequência das técnicas, eles quase não abordaram nem a técnica, nem o seu papel na sociedade. Mais ainda, quando se trata de técnica em evolução, de relações entre sociedades onde a técnica não tem o mesmo lugar, a vaguidade das análises continua sendo um obstáculo com o qual nos chocamos constantemente. Uma retificação é portanto, desde já, necessária" (Pierre-Jean Roca, 1989, p. 119).
[10]. Ver o capítulo II ("La technique comme lieu") de Jacques Ellul, 1977, pp. 43-61.

É dessa forma que, como diz J. Frades (1992, p.18), "a técnica adquire uma presença e esposa um meio". A pretexto de analisar as redes sociotécnicas, criadas a partir da introdução de objetos técnicos (no caso a eletricidade em meio subdesenvolvido), M. Akhrich (1987) oferece-nos, também, uma chave para entender, a partir do fenómeno técnico, a produção e a transformação de um meio geográfico, assim como, por outro lado, as condições de organização social e geográfica, necessárias à introdução de uma nova técnica. Ela estava trabalhando sobre a difusão da rede elétrica na Costa do Marfim e avaliando o seu peso na produção de uma solidariedade forçada entre os indivíduos. Segundo essa autora (p. 52) o objeto técnico define ao mesmo tempo os atores e um espaço.

Conforme observa Usher (1929), "em um momento dado as escolhas são limitadas pelo entorno geográfico e social" (p. 67). É esse fato que autoriza Stiegler (1994) *a* dizer que esse mecanismo limita o fenómeno da hipertelia do objeto técnico[11]. A noção de hipertelia deve ser creditada a Simondon (1958), pai da ideia de objeto técnico concreto. Graças aos progressos da ciência e da técnica, construímos cada vez mais objetos com possibilidades funcionais sobredeterminadas. Esses objetos concretos tendem a alcançar uma especialização máxima e'"a obter uma intencionalidade extrema.

Para Simondon (1958,1989, p. 36), os "objetos técnicos concretos" são distintos dos "objetos abstratos", típicos das primeiras fases da história humana. O "objeto abstraio", lembra Thierry Gaudin (1978, p. 31), é formado pela justaposição de componentes que exercem, cada qual, uma só função abstraía, ao passo que, no objeto concreto, cada elemento se integra no todo e à medida que o objeto se torna mais concreto, cada qual de suas partes colabora mais intimamente com as outras, tendendo a se reunir em uma mesma forma. Segundo Simondon, quanto mais próximo da natureza é o objeto, mais ele é imperfeito e, quanto mais tecnicizado, mais perfeito, permitindo desse modo um comando mais eficaz do homem sobre ele. Assim, o "objeto técnico concreto" acaba por ser mais perfeito que a própria natureza.

Mas cada vez que o objeto está inserido num conjunto de objetos e que a sua operação se inclui num conjunto de operações - tudo isso formando sistema -, a hipertelia do objeto técnico concreto se torna condicionada.

Podemos dizer, com George Balandier, que as noções de técnica e de meio são inseparáveis, desde que demos ao termo *meio* "sua acepção mais *larga,* que ultrapassa, de muito, a noção de entorno natural" (1991, p. *6).* Os objetos técnicos têm de ser estudados juntamente com o seu entorno, conforme propõe Langdon Winner (1985, p. 374). De tal modo, podemos afirmar que cada novo objeto é apropriado de um modo específico pelo espaço preexistente.

---

[11]. "Ao se naturalizar, ao engendrar seu próprio meio, o objeto escapa ao fenómeno da hipertelia, que limita sua indeterminação ao torná-lo dependente de um meio artificial. A hipertelia é uma 'especialização exagerada do objeto técnico' que o desadapta em relação a uma mudança, ainda que ligeira, que sobrevenha nas condições de utilização ou de fabricação" (B. Stiegler, 1994, p. 92).

Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que *determina* os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade. É nesse sentido que podemos dizer com Rotenstreich (1985, p. 58) que a própria história se torna um meio (um *environment)*, e que a síntese realizada através do espaço não implica uma harmonia preestabelecida. Cada vez se produz uma nova síntese e se cria uma nova unidade.

É o espaço que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contiguidade obriga a agir em conjunto e solidariamente. Essa discussão deve ser aproximada da ideia de Simondon de *naturalização do objeto concreto*, isto é, sua completa imisção no meio que o acolheu, o que ele chama de processo de adaptação-concretização. É dessa forma que se cria o que ele vai chamar de meio tecnogeográfico. Esse meio tecnoge-ográfico só é possível, ao seu ver, em virtude da inteligência do homem e sempre sugere a presença de uma função inventiva de antecipação. Essa antecipação não se encontra, diz ele, na natureza, nem nos objetos técnicos já constituídos (1958, 1989, p. 56).

Na realidade, não se trataria, segundo Simondon, de uma simples adição do meio técnico ao meio natural, mas da produção de outra coisa, de tal maneira que o objeto técnico aparece como condição de existência de um meio misto, que é técnico e geográfico ao mesmo tempo, (p. 55). E a isso que Simondon vai chamar de *meio associado.* Essa proposta de Simondon deveria ajudar-nos na construção de uma noção adequada de meio geográfico, antes como meio técnico e já agora como meio técnico-científico-informacional. O que, todavia, é irónico, é que tal ideia, mesmo quando recentemente retomada por Stiegler (1994, p. 94), é, de nosso ponto de vista, incompleta, exata-mente pelo fato de que tende a reproduzir os dualismos e as ambiguidades da proposta epistemológica tradicional da geografia. Por exemplo, quando Simondon (p. 52) considera que "o objeto técnico é um ponto de encontro entre dois meios, o *meio técnico e o meio geográfico",* e "deve ser integrado aos dois. Ele é um compromisso entre os dois" (B. Stiegler, 1994, p. 92). Nossa pergunta é a seguinte: porque uni-los, através de uma separação, em vez de considerá-los como fundidos ao produzir o meio geográfico? De fato, dizemos nós, não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e de um meio técnico do outro. O que sempre se criou a partir da fusão é um meio geográfico, um meio que viveu milénios como meio natural ou pré-técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquínico durante dois a três séculos, e que hoje estamos propondo considerar como meio técnico-científico-informacional. Mas se há um senão na proposta de Simondon, este é certamente uma herança da própria posição da geografia diante do seu quinhão da realidade, que essa disciplina insistentemente tendeu a ver de maneira dual. É como se se buscasse renovar a oposição entre um meio natural e um meio técnico, com a recusa em ver a técnica integrada ao meio como uma realidade

unitária. Não é assim, também, que, com frequência, são descritos e explicados, paral elamente, um meio técnico e um meio geográfico? Mesmo a alusão a um meio humano, a uma geografia humana "integrada ao processo de concretização" (e não a uma geografia física) feita por Stiegler (1994, p. 94), decorre desse vício fundamental. Mas o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo.

A NECESSIDADE DE UM ENFOQUE ABRANGENTE

No domínio das relações entre técnica e espaço, uma primeira re alidade a não esquecer é a da propagação desigual das técnicas. Esse ponto, que foi corretamente discutido por Jean-Louis Lespes (1980, pp. 56-76), sugere um importante debate a respeito do processo de difusão das técnicas e de sua implantação seletiva sobre o espaço. Num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas.

Quando J. Perrin (1988, p. 26) lembra que "um sistema técnico pode absorver, se existe *compatibilidade* das técnicas, estruturas pertencendo a um sistema precedente", ele está levantando um problema propriamente técnico: o de sua eficácia, já que a plena eficácia do sistema técnico está condicionada a uma articulação entre as suas diversas peças.

De um ponto de vista propriamente geográfico a questão se coloca de forma diferente. Devemos partir do fato de que esses diferentes sistemas técnicos formam uma situação e são uma existência num lugar dado, para tratar de entender como, a partir desse substrato, as ações humanas se realizam. A forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobe as formas de vida possíveis naquela área. Do ponto de vista específico da técnica domi nante, a questão é outra; é a de verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas.

A noção, proposta por Th. Hughes (1980, p. 73), de *"reverse sa-lient"*, decorre dessa contingência histórica. Segundo este autor, um *salient* é uma protusão resultante da expansão não-homogênea dos sistemas tecnológicos. Os *reverse salients* são componentes do sistema técnico que se tornou velho. Segundo Joerges (1988), *reverse salient* são anomalias técnicas ou organizacionais que resultam da elaboração desigual ou da evolução desigual de um conjunto e de tal maneira que, quando uma parcela progride, uma outra se atrasa. Não seria isso, de algum modo, equivalente à nossa noção de *rugosidade?* (Santos, 1978, pp. 136-140), quando nos referimos ao papel de "inércia dinâmica" dessas formas herdadas?

Há, todavia, diferenças. As rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas. A diferença entre

rugosidades e *reverse salient* vem, neste último caso, do caráter quase absoluto do valor em si de uma existência técnica, enquanto na análise geográfica não há valores em si. O valor de um dado elemento do espaço, seja ele o objeto técnico mais concreto ou mais performante, é dado pelo conjunto da sociedade, e se exprime através da realidade do espaço em que se encaixou.

Outro enfoque ligado a usa difusão desigual das técnicas permite distinguir entre tudo o que se passou em data anterior e o período atual, no qual a técnica se torna universal, direta ou indiretamente presente em toda parte Ora, examinando sob esse aspecto a história dó mundo, vemos que a aceitação das técnicas novas foi sempre relativa e sempre incompleta. Mesmo os países responsáveis pêlos maiores avanços tecnológicos jamais apresentaram um quadro de homogeneidade na sua implantação. Por exemplo, não é nos E.U.A. que estão as melhores estradas de ferro do mundo, nem os correios americanos se encontram entre os mais velozes. Se consideramos o conjunto dos países, uma análise parecida pode ser feita. Vejamos, por exemplo, o que se passou no fim do século passado, quando se instala a grande indústria. Graças às novas técnicas, foi possível ao mundo entrar na fase do imperialismo, mas as possibilidades técnicas disponíveis não foram completamente utilizadas.

Se a técnica fosse um absoluto, não seria possível imaginar a permanência, durante tanto tempo, desse sistema imperialista, com a coexistência entre impérios coloniais (Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Portugal...), independentemente das desigualdades às vezes gritantes de poder tecnológico das respectivas metrópoles. Essa possibilidade de funcionamento simultâneo e harmónico desses impérios, segundo níveis os mais diferentes de tecnologia presentes no centro e na periferia, resulta do fator político. A unidade de mando, sediada em cada metrópole era utilizada para impor normas comerciais rígidas às colónias, uma regulação em circuito fechado, com os equilíbrios permanentemente recriados pela força de normas rígidas de comércio. Essas normas iam da criação de monopólios, até o estabelecimento dos preços e quotas de importação e de exportação, mediante os conhecidos pactos coloniais. De tal maneira, os desequilíbrios produtivos eram compensados pêlos equilíbrios comerciais, numa sábia utilização política da desigualdade tecnológica. O sistema vai durar praticamente um século, e a crise vai dar-se quando os países que dispunham de novas tecnologias, mas não de colónias, descobrem a necessidade de penetrar nesses circuitos fechados, pela sedução ou mediante o aberto incentivo à implosão dos impérios.

Quando os Estados Unidos se sentiram prontos a entrar vantajosamente na competição, através das suas novas tecnologias, mesmo as da informação, e por meio dos sistemas produtivos correspondentes, compreenderam que a primeira tarefa era desmantelar as condições socioeconômicas e sociopolíticas que lhes constituíam um obstáculo. É a partir disso que os E.U.A. passam a estimular, no mundo como um todo, a produção de um clima picológico e intelectual favorável ao processo de descolonização. Esta produz uma crise no interior de cada império. As lutas pela independência, e depois, a criação de novos países, desmantelam o arcabouço que permitia aos impérios crescer ou subsistir sem uma contribuição

importante e obrigatória de novas tecnologias. Ao contrário dos anteriores, o império americano do após-guerra não tem como base a posse de colónias, mas o controle de um aparelho produtor de ciência e de tecnologia e a associação entre esse aparelho, a atividade económica e a atividade militar. Estava, por conseguinte, aberta a porta para o triunfo de um novo sistema.

O processo de globalização, em sua fase atual, revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia cegamente utilizada. Mas a realidade dos territórios e as contingências do "meio associado" asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização.

A questão que aqui se coloca é a de saber, de um lado, em que medida a noção de espaço pode contribuir à interpretação do fenómeno técnico, e, de outro lado, verificar, sistematicamente, o papel do fenómeno técnico na produção e nas transformações do espaço geográfico.

No seu livro *A Vocação Atual da Sociologia,* Georges Gurvitch (1950), referindo-se ao que intitula de falsos problemas da sociologia do século XIX, critica o que chama de escola tecnológica. Esta, segundo ele, teria desejado interpretar a realidade social e o seu movimento a partir exclusivamente dos meios técnicos, atribuindo, assim, um papel predominante aos utensílios, sem levar devidamente em conta os quadros sociais onde as técnicas e os instrumentos nasceram e agiram. G. Gurvitch inclui entre os que assim pensaram os partidários da tecnocracia, de Taylor a J. Burnhan. Mas ele também inclui, o que é discutível, gente como Veblen, Ogburn, Leroi-Gourhan e Lewis Mumford, embora para este último ele acrescente reservas e matizes. Daniel Bell (1976, p. X) também critica a ênfase dada à tecnologia, quando ela é considerada como determinante de todas as outras mudanças sociais. Uma outra crítica é feita por Henri Lefebvre (1949), quando ele nos convoca para estar bem atentos a fim de conjurar a "ilusão tecnológica". É assim que Lefebvre cáustica aquela visão de Proudhon, quando este supõe "a hipótese de uma história da máquina ou da técnica tomada como um dado independente". Sem dúvida, a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada. Apenas o valor relativo é valor. E o valor relativo só é identificado no interior de um sistema da realidade, e de um sistema de referências elaborados para entendê-la, isto é, para arrancar os fatos isolados da sua solidão e seu mutismo.

De que maneira pode a categoria espaço ser útil a esse enquadramento sistémico da técnica? O filósofo J.-P. Séris (1994, p. 90) considera a geografia e a história como condicionantes específicos constrangedores, mas aí ele está referindo-se às noções de extensão e sucessão. Mas quando o problema é menos a constatação pura e simples de um fato ou de uma situação (conjunto de condições) e a questão se desloca para a explicação desse fato (conjunto de conceitos), é à história como disciplina que ele se dirige (p. 9 1) e não mais à geografia. Sem dúvida, há referência à geografia na obra de J.-P. Séris (1994, pp. 95, 313), e, até mesmo, referências às técnicas do espaço, que presidiram durante o neolítico a ocupação do solo e a

sedentarização (p. 60). Todavia, ele parece limitar-se a essa aurora da história. Cabe, então, perguntar: terão as técnicas do espaço deixado de existir ao longo do tempo? O espaço de Séris presta-se a essa maneira de olvido. Trata-se, na verdade, de um espaço-receptáculo, que apenas tomaria expressão como um reflexo do ator. Também a referência de J.-P. Séris à normalização é típica desse entendimento do espaço, quando o autor considera que a partir da norma em vigor (p. 84) o tempo e o espaço não contam mais, pois são domesticados e como que anulados. É um equívoco, devido a uma visão estática, marmórea, do fenómeno geográfico. Essa visão é inaceitável porque o conteúdo técnico do espaço é, em si mesmo, obrigatoriamente, um conteúdo em tempo - o tempo das coisas - sobre o qual vêm agir outras manifestações do tempo, por exemplo, o tempo como ação e o tempo como norma. Não é que esta suprima o espaço e o tempo, apenas os altera em sua textura, e pode também alterá-los em sua duração.

O exemplo do "espaço do automóvel" dado por Séris (p. 50), é significativo. Ele escreve: "símbolo da autonomia perfeita, o automóvel particular apenas se concretiza no conjunto das relações técnicas ou das relações tecnicamente estabelecidas no espaço e no tempo [...] e não permanece concreto, senão enquanto essas relações se mantêm [...]". J.-P. Séris insiste nessa relação entre técnica e história, quando diz que a "técnica é necessariamente história" (p. 91). E está certo. Mas, a técnica é também geografia. Se esta não se alçou às condições de considerar a técnica como um dado explicativo maior, podemos, no entanto, dizer que a técnica é, também, necessariamente espaço.

É no espaço que esse papel de "nó de problemas" (p. 102), e de "mediação generalizada" (J. Ellul & J.-P. Séris, 1994, p. 53), se manifesta de modo indiscutível. Aquela "unidade sistemática" que a integra no "todo social" [...] (na totalidade dos recursos em um dado momento da história, sobre uma área cultural comum), verifica-se exatamente sobre um espaço, esse mesmo espaço que, evoluindo e se renovando, assegura a "continuidade histórica" (Séris, 1994, p. 95). Apenas o espaço não participa da história como um destes "grands socles imobiles et muets", da alegoria de Foucault na *Arqueologia do Saber*, que Séris cita, mas, na verdade, como um dado ativo cujo papel nas orientações, escolhas, ações e resultados, é crescente ao longo da história.

Culpa de Séris? Culpa dos geógrafos? Preferimos tender para uma resposta negativa à primeira questão e afirmativa à segunda. De um modo geral, é por falta de uma epistemologia, claramente expressa, que a própria geografia tem dificuldade para participar em um debate filosófico e interdisciplinar. Ao nosso ver, essa é a razão pela qual especialistas de outras disciplinas, não sabendo claramente o que fazem os geógrafos, renunciam a incluí-los nos seus próprios debates. O que faz falta, aliás, seria uma metadisciplina da geografia, que se inspire na técnica: na técnica, isto é, no fenómeno técnico e não nas técnicas, na tecnologia.

O fato de que os geógrafos tenham com frequência desconsiderado a técnica em suas formulações metodológicas ou que a tenham considerado como um dado externo e não propriamente

constitucional, em sua *démarche* teórico-empírica, vai ter implicações na maneira como outros especialistas tratam a questão do espaço. Já vimos que Simondon, em vez de considerar o meio técnico como uma normal evolução do meio geográfico, viu-se levado a propor a noção de *meio associado* e de *meio tecnogeográfico,* para dar conta dessa associação entre técnica e meio, fruto da marcha da história. Em revanche, os geógrafos nem sequer se aperceberam da importância dos achados de Simondon. Resultado: perdeu a geografia, atrasando-se a sua própria evolução; e perdeu a filosofia das técnicas, pela ausência de um enfoque geográfico paralelo.

Para esse resultado, trabalha, sem dúvida, a ambiguidade do estatuto epistemológico da geografia, até hoje tímida e hesitante quanto a uma clara explicitação do que deva ser o seu objeto.

Quando Anne Buttimer (1979, p. 249) observa que "entre as preocupações centrais para a geografia moderna encontra-se a organização do espaço e do tempo", seu objetivo não é explicitamente uma descoberta da experiência humana total, mas, antes, da experiência técnica, ou da utilização racional do espaço-tempo, visando assegurar eficácia económica à administração dos investimentos. Todavia, o objetivo correto não é uma geografia preocupada com investimentos, mas com todas as formas de existência. Trata-se, desse modo, de privilegiar um enfoque que leve em conta todos os aspectos de uma dada situação. Toda situação é uma construção real que admite uma construção lógica, cujo entendimento passa pela história da sua produção. O recurso à técnica deve permitir identificar e classificar os elementos que constróem tais situações. Esses elementos são dados históricos e toda técnica inclui história. Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (económicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história.

O uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele. Cada objeto é utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar, onde vão mudando ao longo do tempo. Assim, a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local. A epistemologia da geografia deve levar isso em conta. A técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenómeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica. Assim pode-se também produzir uma epistemologia geográfica de cunho historicista e genético, e não apenas historista e analítico. Os medos de E. Soja (1989) são assim espantados.

A epistemologia analítica (M. Escolar, 1996) permite construções lógicas, um discurso elegante e talvez coerente em si mesmo, mas frequentemente externo à realidade. Com ela, podemos correr o risco de construir um discurso metafísico da geografia, que não permita a produção de

conceitos operacionais. Mediante um enfoque que leve em consideração e aperfeiçoe as premissas aqui delineadas, a geografia deve, ao menos, ser vista como um estudo de caso para as filosofias da técnica, senão propriamente como uma contribuição específica para a produção de uma filosofia das técnicas. Quanto ao problema epis-temológico propriamente dito da geografia, ele passa pelo encontro do caminho adequado para sistematizar as relações da técnica com o "tempo" e com o "espaço".

AS TÉCNICAS E A EMPIRICIZAÇÃO DO TEMPO

O enfoque das técnicas pode tornar-se fundamental quando se trata de enfrentar essa questão escorregadia das relações entre o tempo e o espaço em geografia. Com uma só penada, e a propósito da neglicência quanto ao tratamento do assunto, D. Harvey (1967, p. 550, em Chor-ley *&C* Haggett) produzira uma frase acerba, ao escrever:

> Do mesmo modo que Marshall considerou a dimensão espacial como relativamente sem importância na formulação do seu sistema económico, da mesma forma o 'viés anglo -saxão', assim como Isard (1956, p. 24) o chama, conduziu os geógrafos a negligenciar a dimensão temporal - um defeito de que Sauer firmemente culpa Hartshorne (Sauer, 1963, p. 352).

Quanta gente envolvida! Para Morrill (1965) os geógrafos são gente que critica a "maravilhosa terra sem espaço" dos economistas, sem se preocuparem eles próprios com a validez de uma geografia construída em um espaço situado fora do tempo.

Referindo-se também aos "amigos economistas", E. Ullmann (1973, p. 138) sugere que estes procuram um revide, quando se queixam de uma ausência frequente no trabalho dos geógrafos: a ausência da ação, ou mesmo mais, de fins normativos. E conclui: "um explícito reconhecimento do tempo ajudaria os geógrafos a se orientarem sensível e objetivamente nessa direção interessante". Mas o que seria esse "explícito reconhecimento do tempo" - o estudo da modernização e da difusão de inovações, a delimitação de períodos históricos segundo as escalas geográficas, ou, simplesmente, o enunciado da inseparabilidade do tempo e do espaço?

O tratamento da questão do tempo nos estudos geográficos não é mais um tabu, mas testemunha, ainda, uma certa frouxidão conceituai. Com frequência o que vemos são circunlocuções e tautologias e uma volta ao ponto de origem, malgrado alguns firmes avanços, como os registrados recentemente com a chamada geografia do tempo de T. Hãgerstrand.

Como ir além do discurso que prega a necessidade de tratar paralelamente o tempo e o espaço, do discurso de crítica dos outros especialistas que menosprezam esse enfoque, e do próprio discurso de autocrítica de uma geografia igualmente faltosa? Como ultrapassar o enunciado gratuito de um tempo unido ao espaço, mediante a relativização de um e de outro? Como traduzir em categorias analíticas essa mistura, que faz com que o espaço seja também o tempo e vice-versa?

A reafirmação das relações entre a geografia e a história é, certamente, o mais simples e, positivamente, o mais *naïf* dos enfoques. É certo que Élisée Reclus havia escrito, há um século, que a geografia é a história no espaço e a história é a geografia no tempo, mas essa frase, milionariamente repelida, jamais se pretendeu um guia de método.

A geografia histórica de certo modo desejou inverter esse enunciado, buscando, ela própria, fazer uma geografia no tempo, reconstruindo as geografias do passado. Mas de que serve dizer como Darby (1953, p. 6) que não podemos traçar uma linha divisória entre a geografia e a história "porque o processo do devir é um só?" E Darby talvez não obtivesse o acordo dos geógrafos históricos, em sua afirmação de que "toda geografia é geografia histórica, atual ou potencial". A geografia histórica pretende retraçar o passado, mas ela o faz assentada no presente, isto é, a partir do momento em que é escrita. Em que medida ela pode revelar o que arbitrariamente se chama de passado, quando, em vez de mostrar a coerência simultaneamente espacial e temporal de um mesmo momento, apenas reúne instantes disparatados e distantes da mesma flecha do tempo? Enfrentamos, aqui, o difícil problema de discernir, através de uma geografia retrospectiva, o que, num dado ponto do passado, era, então, o presente. Essa questão, continua sendo um pesadelo para os geógrafos.

Os anos 60 e 70 marcaram um progresso considerável quanto à busca de explicações geográficas incluindo a noção do tempo. E a maior parte das questões que atualmente enfrentamos tem, direta ou indiretamente, origem nesse debate.

Quando Parkes ScThrift (1980, p. 279) diziam que "como movimento, o espaço e o tempo se tornam coincidentes como espaço-tempo", isso é, certamente, válido como princípio da física. É menos certo - ou totalmente incerto - que possamos mecanicamente transcrever esse raciocínio para uma disciplina histórica como a geografia. Em uma geografia do movimento, espera-se, em primeiro lugar, reconhecer o encontro de um tempo real e de um espaço real. Não é sempre o caso.

A geografia histórica também se preocupou com a questão das periodizações. C. T. Smith (1965, p. 133), entre outros, considerou como fundamental o estudo da inter-relação entre período e lugar. Também nos incluímos, em um dado momento (Santos, 1972), entre os que consideravam que a periodização histórica poderia ser o instrumento adequado para enfrentar o tratamento do espaço em termos de tempo. Sem dúvida, a cada sistema temporal o espaço muda. Como, porém, ultrapassar essa constatação de ordem geral e obter os recursos analíticos ao tratamento de casos

específicos? Uma primeira resposta é obtida com a construção não apenas de uma periodização à escala do mundo, mas com a elaboração de outras periodizações a escalas menores, agindo, por sua vez, sobre escalas espaciais mais inferiores. Nossa proposta de um *tempo espacial* (Santos, 1971) estava baseada num exercício dessa natureza. Mas. também assim o problema não se resolve, porque as periodizações nos dão, sem dúvida, um tempo, mas apenas um *tempo externo* a cada subespaço. faltando resolver a questão do seu *tempo interno*. Por isso, a solução de analisar, judiciosamente, mas separadamente, as relações do "espaço" e do "tempo" com a sociedade, como o fizeram. A. Bailly *&t* H. Beguin (1992, pp. 57-72, 73-84), constitui um avanço, mas em que medida será, propriamente, um enfoque espaço-temporal?

Os estudos consagrados à difusão das inovações e à modernização mostraram-se ricos de respostas quanto à génese dos fenómenos e das formas geográfcas, vistos isoladamente ou em conjunto. As pesquisas de Hagerstrand e da Escola de Lund, assim como os estudos sobre modernização de J. Ridell (1970), P. Gould (1970), E. Soja (1968) e outros são, ainda hoje, um marco nesse esforço inicial. Mas, através da chegada de um novo item, numa determinada data, a um determinado lugar, era como se apenas o "tempo" fosse atravessando o "espaço", mediante objetos e ações, passando mas não se misturando ao lugar. Não era atingido o objetivo de prover, com um método, essa fusão do tempo e do espaço.

Desde que escreveu que "pedir um registro dos fatos que leve em conta a unificação do tempo e do espaço é pedir muito", T. Hagerstrand (1973, p. 27) fez um avanço significativo em sua *Geografia do Tempo.* Sua proposta inclui o esforço de mapear os tempos de uma realidade em movimento, através do artifício de "congelar" os eventos em padrões gráficos, de modo a que sejam analisados segundo seus respectivos conteúdos. Mais recentemente, Hagerstrand (1985, 1989, 1991a) explora a noção de domínios, estudando as formas de utilização do território pêlos diversos agentes, de que resulta uma verdadeira compartimentação, onde, a cada momento, o movimento do tempo e do espaço se dão de modo unitário. Essa unidade espaço-tempo obriga *a* tratá-los em termos de processo histórico, como sugerido por E. Ullmann (1973) ao dizer que o uso do planeta exige a organização do espaço e do tempo.

Na esteira de Einstein, Minkowski e tantos outros, são muitos a falar na inseparabilidade do tempo e do espaço. A rejeição da noção de espaço absoluto e a aceitação da ideia de espaço relativo se amplia. A fusão do espaço relativo e do tempo relativo que havia inspirado J. Blaut (1961, p. 2) permite a E. Ullmann (1973), assim como a D. Parkes & N. Thrift (1980, p. 4) insistir no fato de que tempo e espaço reciprocamente se substituem, numa total integração.

Quando Amos Haeley (1950, p. 288) escreve que somente podemos separar espaço e tempo em abstração, não é difícil manifestar nossa concordância (citado em Parkes & Thrift, 1980, p. 320 e E. Ullmann, 1973, p. 128). Mas a premissa que o leva a essa afirmação exige mais do que ficar simplesmente de acordo. Para dizer que há um padrão temporal em todos e cada qual dos padrões espaciais,

necessitamos primeiro de uma definição de ambas essas categorias. Está aqui toda a diferença entre o discurso e o método do tempo em geografia.

E. Ullmann (1973, p. 126) afirma que o espaço é "uma dimensão mais concreta do que o tempo". E, no entanto, sendo irreversível, está à altura de "medir" o tempo e, vice-versa, de ser medido em termos de tempo. O problema está todo aí. Não se trata propriamente de apurar qual dos dois é mais concreto. A questão da medida recíproca pode ser vista como uma maneira de dizer que tempo e espaço são uma só coisa, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias. Mas se queremos ir além do discurso e operacionalizá-lo para que se torne um conceito eficaz, temos de igualar espaço e tempo, isto é, tratá-los segundo parâmetros comparáveis.

Segundo Jacques Maritain *(Theonas, p.* 71, citado por E. L Watkin, 1950, p. 48, nota 3), "o tempo verdadeiro [...] sendo baseado no movimento, é, como o espaço, inseparável da matéria corpórea". O espaço tem, sempre, um componente de materialidade donde lhe vem uma parte de sua concretude e empiricidade. Se queremos unificar tempo e espaço, se pretendemos que possam ser mutuamente includentes, o tempo deve ser, também, empiricizado.

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições.

Assim empiricizamos o tempo[12], tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. A *técnica* entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas.

É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo. Segundo K. Horning (1992, p. 50), toda técnica esconde, de algum forma, uma teoria do tempo [13]. Nos já vimos, também, que a técnica pode ser fundamento de uma teoria do espaço.

---

[12]. Uma outra abordagem desse problema da empiricização do tempo é encontrada em M. Santos, 1978, pp.159-160, e M. Santos, 1988, pp. 31-35.

[13]. "Técnicas e tempo estão, com toda a evidência, fortemente entrelaçados. Ambos são outra coisa que não manifestações físicas ou biológicas de uma função material ou de um ritmo orgânico. Ambos estão fortemente mesclados à modelação de fenómenos e de processos sociais sempre novos. As relações entre a técnica e o tempo estão em geral muito mais emaranhadas do que as análises mais correntes, que as reduzem a relações de causa e efeito, nos querem fazer crer" (Karl H. Horning, 1992, p. 49 em Gras, Joerges, Scardigli).

As técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação.

O espaço é formado de objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão. Tudo isso é tempo. O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão. Essas duas manifestações do espaço geográfico unem-se, assim, através dessas duas manifestações no uso do tempo.

As técnicas participam na produção da percepção do espaço, e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. Esse imaginário tem uma forte base empírica. O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de "viver bem". Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva. Mas o mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida. Na realidade, o que há são invasões recíprocas entre o operacional e o percebido. Ambos têm a técnica como origem e por essa via nossa avaliação acaba por ser uma síntese entre o objetivo e o subjetivo.

A técnica é, pois, um dado constitutivo do espaço e do tempo operacionais e do espaço e do tempo percebidos (Broek & Webb, 1968; G. N. Fischer, 1980)[14]. Ela poderia, assim, ser essa buscada referência comum, esse elemento unitário, capaz de assegurar a "equivalência" tempo-espaço.

Através do processo da produção, o "espaço" torna o "tempo" concreto. Assim, a noção de trabalho[15] e a de instrumento de trabalho são muito importantes na explicação geográfica, tanto ou mais do que no estudo dos modos de produção. O trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas. Segundo uma frase muito frequentemente citada de Marx *(Capital*, I, p. 132, edição de M. Harnecker), "o que distingue as épocas económicas umas das outras, não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho". Esta noção tem, pois, um valor histórico e

[14]. Broek & Webb (1968, p. 30) distinguem, no entorno, um meio operacional e um meio cognitivo *(cognized), G.* N. Fischer (1980, p. 21) propôs reconhecer a existência paralela de um espaço usado (como material que se consome) e percebido (como mercadoria que se compra).

[15]. "De fato, o desenvolvimento do tempo como duração social incorpora o espaço à história dos grupos e evidencia os diferentes aspectos da solidariedade entre ambos. O espaço se incorpora à sociedade por meio do trabalho, que o transforma sem cessar e o define [...] fazendo com que o mundo possa ser percebido como atividade sensível total e viva dos indivíduos" (António Cândido, Os *Parceiros do Rio Bonito,* citado por Maria Sylvia de Carvalho Franco, "António Cândido Revela o Universo Caipira", *Folha de S. Paulo,* 23/6/90, Caderno Letras, p. 6).

espacial. A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada.

A IDADE DE UM LUGAR

Pode-se falar em "idade" de um lugar? A propósito desta ou daquela cidade nascida com a colonização é frequente ler que foi fundada em tal ou tal ano. Por exemplo, a cidade de Salvador da Bahia "foi fundada" em 1549 por Tomé de Sousa, por ordem do rei de Portugal... Esta é sua data de nascimento jurídico e, daí por diante, sua data cívica de aniversário.

Será possível falar da idade de um lugar segundo outro critério? Por exemplo, será possível um critério propriamente "geográfico"? Os geomorfólogos o fazem. A observação da incidência local dos processos naturais lhes permite datar áreas inteiras, segundo a disposição das camadas que revelam as fases da história natural. Essa observação é frequentemente ajudada pela abertura de cortes, que deixam perceber a natureza das diversas camadas, sua espessura e a ordem de sua superposição. Diante das paisagens elaboradas pelo homem, será possível encontrar um método de observação que produza idêntico resultado? Pode a técnica exercer, em relação à geografia, um papel semelhante ao dos cortes geológicos e geomorfológicos?

A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenómeno histórico. Por isso, é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível à escala de um lugar, quanto a escala do mundo. Ela é também possível à escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares.

Desde o início dos tempos históricos, uma das características da técnica é ser universal como tendência (Leroi-Gourhan, 1945). E o capitalismo vai contribuir para a aceleração do processo que leva à internacionalização das técnicas, antes mesmo de desembocar, neste fim de século, em sua globalização: a universalidade das técnicas não mais como tendência, mas como fato.

A tendência universalizante dos primórdios da história humana permitia criar, em diversos lugares, soluções técnicas próprias mas convergentes, mas não havia simultaneidade em sua aparição, nem o seu surgimento em um dado ponto da superfície da terra acarretava obrigatoriamente repercussões em outros lugares. Já o processo iniciado com o capitalismo e hoje plenamente afirmado com a globalização, permite

falar em uma idade universal das técnicas, idade que pode ser contada a partir do momento em que surgem (cada uma dessas técnicas,).

Há uma idade científica das técnicas, a data em que, num laboratório, elas são concebidas. Mas isso pode ter apenas importância para a história da ciência. E, ao lado dessa idade científica, há uma idade propriamente histórica, a data em que, na história concreta, essa técnica se incorpora à vida de uma sociedade. Na realidade, é aqui que a técnica deixa de ser ciência para ser propriamente técnica. Esta somente existe quando utilizada. Sem o sopro vital da sociedade que a utiliza, o que há é talvez um objeto, uma máquina, mas não propriamente uma técnica[16]. De um ponto de vista propriamente histórico é esta a data que conta: é aí que se estabelece a certidão de batismo universal da nova técnica. A autonomia de existência do objeto técnico, isto é, a realidade que vem de suas capacidades funcionais absolutas, não pode ser confundida com a relatividade de sua existência histórica.

Cada técnica pode, desse modo, ter sua história particular de um ponto de vista mundial, nacional ou local. Esta seria a história contada a partir do momento de sua instalação em um determinado ponto do ecúmeno. A história universal seria, sobretudo, uma história absoluta das técnicas e, portanto, algo muito mais do domínio da cronologia que, mesmo, da história. Vistas desse modo, as técnicas aparecem como algo absoluto e abstrato, apesar de sua empiricidade.

É o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida, retirando-as de sua abstração empírica e lhes atribuindo efetividade histórica. E, num determinado lugar, não há técnicas isoladas, de tal modo que o efeito de idade de uma delas é sempre condicionado pelo das outras, O que há num determinado lugar é a operação simultânea de várias técnicas, por exemplo, técnicas agrícolas, industriais, de transporte, comércio ou *marketing*, técnicas que são diferentes segundo os produtos e qualitativamente diferentes para um mesmo produto, segundo as respectivas formas de produção. Essas técnicas particulares, essas "técnicas industriais", são manejadas por grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e se dão sobre um território que, ele próprio, em sua constituição material, é diverso, do ponto de vista técnico. São todas essas técnicas, incluindo as técnicas da vida, que nos dão a estrutura de um lugar.

Ceder a uma interpretação puramente "histórica" das técnicas, isto é, a partir das histórias particulares de cada técnica em cada lugar, seria acreditar no caráter absoluto das técnicas, como se cada qual se definisse em si mesma. Tomada isoladamente, uma técnica é uma virtualidade em estado puro, uma virtualidade máxima, aguardando a sua historicização.

---

[16]. Para muitos autores, somente existe técnica quando o instrumento de trabalho, a máquina, o modelo de organização se inserem numa sociedade e se instalam num lugar. Daí o império das condições sociais sobre o processo de difusão das inovações. Esse fato já foi amplamente analisado, tanto que se refere aos grandes sistemas técnicos, como no que toca às técnicas domésticas.

Os lugares, já vimos, redefinem as técnicas. Cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes. Os respectivos "tempos" das técnicas "industriais" e sociais presentes se cruzam, se intrometem e acomodam. Mais uma vez, todos os objetos e ações vêem modificada sua significação absoluta (ou tendencial) e ganham uma significação relativa, provisoriamente verdadeira, diferente daquela do momento anterior e impossível em outro lugar. É dessa maneira que se constitui uma espécie de tempo do lugar, esse tempo espacial (Santos, 1971) que é o *outro* do espaço.

Tomemos como exemplo um instrumento de trabalho, uma fábrica: suas características técnicas induzem certo desempenho em função da utilização de um certo capital de giro, uma certa quantidade e qualidade de mão-de-obra, uma certa quantidade de energia. Assim, a idade dos instrumentos de trabalho tem implicações com o resto da economia (em virtude das possibilidades concretas de relações) e com o emprego (em virtude da possibilidade concreta de postos de trabalho). Como essas relações presidem à hierarquia entre lugares produtivos, as possibilidades de expansão ou de estancamento diferem para cada lugar. Essa situação relativa é resultado não apenas da produção local, mas do que é produzido no conjunto de lugares de um espaço dado, e envolve lugares próximos, e também longínquos, graças ao alargamento dos contextos tornado possível com os progressos nos transportes e nas comunicações e com a estandardização da produção. A idade das variáveis presentes em cada lugar acaba sendo medida com referência a fatores internos e externos, sobretudo nos países subdesenvolvidos, onde a história da produção é intimamente ligada à criação, nos países do centro, de novas formas de produzir.

2

O ESPAÇO: SISTEMAS DE OBJETOS, SISTEMAS DE AÇÃO

INTRODUÇÃO

No início do século, em seu livro clássico, *La GéographieHumaine*, Jean Brunhes propõe uma definição da geografia, mediante um exercício de aproximações sucessivas. Após redigir uma primeira tentativa, ele a considera insatisfatória. Daí uma segunda proposta e, afinal, uma terceira. O que há de original nessa *démarche é* que o leitor acompanha o processo de pensamento do autor, as etapas consecutivas do aperfeiçoamento de sua construção intelectual e o resultado final, que é sua definição da geografia. Tente mos, aqui, o mesmo exercício, não mais em relação à geografia, mas quanto ao espaço geográfico.

Numa primeira hipótese de trabalho, dissemos que a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, 1978). Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (Santos, 1982, p. 53; Santos, 1988, pp. 75-85).

Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos.

Uma outra possibilidade é a de trabalhar com um outro par de categorias: de um lado, a configuração territorial e, de outro, as relações sociais (Santos, 1988). A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pêlos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pêlos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material

própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é uma outra forma de apreender o objeto da geografia.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

Nossa proposta atual de definição da geografia considera que a essa disciplina cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço. Não se trata de sistemas de objetos, nem de sistemas de ações tomados separadamente. Nem tampouco se trata de reviver a proposta de Berry & Marble (1968) fundada na teoria de sistemas então em moda e segundo a qual "todo espaço consiste em um conjunto de objetos, os caracteres desses objetos e suas inter-relações" (citados por J. Beaujeu-Garnier, 1971, p. 93).

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.

Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Copiando de forma simplória o que está escrito por Marx, teríamos um sistema de objetos sinónimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto das relações sociais de produção. Mas vale a pena lembrar que a interpretação simplória da relação dialética entre forças produtivas e relações de produção há muito tempo deixou de ter vigência plena. É insuficiente dizer que há, de um lado, forças produtivas e, de outro lado, relações de produção, e se tornou irrelevante afirmar que

o desenvolvimento das relações de produção conduz ao desenvolvimento das forças produtivas e, ao revés, que o desenvolvimento das forças produtivas conduz ao desen volvimento das relações de produção.

Isto é simples demais. Hoje, as chamadas forças produtivas são, também, relações de produção. E vice-versa. A interdependência entre forças produtivas e relações de produção se amplia, suas influências são cada vez mais recíprocas, uma define a outra cada vez mais, uma é cada vez mais a outra. As forças produtivas são relações de produção, as relações de produção são forças produtivas.

Desse modo, um enfoque no estudo do espaço que apenas deseje partir dessa famosa dialética das forças de produção e das relações de produção não pode levar a nenhuma clareza metodológica, já que, nas condições históricas atuais, essas duas categorias clássicas as mais das vezes aparecem confundidas. Neste caso, deixam de ser analiticamente válidas. É indispensável encontrar outros pontos de partida. Conside rar o espaço como esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, assim como estamos propondo, permite, a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado, mas a partir de categorias susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos.

SISTEMAS DE OBJETOS

Há quem distinga os objetos das coisas, estas sendo o produto de uma elaboração natural, enquanto os objetos seriam o produto de uma elaboração social. As coisas seriam um dom da natureza e os objetos um resultado do trabalho. No seu famoso livro *Vie dês Formes* (1943, 1981, p. 4), Henri Focillon diz que as coisas - formas naturais - são obras de Deus, enquanto os objetos - formas artificiais - são obras dos homens.

Jacques Monod (1974, p. 15) tem uma opinião reservada sobre essa classificação. Primeiro ele nos diz que "a diferença entre objetos naturais e artificiais aparece sem ambigu idade para todos nós"[17]. É assim que às "rochas, montanhas, rios e nuvens", ele opõe "uma faca, um lenço, um automóvel, de um lado objetos naturais e de outro lado artefatos. Como a natureza é objetiva e não prospectiva, as coisas não podem ter propósito nem projeto. Mas depois[18] ele nos pede que analisemos essas ideias para

---

[17]. "A diferença entre objetos artificiais e naturais parece imediata e não -ambígua a todos nós. Uma rocha, uma montanha, um rio ou uma nuvem são objetos naturais; uma faca, um lenço, um carro são objetos artificiais, artefatos. [...] O objeto traduz na forma material a intenção preexistente que lhe deu origem, e sua forma é explicada pelo desempenho que dele se espera mesmo antes de ele assumir sua configuração. A história é totalmente outra no caso do rio ou da rocha que sabemos, ou nisso acreditamos, terem sido moldados pelo jogo das forças físicas, a que não podemos atribuir nenhum desígnio, nenhum projeto ou propósito. Isto é, se aceitarmos a premissa básica do método científico, a saber, que a natureza é *objetiva* e não *projetiva"* (Jacques Monod, 1974, p. 15).

[18]. Depois de dizer que "a diferença entre objetos artificiais e naturais parece imediata e não -ambígua a todos nós [...]", ele afirma: "Analisem-se esses juízos, porém, e se verá que eles não são nem imediatos nem estritamente objetivos" (Jacques Monod, 197 4, p. 15).

chegarmos à conclusão de que tais julgamentos não são imediatos, nem estritamente objetivos. Nesse capítulo primeiro de sua obra, intitulado "Sobre Objetos Estranhos" ("About Strange Objects"), ele nos lembra que nosso julgamento se faz "através de uma referência à nossa própria atividade, consciente e prospectiva". Fosse o nosso critério estritamente objetivo, poderíamos indagar-nos sobre a hipótese de elaborar um programa de computador "para distinguir um artefato de um objeto natural"[19].

Voltemos, porém, à classificação mais intuitiva entre objetos e coisas, para lembrar que, hoje, e cada vez mais, os objetos tomam o lugar das coisas. No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pêlos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor.

Segundo A. Moles (1969 e 1971, pp. 14 e 222), um objeto é "um elemento do mundo exterior, fabricado pelo homem e que este deve assumir ou manipular". Para esse autor, nem uma montanha, nem uma casa, seriam objetos pois "o objeto é algo independente e móvel". Por isso mesmo, um raspador de sílex é um objeto, mas o sílex não o é, diz Moles. Cria-se um elemento de complicação para a utilização de um tal conceito na geografia, na medida em que esta frequentemente trabalha com objetos fixos: uma ponte, uma casa, um porto, uma estação de estrada de ferro, uma usina hidroelétrica, uma cidade, um campo, uma plantação são, pêlos geógrafos, considerados objetos geográficos. Desde o início do século, uma distinção já era feita, por Voeikoff, entre objetos moveis e imóveis, num artigo dos *Annales de Géographie* (vol. X, 1901, p. 98). Para esse geógrafo, "os objetos sobre os quais os homens dispõem de controle são as coisas móveis".

Henri Van Lier diz que "é dispensável aplicar uma definição universal aos objetos"(1971. p, 129). Baudrillard (1973, p. 62) se desvia da definição de Moles. Segundo ele, a casa reúne a totalidade dos objetos, mas o automóvel é, também, objeto. Objeto seria aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, ultrapassa o quadro doméstico e, aparecendo como utensílio, também constitui um símbolo, um signo. O automóvel é, para Baudrillard, um dos mais importantes signos de nosso tempo e seu papel na produção do imaginário tem profunda repercussão sobre o conjunto da vida do homem, incluindo a redefinição da sociedade e do espaço. As cidades não seriam hoje o que elas são se o automóvel não existisse. Os homens

---

[19]. "Por isso é mediante a referência à nossa própria atividade, consciente e projetiva, intencional e propositiva - isto é, como produtores de artefatos -, que julgamos da 'naturalidade' ou 'artificialidade' de um dado objeto. Poderia haver padrões objetivos e gerais para se definirem as características dos objetos artificiais (p. 15), produtos de uma atividade intencional consciente, contra os objetos naturais, resultantes do jogo gratuito das forças físicas? Para se estar certo da completa (p. 16) objetividade dos critérios escolhidos, sem dúvida seria melhor perguntar se, usando esses critérios, seria possível programar um computador para distinguir entre um artefato e um objeto natural" (Jacques Monod, 1974, pp. 15-16).

acabam considerando o automóvel como indispensável e esse dado psicológico torna-se um dado da realidade vivida. Ilusão ou certeza, o automóvel fortalece no seu possuidor a ideia de liberdade do movimento, dando-lhe o sentimento de ganhar tempo, de não perder um minuto, neste século da velocidade e da pressa. Com o veículo individual, o homem se imagina mais plenamente realizado, assim respondendo às demandas de *status* e do narcisismo, característicos da era pós-moderna. O automóvel é um elemento do guarda-roupa, uma quase-vestimenta. Usado na rua, parece prolongar o corpo do homem como uma prótese a mais, do mesmo modo que os outros utensílios, dentro de casa, estão ao alcance da mão.

V. de M. Vilhena (1979, p. 196), lembra uma opinião do filósofo Messer, para quem um objeto é tudo aquilo a que se pode dirigir a nossa consciência[20]. Vilhena explica que o objeto tem essência e existência. Ele tem, essência porque possui uma certa e determinada natureza, pela qual se distingue de outros objetos. Desse modo, falamos de tal coisa e sabemos que é diferente de tal outra. O objeto tem existência porque se comporta em relação à consciência de maneira a poder ser constatado, isto é, a consciência o constata porque ele tem existência (1979, p. 196).

Para Vilhena, o objeto é independente do sujeito que conhece. Tem uma existência própria, resultado de uma história própria - ainda que não independente da história da sociedade. O indivíduo se defronta com essa objetividade que lhe é exterior, realidade que dele não depende, mas que, como falo, incide sobre ele. Para esse mesmo autor (Vilhena, 1979, p. 196), a afirmação segundo a qual o objeto, independente do sujeito que conhece, precede nosso pensamento, é apenas relativamente verdadeira: se o objeto realmente precedesse nosso pensamento, não poderíamos nomeá-lo. O fato simples de reconhecer e nomear um objeto supõe um aprendizado, explícito ou implícito. A linguagem tem um papel fundamental na vida do homem por ser a forma pela qual se identifica e reconhece a objetividade em seu derredor, através dos nomes já dados. Para alguns autores, o ato fundador é dar um nome e, por isso, é a partir do nome que produzimos o pensamento e não o contrário.

Estudando vários povos considerados primitivos, distanciados entre eles cultural e geograficamente, Leroi-Gourhan reconheceu, porém, um ar de família entre utensílios fundamentais, fato que lhe permitiu formular como hipótese a universalidade da técnica. Mas os objetos assim criados não se restringem ao lugar da criação. Nascidos de uma concepção original, os objetos tendem a se reproduzir e difundir, gerando objetos semelhantes (K. Hewitt 6c F. K. Hare, 1973, p. 13). A história esta cheia desses casos, com a

---

[20]. "Por 'objeto' é de uso entender-se o que, tendo lugar no tempo e no espaço, se concebe como existente com independência do sujeito que conhece. Porém, desde há certo tempo, com a filosofia alemã, a noção foi largamente ampliada. 'Objeto' não quer já só dizer o que existindo na 'natureza' precede o nosso pensamento e como tal apenas por este pode ser recontituído, mas significa, como algures escreveu Messer, 'tudo aquilo a que pode dirigir-se a consciência", o que 'mencionamos' na nossa vivência" (V. de M. Vilhena, 1979, p. 196; August Messer, *Weltanschauung und Erziehung,* trad. castelhana: *Filosofia y Educación,* Madrid, 1929, p. 11).

difusão da arquitetura dos castelos ou dos bangalôs. Em São Paulo, nos fins do século XIX aparece uma primeira casa geminada e, depois, outras com o mesmo modelo e a mesma feição, hoje uma marca da paisagem paulista. Desse mesmo modo, já na era do elevador e do cimento armado, gerações sucessivas nos deram, mais recentemente, prédios de até 12 andares, depois de 20 ou 24 e, já agora, com 40 pavimentos (Souza, 1994). Essa difusão de objetos, que neste século ocorre facilmente a uma escala global, obedece à lei da imitação, proposta por Gabriel Tarde. E a difusão é muito mais rápida e generalizada, ao menos para aqueles objetos correspondentes aos novos modos de produzir contemporâneos.

Toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais. Algumas pessoas adotam a novidade em breve espaço de tempo, enquanto outras não reúnem as condições para fazê-lo, ou preferem recusá-la, permanecendo com modelos anteriores. Se cada época cria novos modelos, o seu uso porém não é geral. Mas o fato central é a produção de réplicas, mais ou menos fiéis, a partir do objeto original. Segundo G. Kubler (1973, p. 99), tanto Henri Focillon no seu livro já citado, quanto André Malraux em *Lês Voix du Silence* se referiam a essa "ilusão" de potência reprodutora que parece residir nas coisas.

Segundo Rossi-Landi (1968, citado por M. Krampen, 1979, pp. 14-15) e sem contar com os objetos formados por elementos naturais não trabalhados, haveria mais dez níveis sucessivos de complexidade. O nível l seria o dos objetos a que chama de "pré-significativos", materiais brutos extraídos, comparáveis aos fonemas na articulação secundária da linguagem, enquanto o nível 10, nosso contemporâneo, reúne os objetos da produção "global". Este é o nível superior de evolução dos objetos mecânicos, presentes desde o nível 6 com as máquinas simples, seguidas pelas máquinas agregadas (nível 7), autómatos (nível 8) e os bens não-repetitivos, protótipos únicos (nível 9).

A complexidade dos objetos aparece em dois níveis, como complexidade funcional e como complexidade estrutural, segundo A. Moles (1971, p. 78). A complexidade funcional de um objeto está relacionada com o repertório de funções que podem ser combinadas no seu uso. Dizer que uma máquina de escrever está feita para escrever implica o seu emprego, a partir das suas funções elementares, com vistas a realizar um certo número de produtos. Para A. Moles "a complexidade funcional é a dimensão estatística dos usos": o que podemos fazer com o objeto, o que ele nos pode oferecer, como podemos usá-lo. Desse ponto de vista, há objetos mais e menos complexos.

Se retomamos o mesmo exemplo da máquina de escrever, a complexidade estrutural é dada pelo conjunto de peças elementares reunidas por quem a fabricou. A complexidade estrutural do objeto se relaciona com a variedade do repertório de seus elementos, podendo demonstrar-se que não há diferença entre complexidade estrutural e informação. A complexidade estrutural de um objeto é sua informação porque é a forma como pode comunicar-se com outro objeto, ou servir a uma pessoa ou empresa ou instituição tanto aquela que trabalha diretamente sobre ele, quanto, igualmente, a que, mesmo de longe,

tem comando sobre operações económicas e sociais locais. Quanto mais estruturalmente complexo é um objeto, mais eficaz e rapidamente oferece uma resposta adequada. No meio geográfico é também assim.

Classificações de objetos são numerosas, segundo os objetivos de quem as propõe ou conforme os aspectos que se deseja realçar. Uma dessas classificações é a de Bense (1974), citada por M. Krampen (1979, p. 10), para quem o autor teria buscado inspiração na obra de Peirce (1960) [21]. Para Bense, existem quatro categorias de objetos, segundo diversos graus de determinação funcional: objetos naturais, objetos técnicos, objetos de arte e objetos de "design". Os objetos de "design", "como todos os outros objetos artificiais, são planejados mas não completamente determinados quanto às suas funções". Segundo Lucrécia Ferrara (1989), é função do desenho industrial produzir um "estímulo para a sagacidade do usuário", não representando automaticamente "uma função inserida numa forma" [22].

Ainda para Bense, os objetos de arte são "os menos determinados funcionalmente", já que sua apreciação reside em fatores externos aos mesmos, localizados no observador, isto é, no sujeito. Lembra-nos Eduardo Subirats (1989, p. 102) que a arte é "o lugar que a cultura moderna reservou para essa dimensão transcendente do objeto...". [23]

Abraham Moles (1971, p. 22) sugere que, a partir da descrição das *populações* de objetos, seja construída a respectiva demografia, tarefa interdisciplinar que conduziria ao reconhecimento de uma verdadeira ecologia de objetos. Neste caso, e ao contrário da ecologia propriamente dita, em que as espécies são fixas, aqui novas espécies estão sempre surgindo. Desde que escolhidos e localizados, numa casa ou numa paisagem, os novos objetos, com suas características de idade, funcionais, de comportamento, renovam o sistema local de relações redefinindo o meio que os acolhe. O "parque" de objetos - outra ideia de Moles - define-se, segundo ele, pelas respectivas funções dentro do conjunto, visto como uma situação de "vida" (A Moles, 1971, p. 23).

Mas para entender essa situação de vida, a noção de população, tão rica, deve ser completada com uma outra noção, a de sistema, já que, como bem nota Baudrillard *(La société de consommation,* 1970, p.

---

[21]. "Uma teoria similarmente orientada para o *design* é a de Bense (1974). Baseia-se na semiótica de Peirce (1960), que é largamente considerado como o fundador dessa ciência. Bense divide todos os objetos em quatro categorias - objetos naturais, objetos técnicos, objetos de arte e objetos de *design* -, atribuindo-lhes diferentes graus de determinação funcional. Os objetos de *design,* como todos os outros objetos 'artificiais', são planejados mas não são plenamente determinados em suas funções como os segundos. Os objetos na categoria da arte são pelo menos funcionalmente determinados" (M. Krampen, 1979, p. 10).

[22]. "Nessa realidade, o Desenho Industrial exerce uma curiosa função representativa de estímulo para a sagacidade do usuário e sua habilidade de saber comprar. O Desenho Industrial já não comunica uma função inserida numa forma, mas representa o ágil processo de associação de ideias que caracteriza o usuário dos nossos dás, ansioso para salvar-se da crise.
"Reinventa-se o funcionalismo: a função do produto dos nossos dias é a sua capacidade de informar sobre tecnologias materiais, outro modo de viver, outros comportamentos, outra ideologia" (Lucrécia d'A. Ferrara, "Desenho Industrial, Objeto e Valor", *Revista Design e Interiores,* ano 2, n." 12, 1989).

[23]. "[...] As vidas humanas perderiam boa parte de seu encantamento e riqueza se, por algum acaso, fossem despidas dessa dimensão emocional, interior e não-racional que seus objetos constantemente adquirem, seja pêlos acidentes que acompanharam sua sorte, seja por qualquer característica singular a eles inerente.
"O lugar que a cultura moderna reservou para essa dimensão transcendente do objeto e para a esfera intuitiva da sua experiência é a arte [...]" (E. Subirats, 1989, p. 102).

20) poucos objetos são, hoje, oferecidos sós. Eles também não funcionam isoladamente. Lembremos, por exemplo, a relação entre os elementos da cadeia do frio, hoje tão essencial ao cotidiano de boa parte da humanidade. Há uma relação necessária, entre a geladeira e o *freezer* domésticos, o caminhão refrigerado, os depósitos frios nos comércios e os grandes frigoríficos e fábricas. Trat a-se de um todo cujos elementos apenas são viáveis em conjunto. Podemos olhar o *écran* da televisão domiciliar sem nenhuma outra reflexão sobre o sistema em que está inserido. Mas não nos poderíamos beneficiar do que ela nos traz se, ao mesmo tempo, não houvesse a produção do programa, a estação emissora de sinais e as torres de sua distribuição e redistribuição. Sem contar com os sistemas elétricos e eletrônicos adrede criados e instalados em edifícios com desenho especial. Em 1925, Sauer escrevia que os objetos da paisagem existem em correlação. Essa correlação não era, aliás, tão nítida, tão indispensável como hoje. Mas, já então, a ideia de objetos em sistema era fundamental para o trabalho geográfico.

No seu livro O *Sistema dos Objetos,* Jean Baudrillard insiste sobre essa vida sistémica dos objetos. Na mesma linha, a proposta *-de* R. Barthes no seu *Sistema da Moda* é a de um sistema de objetos definido como um "conjunto de unidades de funções e de forças". A ideia de sistema da moda é rica de ensinamentos, pois a moda é também um processo no qual os objetos já nascem com data certa de morrer (quanto à sua apreciação e valor). Mas esse é também um aspecto dos objetos técnicos atuais, isto é, a rapidez com que são substituídos e perdem valor.

A partir do reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre os lugares. Essas relações são respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluindo desde a produção de mercadorias à produção simbólica. Nessa direção é que T. von Uexhüll se refere aos "sistemas pragmáticos" de objetos, isto é, sistemas de objetos que facilitam relações pragmáticas (em M. Krampen, 1979, p. 9)[24].

UM OBJETO GEOGRÁFICO?

Mas, devemos perguntar-nos, haverá, mesmo, um objeto geográfico? Assim como, em outras disciplinas, costuma-se dizer que existe um objeto social ou um objeto antropológico, entende-se que, numa disciplina geográfica sequiosa de autonomia - e de legitimidade epistemológica - também se queira afirmar a existência de um objeto próprio. Mas que seria esse objeto geográfico?

---

[24]. "T. von Uexhüil (1973) continuou a obra de seu pai ordenando os objetos no que ele chama de sistemas pragmáticos. O sentido não aparece senão em situações pragmáticas, e o sentido de um objeto específico mudará portanto de uma situação para outra. O que J. von Uexhüll chamava de 'sentido' tornou-se na terminologia de T. von Uexhüll a 'resposta' do objeto a uma 'hipótese de significado' que o usuário potencial aventou. Essa resposta contém informação sobre 'direções para uso'. O 'diálogo' entre o objeto e o usuário é parte de um sistema de programas pragmáticos interativos nos quais os homens e os objetos funcionam juntos" (M. Krampen, 1979, p. 9: T. von Uexhüll, "Ais Mitteilung und Formung", *Praxis der Psychotherapie.* n." 18, pp. 137-150).

Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos mo veis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Esses objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama a Geografia Física como do domínio do que se chama *a* Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram.

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade.

Os objetos que constituem o espaço geográfico são obrigatoriamente contínuos e a população de objetos considerada pelo geógrafo não resulta de uma seleção, ainda que sábia e metódica, do pesquisador. O espaço dos geógrafos leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, todos sem exceção. Sem isso, aliás, cada objeto não faz sentido. O espaço serial, de que fala R. Ortiz (1994), privilegia uma parte, um subsistema, do mundo dos objetos existentes em um lugar, considerando essa parte como se fosse o todo. A própria noção de desterritorialização como aparece em O. lanni (1993) e em outros autores é também tributária dessa mesma noção de objeto, vigente entre sociólogos e antropólogos e do que muitos chamam de espaço de objetos, formados, por exemplo, por objetos do culto, naturais ou artificiais (M. Auge, 1994). O enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu uso combinado pê los grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas, geralmente, é também funcional.

Onde, talvez, a noção e a realidade do objeto melhor se aproxima da geografia é na arqueologia. Para ambas, o objeto é, primeiro, um dado, cujo exame permite, depois, a construção intelectual de sua realidade. O arqueólogo busca identificar uma cultura e uma época, a partir das amostras encontradas. O geógrafo se interessa pelo conjunto de condições características de várias épocas mas a partir do presente, -indo, frequentemente, deste para o passado. Como para o arqueólogo (J. P. Demoule, 1994, p. 19), os "objetos, seu modo de fabricação e sua função" também são um terreno estável para o geógrafo. Mas as respectivas *démarches* apresentam diferenças.

Para o arqueólogo, segundo exprime O. Buchsenschutz (1987, p. 18), um objeto é todo elemento sólido que foi utilizado pelo homem para se abrigar, trabalhar ou transportar algo. O objeto geográfico seria tudo isso e muito mais e onde está indicada uma utilização passada forçosamente haveria que agregar a utilização atual.

Arqueólogos e geógrafos partem de objetos concretos, mas os geógrafos trabalham também com os objetos do presente. É assim também com as ações. Se para os arqueólogos o objeto *é o* único vestígio da ação (L. Thévenot, 1994 , p. 75), para o geógrafo o objeto é um testemunho atual da ação. Por isso, os respectivos padrões são dinâmicos e móveis. Na *démarche* geográfica, vemos como as ações do presente incidem sobre objetos vindos do passado.

Lendo os sociólogos, encontramos pelo menos duas acepções do seu objeto. A primeira é o objeto como coisa objetivada e a segunda se refere a fenómenos objetivos, não obrigatoriamente materializados. No fim do século passado, Durkheim havia proposto considerar os fatos sociais como coisas. Ele estava chamando a atenção para a realidade do fato social, realçando sua efetividade como para justificar ainda mais a cientificidade da disciplina que ajudava a fundar, a sociologia. Muitas foram as críticas que essa postulação acarretou, em torno da ideia de que o que existe são fatos sociais coisificados - os objetos - e fatos sociais do domínio do real, mas não objetivados.

Também encontramos essa ideia nos escritos de Simmel. O sociólogo alemão refere-se às cristalizações da ação social. Segundo ele, a explicação do mundo passa pelas formas e pela vida. Ele está se referindo, de um lado, ao que vem do passado e se cristaliza como forma e, de outro lado, ao presente, que seria a vida. Ambas as coisas juntas explicam o que temos em torno de nós e, por conseguinte, são um ponto de partida importante para a Geografia. Para Simmel, a mesma forma pode realizar-se em conteúdos muito diversos, e as formas podem compreender uma infinidade de conteúdos logicamente possíveis.

Em sua famosa definição dos fatos sociais, cuja existência se impõe à sociedade, e, independentemente deles, aos indivíduos, Emile Durkheim (1895, 1962, pp. 12 -13) distinguia entre meio de ação e meio de existência. Nessa definição ele inclui os "meios de ação fixos", um caso particular dos "meios de existência", isto é, "meios de ação cristalizados". Essa cristalização dos meios de ação segundo Durkheim pode ser considerada como equivalente ao "trabalho morto" da terminologia de Marx e seria mais bem representada, em nossos dias, pelo conjunto de objetos culturais que, ao lado ou no lugar dos objetos "naturais", cuja significação modificam, formam o que podemos chamar de configuração espacial, configuração territorial ou configuração geográfica, da qual a paisagem é um aspecto ou uma fração. Mas, na terminologia geográfica corrente, essas duas expressões - configuração geográfica e paisagem - substituem frequentemente e equivocadamente a palavra espaço. Ora a configuração espacial é um dado técnico, enquanto o espaço geográfico é um dado social. Voltaremos a esse tema mais adiante.

Outros meios de ação cristalizados seriam a lei - que vem do passado e se impõe no presente, os costumes, a música, as obras de arte, isto é, toda uma enorme gama de relações entre os homens que permanecem e vigoram no presente, apesar de terem sido criadas num momento anterior.

Acrescentaríamos a esse raciocínio de Durkheim que as formas sociais não-geográficas tornam-se, um dia ou outro, formas sociais geográficas. A lei, o costume, a família acabam conduzindo ou se relacionando a um tipo de organização geográfica. A propriedade é um bom exemplo porque é, ao mesmo tempo, uma forma jurídica e uma forma espacial. A evolução social cria de um lado formas espaciais e de outro lado formas não-espaciais, mas, no momento seguinte, as formas não-espaciais se transformam em formas geográficas. Essas formas geográficas aparecem como uma condição da ação, meios de existência - e o agir humano deve, em um certo momento, levar em conta esses meios de existência. Foi isso que levou Durkheim a propor, dentro da Sociologia, uma disciplina chamada de Morfologia Social, na qual os geógrafos enxergaram então uma concorrente da geografia (A. Buttimer, 1991; V. Berdoulay, 1978), votando ao termo e aos conceitos subjacentes um combate feroz e duradouro. Foi uma pena, pois a ideia de Durkheim (1895, 1962, p. 113) para quem o meio era formado de "coisas e pessoas", poderia haver aproximado a geografia de uma definição do seu objeto epistemologicamente operacional.

A questão de saber o que é, constitucionalmente, um objeto geográfico, resta inteira. John Pickles (1985) põe o dedo na ferida, quando se pergunta sobre "o modo de ser característico dos objetos geográficos". Ele reclama a necessidade de compreender e alcançar esse modo de ser específico. A partir de sua visão fenomenológica da geografia, J. Pickles (1985, pp. 95-39) chama a atenção para o fato de que todas as coisas sendo coisas do mundo, devemos evitar o risco de tomar sua aparência como se fosse a realidade, confundindo o ser com o objeto.

Mas o que são, substancialmente, tais objetos geográficos? Como eles existem, isto é, como nascem e como evoluem? Qual a sua realidade entitativa?

E cabe, realmente, falar de um objeto geográfico? (A. Bailly, H. Beguin, 1982, pp. 31-33).

A questão pode ser formulada em outros termos. Será mesmo indispensável sair à procura de materialidades a que, com exclusividade, definiríamos como objetos geográficos, para bem circunscrever um objeto para a geografia? A ser isso legítimo, haveria, então, forçosamente, que distinguir um objeto geográfico, um objeto etnográfico, um objeto antropológico, um objeto sociológico, um objeto económico e, também, um objeto artístico, um objeto estético, um objeto religioso?

Ou poderíamos partir de um outro começo? O que aqui estamos buscando não é propriamente uma estrutura mitológica dos objetos, mas a construção epistemológica de um objeto de pensamento, a partir da província da experiência que nos interessa. É esta que constitui a realidade se bem entendemos A. Schutz (1987, p. 128).

Pierre Boudon (1971) nos lembra de que uma coisa é a classificação dos objetos, outra é o seu estatuto epistemológico. Não devemos confundi-las. Diante do mesmo objeto, podemos atribuir-lhe

diferentes estatutos epistemológicos, sempre lembrados de que o processo social como um todo é indivisível, assim como nos relembra Schumpeter (1911, 1969, p. 3).

Os mesmos objetos podem dialogar com as mais diversas discipli nas. E assim como um sociólogo, Raymond Ledrut (1984), consagra um livro inteiro à questão da forma social, a Geografia pode igualmente buscar entender o mundo através das formas geográficas. De um ponto de vista epistemológico, as mesmas coisas seriam, de um lado, objetos sociais e, do outro, objetos geográficos. Em sua geografia estrutural, G. Ritchot (1991, p. 117) chama a atenção para o perigo reducionista de superpor níveis de organização, com a projeção sobre o objeto geográfico do objeto semiótico, antropológico, económico.

A questão que se coloca é, pois. sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista. Este não é um dado em si, um dado *a priori*, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída. Escrevendo nos anos 40, Lê Lannou provocou um escândalo, ao dizer que a geografia era um ponto de vista, expressão, aliás, mais precisa que a ideia de uma geografia como "estado de espírito", levantada por H. Baulig (1948). Parafraseando o que B. Stiegler (1994, p. 44) escreveu, a propósito da linguística, "aqui é o ponto de vista que cria o objeto".

Não cremos, pois, que seja indispensável continuar buscando a definição de um objeto com existência separada, isto é, uma existência geográfica, um objeto geográfico em si. A partir do entendimento que tivermos do que deve ser o objeto da disciplina geográfica, ficamos em condições de tratar, *geograficamente, os* objetos encontrados. Mas esta proposição restará tautológica, se não buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento. Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação. Pensamos que nossa proposta atual de considerar o espaço geográfico como a soma indissolúvel de sistemas de objetos ej sistemas de ações pode ajudar esse projeto.

Esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes). Trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vem do papel que, pelo fato de estarem em contiguidade, formando uma extensão contínua, e sistemicamente interligados, eles desempenham no processo social.

Os geógrafos Philippe e Génèvieve Pinchemel (1988, p. 40) nos recordam de que "os homens são seres de ação: eles agem sobre si. mesmos, sobre os outros, sobre as coisas da Terra". E o que é agir, o que é ação, o que é um ato?

Inspirado em T. Parsons & E. Shils (1952), E. Rogers (1962) nos lembra que um ato é formado de: 1) um comportamento orientado; 2) que se dá em situações; 3) que é normativamente regulado; 4) que envolve um esforço ou uma motivação

Um ato não é um comportamento qualquer, mas um comportamento orientado "no sentido de atingir *fins* ou objetivos" (E. Rogers, 1962, p. 301). Aliás, autores como B. Hindess (1987, pp. 138-139) e Schutz (1967, p 61) também nos chamam a atenção para a distinção necessária entre comportamento e ação. Para Schutz (1967, p. 61), a ação é a execução de um ato projetado e o sentido da ação é o correspondente do ato projetado. E o ato supõe uma situação, sobre a qual se projeta a ação. Esta, segundo escreve A. Moles em sua *Phénomenologie de l'Action* (1974, p. 264) é um deslocamento visível do ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação do meio. Um dos resultados da ação *é*, pois, alterar, modificar a situação em que se insere.

A ação é um processo, mas um processo dotado de propósito, segundo Morgenstern (1960, p. 34), e no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo. Esses dois movimentos são concomitantes. Trata-se, aliás, de uma das ideias de base ou Marx e Engels. Quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa.

A ação é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia. A noção de atuação liga-se diretamente à ideia de práxis e as práticas são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem. Segundo Pagès (1979, p. 50) "o conjunto do campo de atividades de cada indivíduo é codificado pelo sistema de regras, do mesmo modo que o seu campo relacional". A própria escolha e uso da energia que vai mover as ações depende parcialmente das normas, desde a fase inicial das técnicas do corpo, à fase atual das técnicas da inteligência.

A. Giddens (1978, p. 80), propõe distinguir entre ato, ação, atu-ação. Um ato seria um segmento identificado de uma ação. Esta se daria como um conjunto de atos ou como um processo formado de subprocessos, atos consecutivos. Ele nos convida a entender a ação como a "corrente de intervenções causais reais ou observadas de seres corpóreos num processo contínuo de acontecimentos no mundo" (1978, p. 80). O tempo da ação, segundo Morgenstern (1960, p. 40) é

uma estrutura que tem três períodos: um período inicial, completo, que pertence à condição da ação, um período intermediário, causal, que não é completo, e que não é incompleto, e um agora bem estreito quando culmina o processo da ação.

Giddens (1978, p. 81) também propõe distinguir entre intenção e propósito. A intenção é central na prática diária, enquanto o propósito supõe ambições ou projetos de longo prazo. Todavia, ele lembra o fato de que raramente os homens agem com um fim claro na cabeça. É, aliás, frequente que nossas ações se dêem sem que antes haja uma clareza em nosso espírito. E isto é ainda mais válido hoje do que há alguns decénios atrás. Basta lembrar, por exemplo, a noção e a realidade do consumo, tão sensível aos impulsos, graças a incitações da publicidade.

Escrevendo em 1952 sobre essa relação entre ação e projeto, Gaston Berger refletia que o tempo da ação é o tempo do projeto. O projeto inclui reconhecer de antemão o que fazer, como fazer, o conjunto de tarefas e suas etapas, isto é, sua ordem. E, sempre segundo Gaston Berger, o projeto não se deixa confundir com o sonho porque no sonho basta exprimir um voto, uma imagem; não precisamos saber exatamente o que fazer, nem como fazê-lo, podendo dispensar essa ideia de conjunto, essa urgência das etapas. O sonho não exige um tempo objetivo, um tempo solidamente definido. Já o projeto "prepara uma execução", exige aplicação e trabalho metódicos, fundados numa ordem. É somente assim que a ação projetada se torna eficaz.

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra.

Isso que estamos vivendo no presente momento histórico, em virtude desse distanciamento e dessa esquizofrenia no processo criador dos eventos, é o que se poderia chamar de alienação regional ou alienação local, uma denominação talvez mais adequada para aquilo que An-thony Giddens (1991) apelidou de "lugar fantasmagórico".

Impõe-se distinguir entre atores que decidem e os outros. Um deci-didor e aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar. Essa ideia é desenvolvida por J. Masini (1988, pp. 112-113) que inclui, entre os grandes decididores, os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos... A escolha do homem comum, em muitas das ações que empreende, é limitada. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor. Mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação. Essa categoria de corporeidade está ganhando espaço nas ciências do homem nesta fase da globalização. A geografia também começa a incorporá-la. Neil Smith (1984, ed. bras.,

1988) ao escrever sobre o problema das escalas, considera que estas conhecem uma progressão que vai do corpo do homem ao próprio mundo, tomado como um todo. A corporeidade do homem é um instrumento da ação. Mas é sempre preciso levar em conta que o governo do corpo pelo homem é limitado, nos dias atuais, e que é lento o progresso na produção de normas legais para protegê -lo.

A limitação nas escolhas pode apresentar-se com duas vertentes (Giddens, 1978, p. 69). Uma delas é a limitação da consciência. Qual a possibilidade real, neste mundo pós-moderno, de distinguir claramente o que é bom e o que é mau? Como, por exemplo, ler o discurso dos políticos e das mercadorias, ambos submissos às mesmas regras de *marketing?* Essa limitação à consciência implica uma forma particular de tomar ação. A outra vertente na limitação das escolhas vem das limitações à própria ação. Depois que estamos munidos de um determinado quinhão de consciência, sabemos que as formas de ação que nos estão realmente abertas são pouco numerosas.

Como, assim, levar em conta o que, na linguagem sociológica, se chama uma ação racional? Em sua proposta de *Legitimation Crisis* (1975) Habermas nos fala de subsistemas de ação racional deliberada, para distingui-los de outros. Depois, o tema foi aberto a uma vasta discussão. No passado, os objetos revelavam propósitos de cada sociedade e eram os seus meios próprios à realização dos seus próprios fins. Já no mundo de hoje, as ações chamadas racionais tomam com frequência esse nome a partir da racionalidade alheia. Essas ações racionais são cada vez mais numerosas. Sua racionalidade deve-se, em grande parte, à própria natureza dos objetos técnicos, cuja vocação original é, exata-mente, servir a uma ação racional, ação que se quer precisa, graças às técnicas concretas (M. Humbert, 1991, p. 55). As ações são cada vez mais precisas e, também, mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio. Em virtude do papel dos objetos técnicos, a ação é cada vez mais racional, mas a sua razão é, frequentemente, uma *razão* técnica. Dentro de uma ordem pragmática, a racionalidade do que é fim para outrem acaba sendo a racionalidade do meio e não a do sujeito,

Mas a ação humana não é exclusivamente uma ação racional. Weber já o havia dito em *Economia e Sociedade* quando enumerou as suas quatro formas básicas: ações racionais por via do instrumento, racionais pelo valor, tradicionais e afetivas. J. Habermas (1968,1973, p. 22) fala de uma oposição entre atividade instrumental e atividade comunicacional, a primeira estando relacionada com o trabalho, enquanto a segunda tem que ver com as interações simbólicas.

Segundo G. Hottois (1994, p. 79), G. Simondon, escrevendo nos anos 50, claramente distinguia entre ações técnicas e ações simbólicas, as primeiras servindo à transformação da natureza, enquanto as segundas se fazem sobre o ser humano. Segundo I. Braun 8c B. Joerges (1992, pp. 81-82) haverá três tipos de agir: técnico, formal e simbólico. O agir técnico leva a interações formalmente requeridas pela técnica. O agir formal supõe obediência aos formalismos jurídicos, económicos e científicos. E existe um agir simbólico, que não é regulado por cálculo e compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas

pêlos modelos gerais de significação e de representação. Em certos casos, triunfam as condições do agir técnico, mas não as condições do agir formal. Em outros casos triunfam as condições do agir formal, mas não as condições do agir técnico. Em ambos casos, dão-se as formas de ação chamadas "racionais", enquanto o agir simbólico se confunde com as formas culturais de apropriação e utilização da técnica.

Existiriam, pois, paralelamente essas três ordens: a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico. O cotidiano se dá mediante essas três ordens. Mas se, por um lado, a ordem técnica e a ordem da norma impõem-se como *dados*, por outro lado, a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma.

A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições. Mas os propósitos relativos às ações são realizados por meio dos indivíduos, conforme assinala B. Hindess.

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, económicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas. Parafraseando Whitehead (1938, pp. 139-140), podemos dizer que "fora do espaço, não há realização"[25], o espaço sendo produzido "por um *conjunção particular* de processos materiais e de processos de significação" (Lagopoulos, 1993, p. 275).

UMA GEOGRAFIA DA AÇÃO?

O argumento central de B. Werlen (1993) é que a geografia falhou em seu enfoque do espaço, por não haver dado bastante ênfase ao que chama de "action-based theory of social geography, highlighting subjective agency" (p. 100), "uma teoria da geografia social onde a ação subjetiva é realçada". Mais adiante ele afirma que "se a *ação,* em lugar do *espaço,* se tornasse o conceito teórico

[25]. Fora do nada se consuma. O espaço é condição para a consecução. Ele simboliza a complexidade da realização imediata [...]. Tempo e Espaço expressam o universo como incluindo a essência da transição e o sucesso da realização. A transição é real, e a realização é real. A dificuldade consiste, para a linguagem, em expressar uma delas sem invalidar a outra" (Whitehead, *Modes ofThought,* 1938, pp. 139-140).

central da geografia social, o arranjo espacial dos objetos seria relevante não como uma causa, mas como uma condição e uma consequência necessária da ação humana" (p. 143).

A insistência de Werlen quanto ao papel central da ação em sua geografia social não exclui o reconhecimento do papel exercido pelo que chama de "dimensão espacial". Mas esta não é causa das ações nem os eventos são causados pelo espaço (Werlen, 1993, pp. 142-143)[26]. Ele repisa essa tecla, para defender ainda mais sua premissa de que, sendo a geografia social uma ciência baseada na ação, não é o "espaço" a principal unidade de análise, mas a "ação" e o "ato" (B. Werlen, 1993, p. 139). Werlen (1993, p. 143) considera que as chamadas dimensões espaciais da realidade são significativas, mas não podem ser consideradas como uma causa das ações, ainda que compareçam como o quadro da ação.

Para Werlen (1993, p. 139) também não é a "ação no espaço" que constitui a base de pesquisa nesta sua nova geografia social. Ele parece sobretudo referir-se ao trabalho de numerosos geógrafos anglo-saxões, a partir das propostas de Derek Gregory e outros. E explica o seu ponto de vista: como toda ação se dá *no espaço*, um tal enfoque (ação no espaço) em nada serviria à explicação, de um ponto de vista espacial, dos diversos sistemas sociais. As principais tarefas de uma pesquisa de geografia social baseada em uma ativa teoria da ação seriam as seguintes: 1) compreender e explicar as ações humanas; 2) clarificar a relação entre ações humanas e os mundos social e físico (Werlen, 1993, pp. 139-140). Um outro ponto fundamental na analise de Werlen é a importância que ele atribui à ação subjetiva, isto é, ao papel do indivíduo, escolha metodológica que vai marcar toda a obra, ainda que, a cada passo (p. 174)[27], ele também chame a atenção para o papel das condições físico-materiais que enquadram a ação humana.

Em resumo, a teoria geográfica de B. Werlen poderia ser assim enunciada: 1) a geografia não deve ser considerada como uma ciência do espaço, mas como uma ciência da ação: 2) a ação subjetiva deve ser destacada numa pesquisa geográfica; 3) a dimensão espacial deve ser considerada, mas ela não é causa dos eventos, nem da ação,

A noção de um espaço influente sobre as ações humanas aparece em todos os, capítulos, desde a introdução à conclusão. Mas isso não impede o autor de asseverar, também em todos os capítulos, a proeminência da ação e seu papel central na Geografia. É como se houvéssemos que decidir entre um e outro, como se a escolha de um excluísse, de plano, a relevância do outro. Tratar-se-á, aqui também,

---

[26]. "O espaço no mundo físico é constituído *via* a experiência corporal do próprio sujeito através do eu consciente em movimento. O agente experimenta assim o mundo físico e representa as suas dimensões espaciais *da perspectiva de seu próprio corpo.* Similarmente, a materialidade do mundo físico é experimentada pelo contato corporal direto com esse mesmo mundo. Essa visão do mundo físico centrada no sujeito também afeta a definição dos sistemas de coordenadas espaciais correspondentes. A perspectiva subjetiva principia com a ideia de que por intermédio do corpo o agente assume uma posição concreta no mundo físico" (B. Werlen, 1993, p. 161).

[27]. "Ainda aqui dados a minha ênfase na mediação subjetiva e o argumento da necessidade de uma geografia social orientada pela ação, é particularmente necessário encarecer a importância dos artefatos materiais na reprodução e na mudança das condições sociais existentes. Como afirmei no Capítulo I, esses artefatos estabelecem coações sobre a natureza da mediação subjetiva. No entanto, mostramos nesse capítulo que esses artefatos materiais imóveis não são, por si mesmos, redutíveis ao 'espaço* como causa" (B. Werlen, 1993, p. 174).

da velha e pertinaz herança dualista que tanto tem marcado a disciplina durante mais de um século? Mesmo entre os que afirmam discordar dessa postura, a construção do respectivo método frequentemente reconduz a esse dualismo, que tanto pode levar a postulações ambíguas, como a uma atitude maniqueísta.

Fica a impressão de que Werlen hesita em dar o passo definitivo que o levaria a alcançar uma outra visão do fato geográfico. Pois Werlen, aproximando-se de Popper, chega a admitir (p. 203) a possibilidade de uma integração entre um enfoque centrado no curso da ação e, ao mesmo tempo, na estrutura objetiva. A lista é grande de alusões ao papel ativo do espaço, incluindo as mais diversas acepções com que a palavra é utilizada em obras de geógrafos e de outros cientistas sociais. Werlen faz desfilar ideias próprias e opiniões de outros autores, para mostrar que leva em conta a importância dá materialidade ante a ação. De Simmel é mencionado o constrangimento da distância, ideia a que Werlen (p. 186) acrescenta a noção de distância funcional, dado essencial no cálculo dos custos. De Weber são lembradas as relações da ação com o artefato e o mundo físico (p. 183) e de Parsons o papel da localização como base de operações (p. 190). Werlen insiste na importância das condições físico-materiais da ação (pp. 200-201), na significação dos artefatos materiais imóveis (p. 165), na influência da posição física, material, do corpo do agente (p. 125). É, aqui', aliás, onde Schutz e Luhman são citados, *a* propósito do alcance material do corpo humano, alcance atual ou potencial, e sua influência sobre a interação social.

Onde, ao nosso ver, Werlen fica mais próximo da solução do problema teórico da definição do espaço é quando se refere à obra de Durkheim. De todos os sociólogos e filósofos citados no livro, é Durkheim aquele que revela uma clara noção do que, à sua época, era considerado pêlos geógrafos como sendo o espaço, noção que, aliás, ele, Durkheim, buscava aperfeiçoar. Incompreendido pêlos geógrafos, na época dos seus escritos, Durkheim ainda está esperando que suas ideias a respeito do espaço sejam retomadas e devidamente aperfeiçoadas.

Parece-nos que Werlen não tira todo partido das ideias de Durkheim. Quando este (1982, p. 70), falando das formas, assevera que... "elas são como moldes nos quais somos forçados a incluir nossas ações", *é* toda uma pista aberta à construção de uma teoria geográfica. Citando essa frase, Werlen admite (p. 172) que "os artefatos materiais podem dirigir as ações", mas o faz para voltar a insistir não apenas na relevância da ação, mas no seu império, não atribuindo a importância devida à noção de "meios da ação" introduzida por Durkheim em sua proposta de morfologia social.

Objetos não agem, mas, sobretudo no período histórico atual, podem nascer predestinados a um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido. Mas hoje, os objetos "valorizam" diferentemente as ações em virtude de seu conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente não

dá conta da sua realidade histórica. Uma geografia social deve encarar, de modo uno, isto é, não -separado, objetos e ações "agindo" em concerto.

As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações não se geografizam indiferentemente. Há, em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história. Há uma diferença entre dizer que o espaço não é uma causa e negar que ele é um fator, um dado. Admitir a "existência" do espaço não é ser "geodeterminis-ta", como na crítica de Werlen (p. 6). Pois o valor do espaço não é independente das ações que ele é susceptível de acolher.

O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido. Nesse sentido não há significações independentes dos objetos. A frase de Simmel, retomada por Werlen (1993, p. 147), segundo a qual uma mesma sigficação pode instalar-se em diversos objetos e um mesmo objeto pode simbolizar diferentes significações sociais, não é aceitável quando o objeto é examinado de um ponto de vista geográfico.

A. Giddens, num texto assassino (1984,1987, pp. 433-434), criva os geógrafos de sarcasmo, ao reclamar que a sociologia teria muito a ganhar com a contribuição teórica vinda da geografia: os conceitos geográficos poderiam ajudar os sociólogos a incorporar em suas análises a realidade do espaço. Para Giddens, a falta de apetite dos geógrafos viria do fato de que estes se contentariam em acolher e utilizar a produção teórica dos sociólogos, responsável por avanços teóricos na geografia. Trata-se, na realidade, de um equívoco. Conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações.

Uma definição consistente do espaço geográfico não pode ser encontrada nas metáforas provindas de outras disciplinas. Nem os conceitos de espaço que essas disciplinas estabelecem podem passar, automaticamente, para a disciplina geográfica. Mesmo as ideias seminais de Einstein, como a da relatividade e a equivalência entre o tempo e o espaço, necessitam de adequação, para se tornarem operacionais em geografia. É à geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulações de outros campos.

3

O EPAÇO GEOGRÁFICO, UM HÍBRIDO

ENTRE A AÇÃO E OBJETO: A INTENCIONALIDADE

A noção de intencionalidade permite uma outra releitura crítica das relações entre objeto e ação. *"A intencionalidade* é o traço fundamental do vivido em geral" disse Jean Beaufret, referindo-se à ideia de Husserl, para quem a intencionalidade é "essa presença das coisas e nas coisas"[28].

De acordo com Brentano (1935, p. 29), "não há pensamento sem um objeto pensado, nem apetite sem um objeto apetecido". Para o filósofo português V. de Magalhães Vilhena (1979, p. 203) que o cita, "ter uma ideia é ter uma ideia de algo; toda afirmação é afirmação de algo: todo desejo é desejo de algo"[29]. Por isso, a intencionalidade, no dizer de B. Latour (1991, p. 79), "transforma a distinção, a separação, a contradição, em uma insuperável tensão entre o objeto e o sujeito".

Pode, sem dúvida, ser objetado que a ideia de intencionalidade é apenas válida na reconstrução da teoria do conhecimento. Opondo-se à ambiguidade do *cogito* do enfoque cartesiano, e também reclamando a supressão da dualidade entre *cogito e percipio,* Husserl enxerga nessas duas categorias operações integradas e inseparáveis, cuja unidade deveria servir para recusar, ao mesmo tempo, os simplismos do idealismo e do realismo. A própria consciência, diz Husserl, é intencional e "quando levamos a cabo um ato de conhecimento [...] quando estamos vivendo nesse ato de consciência, nós estamos lidando com a coisa objetiva que esse ato pensa e expõe, através, precisamente, do modo de conhecimento" (Husserl, 1959,1, p. 249) ou, como lembra W. A. Luijpen (1966, p. 31), o intelecto é tanto uma inteligência ativa como uma inteligência passiva. ("The intellect is an *intellectus agens […]* the intellect also is *intellectus patiens.)*

---

[28]. Segundo Jean Beaufret (1971, pp. 182), o termo *intencionalidade* teria sido usado por Franz Brentano, "filósofo que se torna psicólogo em Viena".

[29]. "Cada vez que sentimos", escreveu algures Herbart, "há de existir algo na consciência como representado; de modo que esse determinado sentir implica esse determinado representar. E cada vez que apetecemos [...] temos no pensamento aquilo que apetecemos". "Em quaisquer atos de representação, sentimentos e juízos, em qualquer fenómeno psíquico - assim disse, em página de tardia mas considerável repercussão, Franz Brentano, o grande precursor da filosofia germânica deste século, desenvolvendo o citado passo de Herbart - há a necessária presença de um 'objeto' imanente ou contido. Ter uma ideia é ter uma ideia de algo; toda afirmação é afirmação de algo, todo desejo é desejo de algo. Não há pensamento sem um objeto pensado, nem apetite sem um objeto apetecido" (V. de Magalhães Vilhena, 1979, p. 203).

Mas a noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considera dos como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno.

Ao propor o que chama de "fato primitivo" de uma filosofia exis tencialista, Luijpen (1966, pp. 88-89) denomina de encontro *(encounter)* essa "implicação mútua do sujeito e do mundo", essa "reunião do homem e do objeto". Ele chega a se perguntar se a expressão diálogo não seria mais adequada para exprimir o fenómeno, já que "nenhum dos dois participantes [...] pode ser pensado se o separamos do outro, pois assim estaríamos destruindo o próp rio diálogo" (p. 89). Para Luijpen, as expressões "encontro" e "diálogo" seriam, no vocabulá rio da fenomenologia, como sinónimos da noção de "presença", em Merleau-Ponty, ou "participação", em G. Mareei.

É a própria ação humana que assim se define. E, conf orme Szilasi (1973, p. 35) o vocábulo *ato* "não designa apenas uma ação, atividade ou processo, mas a própria relação intencional". Ele desenvolve seu argumento, dizendo que "os atos são acontecimentos de consciência que têm o caráter da intencionalidade". Para esse autor, o produto já está contido no ato produtivo e, assim, a faculdade da consciência que torna possíveis as suas ações produtivas consiste em estar sempre fora dela mesma. Desse modo e como consequência da intencionalidade, encontramo-nos desde o início implicados na "trama das coisas" (Szilasi, 1973, pp. 41-42).

Um outro enfoque relevante para a nossa discussão vem de Gabriel Mareei (1949, 1965). O eixo central de sua filosofia é a distinção e, ao mesmo tempo, a unidade, entre Ser e Ter. Trata-se, essencialmente, da distinção entre o que somos e o que temos. Mas o ter se relaciona com o tomar e o que temos são coisas independentes de nós (1965, pp. 144 e 155). Daí a relação, proposta por Mareei, entre o ter e a espacialidade.

A ação humana, pois, inclui um retro-efeito de parte das coisas que ela própria, ação humana, vivifica, o que Mareei apropriadamente equipara a um efeito de *boomerang* (p. 163). A intencionalidade seria uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto. Assim, essas coisas não são apenas externas, já que atingem o agente "clandestinamen te". Assim, o fato de ter, diz G. Mareei (pp. 164-165), provoca uma tendência à sua própria destruição. A perda do sujeito se daria na própria coisa que começou por possuir, e que agora absorve o senhor que havia pensado controlá-la. Na realidade, corrige Mareei (p. 165), esse processo não leva o *ter* a ser destruído, mas a ser sublimado e transformado em *ser.*

O filósofo italiano C. Diano (1994, p. 90) talvez vá ainda mais longe, ao lembrar que "no ato teórico, sujeito e objeto constituem uma unidade, mas o sujeito aparece como objeto". Segundo ele, pode-se pretender que sujeito e objeto criam-se mutuamente, eles se substan cializam um à custa do outro na

"empiricidade", onde, sob a ação da forma, revelam-se no evento[30]. Este, para A. A. Moles (1974, p. 106), define-se como a ação exercida pelo entorno sobre o ser e cuja natureza é mais ou menos imprevisível.

A ação intencional é "movimento consciente e voluntário" do agente na direção das coisas (Jean-Luc Petit, 1990, pp. 71-72), envolvendo uma projeção do agente (L. Quéré, 1990, pp. 87-88), já que as crenças, os desejos, as intenções implicam um objeto.

Pelo fato de não ser um objeto entre outros objetos, mas um sujeito que se relaciona com o seu entorno, é que o homem pode ser definido por sua intencionalidade (F. O. Bollnow, 1969, p. 241). Mas Bollnow se pergunta se a intencionalidade é, em si mesma, bastante para a compreensão da essência do espaço (p. 242). Ele talvez estivesse pensando no espaço hodológico de Lewin (1934), um espaço aberto pêlos caminhos, o que constitui, de nosso ponto de vista, uma visão restritiva. O espaço geográfico é muito mais do que simples oferta de caminhos, ainda que também seja isso.

Uma outra noção de intencionalidade, vinda da psicologia e da psicanálise, pode ser apropriada na análise geográfica, com a acepção que, aqui, estamos querendo sugerir. Para Elliot Jacques (1982,1984, p. 144) "a ideia do evento intencional está implícita na ideia de conduta, de ação" (1984, p. 144) e, dentro dessa categoria geral, propõe destacar a noção de episódio, "implícita na ideia de intencionalidade e de direção dessa conduta e dessa ação". O episódio possuiria una estrutura "determinada e analisável", que o distingue da conduta intencional em geral. Segundo essa concepção, a atividade se desenvolve a partir de uma *imagem-meta*, acarretando uma conduta orientada a atingir um *objeto-meta* satisfatório. Este é representado pêlos meios disponíveis "em forma de coisas, pessoas, ideias, que existam objetivamente e que possam ser utilizados [...] tal como estão ou após uma transformação adequada" (E. Jacques, 1984, pp. 145-146). Essa noção de *episódio* quadra-se bem à ideia (que estamos buscando desenvolver) dessa vida unitária das ações e dos objetos, na definição simultânea da produção dos eventos e da reprodução do espaço geográfico.

Em sua versão da tese da intencionalidade, T. Hàgerstrand (1989) completa e aperfeiçoa as propostas anteriormente avançadas por D. Ley (1977), A. Buttimer (1976), N. Smith (1979), D. Seamon (1982), J. Pickles (1985) e outros. Fundando-se no filósofo sueco Jakob Mel0e (1973), refere-se à ação humana como uma projeção da matéria. A paisagem, segundo Hàgerstrand, ofereceria uma versão extrema da tese da intencionalidade. Sua geografia do tempo, conforme a interpretação de M. A. Díaz de Munoz (1991, pp. 132-133), não seria fundada na atividade real dos indivíduos, mas nas condições para sua atividade potencial. É assim que as "ações se convertem em trajetórias espaço-

[30]. "É somente na esfera da forma que existe o *objeto,* e ele existe aí porque o sujeito é apenas o seu espelho. E quando se diz que é o sujeito que cria o objeto, não se dá mais do que quando se pretende que o sujeito é criado pelo objeto. Mas ambas as coisas podem ser ditas unicamente se sujeito e objeto são tomados separadamente e substancializados um à custa do outro na empiricidade na qual, sob a ação da forma, eles se revelam no acontecimento. Daí o caráter ambíguo do sujeito de que fala o idealismo. Com efeito, no ato teórico, sujeito e objeto são uma só coisa, mas o sujeito não pode aparecer senão como objeto [...]" (C. Diano, 1994, p. 90).

temporais da matéria" (Hàgerstrand, 1989, p. 114)[31]. É nessa direção que se pode reinterpretar a ideia de Heidegger (1992, p. 90), segundo quem "o *onde* determina o *como* do Ser, porque Ser significa presença". Segundo o geógrafo sueco, a ação é ação em uma paisagem e é a paisagem que dá forma a ação. Mas onde Hàgerstrand escreve *paisagem,* teríamos escrito *espaço.* Feita essa ressalva, o importante é realçar a inseparabilidade entre ação e objeto, para afirmar, como estamos fazendo, que o tema central da geografia não é separadamente os objetos, nem as ações, mas objetos e ações tomados em conjunto.

A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território.

Lembremo-nos, porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio.

Os atores podem engajar-se em ações que não são consequência de decisões (B. Hindess, 1987, p. 141 *)*[32]. Por outro lado, ações intencionadas podem conduzir a resultados não-intencionados, característica, aliás, muito comum no processo de mudança social ou de mudança espacial (Hãgerstrand, 1991 b, p. 113). O caso extremo, referido por P. Ricoeur (1986, p. 193) em seu livro Do *Texto à Ação, é* quando a ação se separa do agente desenvolvendo suas próprias consequências e produzindo efeitos não buscados[33]. Ao contrário da produção do conhecimento, impossível de separar do processo que lhe dá causa, no domínio da ação, lembra R. Guénon (1945, p. 61), "os resultados são sempre separados daquele que a produz", graças ao "caráter essencialmente momentâneo da ação".

Essa imprevisibilidade do resultado é denominada por Ricoeur (1986, p. 193) autonomia da ação. Uma razão pela qual não se pode prever completamente o resultado da açã o vem, exatamente,

---

[31]. "[...] Quando comentou (meu artigo. T. H.) 'Que há acerca...?', meu colega de Amsterdã Christian Van Paasen assinalou, com uma formulação feliz, que 'o homem como um sujeito reprodutor de significado é também um *veículo* físico do significado' (1976, p. 326). Vista dessa perspectiva, a sociedade não é só um conjunto de mentes e de papéis e instituições intangíveis em interseção. Mesmo se excluirmos o entorno das casas, a sociedade tem *corporeidade,* tal como claramente se expressa em palavras tão antigas como *somebody* e *anybody.* Noutras palavras, o significado e a matéria vão juntos na pessoa humana. A ação na paisagem, qualquer que seja o significado, é também matéria atuando sobe a matéria. *Vistas dessa perpectiva, as ações se convertem em trajetórias espaço-temporais da matéria.* Alguns casos simples podem refletir-se sobre o papel facilmente. No entanto, mais importante é que o olho interno aprende a ver os acontecimentos dessa forma e que não continua raciocinando dentro dos limites compreendidos pela conceptualização. Esse tipo de 'fisicalismo' está muito longe do significado original da palavra" (T. Hàgerstrand, 1989, 1991b, p. 114; Christian Van Paasen, 1976, pp. 324-341).

[32]. "[...] Os atores fazem as coisas como consequência de decisões. Estas são chamadas ações, e as decisões do ator desempenham importante papel em suas explicações. Os atores podem também fazer as coisas que não são consequência de decisões, e sua explicação assume uma forma totalmente distinta" [...]. "Naturalmente, Weber reconhece que muita ação humana não é racional e que a racionalidade está portanto sujeita a condições" (Hindess, 1987, p. 141).

[33]. "Da mesma forma que um texto se separa do seu autor, uma ação se separa do seu agente e desenvolve suas próprias consequências. Essa autonomização da ação humana constitui a dimensão social da ação. A ação é um fenómeno social não somente porque é obra de vários agentes, de tal sorte que o papel de cada um deles não pode distinguir-se do papel dos demais, mas também porque os nossos atos nos escapam e têm efeitos a que não visamos" (Paul Ricoeur, 1986, p. 193).

do fato de que a ação sempre se dá sobre o meio, combinação complexa e dinâmica, que tem o poder de deformar o impacto da ação. É como se a flecha do tempo se entortasse ao se encontrar como espaço. Segundo A. Moles (1974, p. 106), o "evento" seria, ele mesmo, uma interpretação dessa autonomia.

Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado no meio. Somente aí há o evento, não antes. Segundo Simmel (1903, p. 43) o *rendez-vous* tanto denota o encontro, quanto o lugar do encontro. Se aquele feixe de vetores pudesse ser parado no caminho, antes de se instalar, não haveria evento. A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto. Por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenómenos sociais.

A Inseparabilidade dos Objetos e das Ações

Em sua visão crítica da epistemologia da modernidade, B. Latour (1991, p, 174) mostra-se irónico ao lembrar que o modo "moderno" de ver as coisas nos levaria a admitir a sociedade como "o artefato simétrico da natureza, o que sobra quando arrancamos dela todos os objetos". Na verdade, porém, o que chamamos de sociedade somente adquire concretude quando a enxergamos simultaneamente como continente e como conteúdo dos objetos. E estes se individualizam e ganham expressão e significado, quando ao serviço da sociedade. Assim como posto por Whitehead (1919, p. 196), reconhecemos a vida específica de um objeto a partir do reconhecimento da natureza de sua relação com o evento que o situa.

A.A. Moles (1972) lembra que os objetos são duplamente mediadores, porque se colocam entre o homem e a sociedade e entre o homem e sua situação material. E, para Baudrillard (1973, p. 16), a descrição de um sistema de objetos depende da descrição de um sistema de práticas. Não basta definir os objetos em sistema. Temos de definir qual o sistema de práticas que sobre ele se exerce. Há uma interferência contínua entre os dois.

A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfologicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras.

Todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também, um novo arranjo

de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação. Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função. Aliás, Kant escrevia, já em 1802[34], que os objetos mudam e propõem diferentes geografias. Na realidade essa frase pode ser lida de duas maneiras. Primeiro, como ao longo do tempo surgem novos objetos, a cada momento a população de objetos se caracteriza como um conjunto de idades diferentes. A segunda maneira de interpretar essa frase vem do fato de que o mesmo objeto, ao longo do tempo, varia de significação. Se as suas proporções internas podem ser as mesmas, as relações externas estão sempre mudando. Há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inserido opera a sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro. Está sempre criando-se uma nova geografia.

A cada novo momento, impõe-se captar o que é mais característico do novo sistema de objetos e do novo sistema de ações. Os conjuntos formados por objetos novos e ações novas tendem a ser mais produtivos e constituem, num dado lugar, situações hegemónicas. Os novos sistemas de objetos põem-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para o seu exercício. Ações novas podem dar-se sobre velhos objetos, mas sua eficácia é, assim, limitada.

São as propriedades fundadoras de uma coisa que dizem como ela se relacionará com outras coisas. Lembremo-nos do pensamento de Hegel, para quem "[...] uma coisa tem propriedades; estas são, antes de tudo, suas relações com outras coisas" *(Ciência da Lógica*, T. l, Livro 2, pp. 148-149). Esta é a base em que os sistemas de objetos se constróem e obtêm um significado. E, como exprime Ernesto Laclau (1990, p. 109), ler os objetos equivale a reincluí-los no conjunto das condições relacionais. Essas condições relacionais incluem o espaço e se dão por intermédio do espaço. Nesse sentido é o espaço considerado em seu conjunto que redefine os objetos que o formam. Por isso, o objeto geográfico está sempre mudando de significação. É o que Laclau denomina "instabilidade dos objetos".

A afirmação do físico teórico D. Bohm (1959, p. 146), para quem uma coisa não pode existir à parte do contexto, é também válida para o espaço geográfico[35]. Uma geografia apenas interessada num determinado tipo de objetos (por exemplo, os tecnopolos) ou numa determinada idade dos objetos (por

---

[34]. "[...] os objetos mudam e criam diferentes geografias em diferentes épocas [...]" (Kant, 1802).

[35]. Não basta, todavia, considerar as qualidades empíricas, mas é indispensável pensar todo o conuunto de possibilidades de combinação com outros objetos, recomenda A. R. Moreno (1974, p. 72).

exemplo, os objetos tecnológicos atuais) não seria capaz de dar conta da realidade, que é total e jamais é homogénea[36].

Nesse caso, é pouco dizer, como M. Krampen (1979, p. 25), que o espaço pode ser visto como "um palco onde os humanos entram em relação com outros homens e com objetos". Muito menos aceitável seria admitir, com Henri Van Lier (1971, p. 137), ser o espaço um "sistema firme de referência [...] sugerido pelo fato de que as coisas mantêm, para dentro e para fora, relações precisas e constantes"[37]. Melhor seria afirmar, acompanhando Berry 8c Prakasa (1968, p. 21), que "a rede do espaço é uma série de redes interdependentes e superpostas, onde mudanças numa afetam as demais". Mas é indispensável precisar que as redes são também humanas, formadas, inseparavelmente, de objetos e ações.

Também não basta lembrar que o objeto se esconde porque, no dizer de G. Fisher, "não entendemos o interior das coisas" (1980, p. 90), e porque "não há mais visibilidade da significação técnica das coisas". É, justamente, a partir do conteúdo técnico dos objetos que começamos o seu aprendizado e enfrentamos a tarefa de sua compreensão. E. Subirats (1989, p. 102) considera que uma ordem nada misteriosa submete o objeto, já que, em última análise, os objetos dispõem de uma "definida transparência analítica e conceituai". E segundo Jacques Ellul (1964, p. 162) "a técnica demonstra, na prática, que o mistério não existe". Quando lhe indagamos o trabalho que ele pode fornecer, o objeto permite saber o que realmente ele é. O sentido do objeto aparece nas situações pragmáticas, segundo Henri Van Lier (1971, p. 137).

Mas atribuir um sentido aos objetos não será, também, uma metáfora? O objeto não tem vida própria, recorda-nos B. Ollman (1971, pp. 145-146). A partir da referência aos símbolos que encarnam, J. Baudrillard propõe resolver o problema já que, segundo ele, os objetos não têm existência fora das atividades simbólicas da sociedade (em M. Krampen, 1979, p. 7). Lugar de um trabalho simbólico, nele as necessidades encontram satisfação e, desse modo, as atividades simbólicas lhe concederiam existência. Discutindo essa proposta, A. Moles (1969 e 1973) prefere considerar que o significado do objeto provém de sua função.

Para alcançar o conhecimento, a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha, uma explicação. Nas palavras de G. Simmel, ela é indispensável ao conhecimento da vida[38], mas "a linguagem da forma é incompleta" (p. 17)[39]. A ideia de

---

[36]. Cabe aqui reproduzir a advertência de Georges Waysand (1974, p. 21): "Por mais novo que seja, nenhum objeto traz consigo, designado com antecedência, o lugar que ele ocupa ou ocupará no sistema económico". Acrescentemos: por mais antigo que seja um objeto, não indica, pela sua aparência e forma física, a função a que vai ser destinado.

[37]. "[...] as coisas mantêm, para dentro *e* para fora de si mesmas, relações suficientemente precisas e constantes para sugerir um sistema de referência firme: o espaço, que confirma decisivamente o abstraio e concreto como duas faces de uma mesma captação do real" (Henri Van Lier, "Objeto y Estética", Los Ofo/eíos, Buenos Aires, Comunicaciones, Editorial Tiempo Contemporâneo, 1971, p. 137; *Lês Objets, Communications,* 13,1969).

[38]. "[...] Primeiro, a vida como processo homogéneo e indiferenciado permanece inacessível à análise. A vida como tal não é um possível objeto de experiência ou conhecimento. Eis por que as formas são condições necessárias para a inteligibilidade da vida. Segundo, a vida multiforme encontra-se num estado de fluxo perpétuo. Está constantemente criando, aumentando e intensificando suas próprias potencialidades e energias. Simmel descreve às vezes esse aspecto definitivo da vida (p. 13) afirmando que a vida é essencialmente 'mais-vida'. A vida só tem exibido a tendência de se renovar pela produção de mais vida, e tem também a capacidade de se transcender pela criação de novas entidades que são 'mais-do-que-vida' (p. 14). Elas se tornam

que forma e vida são os pólos da produção do conhecimento é retomada por um grande número de pensadores. Entre eles, Cassirer, tanto no seu livro *As Formas Simbólicas,* quanto mais explicitamente em *The Logic ofthe Humanities,* considera necessário, para entender o mundo, trabalhar com os conceitos de Forma e Causa (1974, p. 159)[40]. Forma e causa, forma e vida, devem ser tomadas em sua unidade. Buscar interpretá-las separadamente pode conduzir a graves erros de julgamento, já que nem a forma, nem a vida têm existência autónoma. No seu livro *Forme etSens,* R. Ledrut (1984, p. 38) realça a inseparabilidade do continente e do conteúdo, quando assevera que a separação destrói a unidade de um e de outro.

A lógica do objeto provém de sua unidade. Quando alteramos a funcionalidade de alguma de suas partes, diminuímos sua eficácia e, mesmo, podemos adulterá-lo mortalmente, fazendo dele outra coisa.

A forma e o conteúdo somente existem separadamente como "verdades parciais", abstrações que somente reencontram seu valor quando vistos em conjunto (R. Ledrut, 1984, p. 32)[41]. A relação entre o continente e o conteúdo, entre a forma e o fundo, é muito mais do que uma simples relação funcional. Como nos lembra G. Simondon, "ela difunde uma influência do futuro sobre o presente, do virtual sobre o atual. Pois o fundo é o sistema das virtualidades, do potencial, das forças em movimento, enquanto as formas são o sistema da atualidade". Nós sabemos que, se as formas constituem o sistema da atualidade, é somente porque as ações nelas existentes são sempre atuais, e desse modo as renovam. O enfoque do espaço geográfico, como o resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permite transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente.

---

separadas do ritmo e do fluxo da vida adquirem propriedades estáveis que se tornam justapostas ao processo constantemente imutável da vida. Eis por que Simmel representa essas entidades como sendo mais que a própria vida. Embora sejam produtos da vida. Para articular essas duas propriedades das formas - sua fonte última nas energias da vida e sua emancipação final dessas energias -, Simmel chama às formas 'objetivações' da vida" (Guy Oakes, "Introduction", em Simmel, 1980, pp. 13-14).

[39]. "Dado que as formas criam mundos autónomos e irredutivelmente heterogéneos, não surpreende aprender que nenhuma forma *é* exaustiva. Nenhum esquema conceptual pode fornecer uma classificação completa da realidade. A linguagem de cada forma é incompleta. Por que isso? A discussão de Simmel desse problema *é* sempre estimulante e esclarecedora. Na análise final, porém, ela permanece inconclusa. O acesso conveniente a esse problema é propiciado por seu breve ensaio *On Aesthetic Quantities"* (Oakes, op. cif., 1980, p. 17).

[40]. "O conceito de forma e o conceito de causa constituem os dois pólos em torno dos quais gira a nossa compreensão do mundo. Ambos são indispensáveis para que nosso pensamento chegue ao estabelecimento de uma ordem do mundo fixa" (E. Cassirer, 1974, p. 159).

[41]. "Separar o continente e o conteúdo na vida social é uma operação que dissolve a Forma Social como tal e não nos dá senão uma Forma 'abstrata' ou 'formal'. No fundo temos com Durkheim e Simmel duas operações redutoras que pertencem simplesmente a dois níveis diferentes: uma - a de Durkheim - no nível 'físico', outra - a de Simmel - no nível 'lógico'. A forma social perde aí a sua realidade, pois é uma forma real que possui a sua materialidade, uma materialidade social. A dissociação entre continente e conteúdo nos extravia, porque não existe continente social separável do conteúdo salvo por uma abs-tração que destrói a unidade do continente e do conteúdo, sem a qual não existe realidade social. Essas duas 'abstrações' têm contudo uma verdade parcial que encontra o seu valor quando elas são situadas em seu nível e em seu conjunto relativamente às formas sociais reais" (R. Ledrut, 1984, p. 38).

Se o espaço é, como pretendemos, um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações, devemos causticar, com B. Latour (1991) em seu livro *Nous n'avons jamais été modernes*, o equívoco epistemológico, herdado da modernidade, de pretender trabalhar a partir de conceitos puros. De um lado, estaria Hobbes, fundador da ciência política e das ciências sociais e, de outro lado, encontraríamos Boyle, o grande autor das ciências naturais e exatas. Essa separação entre "um poder científico, representativo das coisas e um poder político, representativo dos sujeitos" é um dos pontos de partida do paradoxo moderno, "com a separação total entre natureza e cultura" (B. Latour, 1991, pp. 46-47). Na realidade, entretanto, insiste Latour (p. 108), não temos necessidade de amarrar nossas teorizações a duas formas puras: de um lado, o objeto e de outro, o sujeito-sociedade, já que "natureza e sociedade não são mais os termos explicativos, mas, ao contrário, requerem uma explicação conjunta" (Latour, 1989, p. 108).

Já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social. De fato, os objetos técnicos com que diariamente lidamos "não são carne nem peixe", eles são um ente intermediário em que se associam "homens, produtos, utensílios, máquinas, moedas..." (M. Akhrich, 1987, p. 50).

Seguindo a proposta de Michel Serres, indaga-nos Latour (1991, p. 73) por que, então, em nossa construção epistemológica não preferimos partir dos híbridos, em vez de partir da ideia de conceitos puros? Esta é, também, a posição de Hàgerstrand (1989, 1991b, p. 117) quando propõe tratar de forma simultânea o mundo da matéria e o mundo do significado humano.

Quando Simondon se refere ao papel exercido pelo fundo sobre as formas, poderia estar referindo-se à inseparabilidade do sistema de objetos e do sistema de ações, que elegemos como dados centrais de uma definição do espaço geográfico.

Essa mesma ordem de ideias é elaborada por Georges Balandier (1991), quando propõe a exploração e o reconhecimento desse universo atual tão movediço, no qual se inscrevem esses compostos de homens e de técnicas, esses mistos que fazem com que "a definição do social e dos modos de poder seja tão importante quanto o controle das técnicas" (G. Balandier, 1991, p. 9). Daí porque, já sugeria M. Godelier, nos anos 60 (1966, pp. 254-255), "todo sistema e toda estrutura devem ser abordados como realidades "mistas" e contraditórias de objetos e de relações que não podem existir separadamente". Para

ele, os mistos são um conjunto de objetos e de normas. Tais seres intermediários, como os autómatos, não pertencem à arte nem à natureza e se incluem no mundo dos seres acidentais, diverso do mundo dos seres naturais (Ph. Queau, 1987, p. 8).

Esses objetos não têm por si mesmos uma história, nem uma geografia. Tomados isoladamente em sua realidade corpórea, aparecem como portadores de diversas histórias individuais, a começar pela história de sua produção intelectual, fruto da imaginação científica do laboratório ou da imaginação intuitiva da experiência. Mas sua existência histórica depende de sua inserção numa série de eventos - uma ordem vertical - e sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos - uma ordem horizontal. Sua significação é sempre relativa.

Esses "quase-objetos estabilizados" de B. Latour (1991, p. 130) seriam os mesmos "objetos viventes" *("living objects")* ou "objetos expressando vida" *("objects expressing life")* de Whitehead (1919, p. 195-196) ou ainda esses "seres inorgânicos organizados" *("étants inorganiques organisés")* de que fala B. Stiegler (1994, p. 30).

Nossa proposta da noção de forma-conteúdo (Santos, 1978) é, em geografia, o correlato dessa ideia de mistos ou híbridos e, ao mesmo tempo, da ideia de forma "monumental" *("forme evénementielle")* de Diano (1994), noção talvez herdada de Aristóteles. A cada evento, a forma se recria. Assim, a forma-conteúdo não pode ser considerada, apenas, como forma, nem, apenas, como conteúdo. Ela significa que o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que é portador. Por outro lado, desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação, provinda desse encontro. Em termos de significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro, e, de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los separamente.

A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

UMA NECESSIDADE EPISTEMOLÓGICA: A DISTINÇÃO ENTRE PAISAGEM E ESPAÇO

Paisagem e espaço não são sinónimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.

A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente.

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistémico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.

O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem.

O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. No entanto, entre espaço e paisagem o acordo não é total, e a busca desse acordo é permanente; essa busca nunca chega a um fim.

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, *no momento atual, uma função atual,* como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual.

Segundo C. Reboratti (1993, p.17) "a paisagem humana é uma combinação de vários tempos presentes". Na verdade, paisagem e espaço são sempre uma espécie de palimpsesto onde, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe. O espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado e futuro.

Paisagem e espaço participam da condição daquelas coisas com "duplo rosto", a que se refere François Ricci (1974, p. 132). Diante delas, corremos o risco de não distinguir essas duas faces ou de separá-las de tal modo que acabamos por apenas considerar uma só face de cada vez. A operação só pode ser levada a bom termo quando "a face ignorada, mas não abolida, vem se impor, como face escondida sob a face reconhecida".

Tal preocupação já havia sido expressa no primeiro número da revista *Espaces-Temps* (n.° l, 1975, p. 26) em um artigo intitulado "La Géographie aux Champs", onde o autor (ou autores) pede que sejam

distinguidos "a paisagem percebida, cujo único elemento de unidade é o homem que percebe, e o espaço significativo de um fenómeno". Mas a ideia não parece ter prosperado, seja porque o espaço banal é frequentemente negligenciado (fala-se mais no espaço de um fenómeno do que no espaço de todos os fenómenos), seja porque a herança epistemológica da geografia constitui um obstáculo a um tratamento não dualista do problema[42]. E Pierre George (1974, p. 7) considera essa noção de paisagem, tal como utilizada correntemente, como "uma das ambiguidades da geografia, ciência bifronte, sempre tentada pela pesquisa das fontes da realidade que ela deve estudar"[43].

O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos. Sem dúvida, as formas são importantes. Essa materialidade sobrevive aos modos de produção que lhe deram origem ou aos momentos desses modos de produção. Mas, como lembra Bau-drillard (1973, p. 16), "a única coisa que nos dá conta do real não são as estruturas coerentes da técnica, mas as modalidades de incidência das práticas sobre as técnicas ou, mais exatamente, as modalidades de obstrução das técnicas pelas práticas".

Só por sua presença, os objetos técnicos não têm outro significado senão o paisagístico. Mas eles aí estão também em disponibilidade, à espera de um conteúdo social. Marx já dizia que "a economia política não é a tecnologia" *(Grundrisse,* Caderno M.). Se o homem, por seu trabalho - enquanto produtor, residente ou ocupante ocasional - não transmite vida à coisa, essa vida da qual somente ele é detentor, o objeto permanecerá sempre como tecnologia, e não como economia. Assim como as forças materiais naturais não se tornam produtivas senão pelo trabalho humano, no dizer de Jakubowsky (1971, p. 60), o mesmo se passa com as forças materiais sociais, criadas um dia pelo homem mediante o processo da produção, presente ou passada. Korsch (1967, p. 273, Ap. II) lembra a citação de Marx (nos *Manuscritos Económicos e Filosóficos)* da frase de Pecquer, "que falava da *virtude mágica* da fecundidade comunicada ao elemento morto da matéria pelo trabalho, isto é, pelo homem". Numa perspectiva lógica, a paisagem é já o espaço humano em perspectiva.

Durante a guerra fria, os laboratórios do Pentágono chegaram a cogitar da produção de um engenho, a bomba de nêutrons, capaz de aniquilar a vida humana em uma dada área, mas preservando todas as construções. O Presidente Kennedy afinal renunciou a levar a cabo esse projeto. Senão, o que na

---

[42]. "Cumpre pois distinguir entre a paisagem percebida, cujo único elemento de unidade é o homem que percebe, e o espaço significativo de um fenómeno, que-'ínterfere, é certo, nos demais espaços mais ou menos superpostos em lugares idênticos, mas sem criar um su-perespaço sintético qualquer, aquele que os geógrafos reivindicam, aquele que a excursão tradicional pretende estudar. Toda demanda de análise espacial é pois necessariamente invertida; já não se trata de partir de um espaço considerado como em si cujos fenómenos se estudam, mas de fenómenos que criam os seus espaços - eis por que gostaríamos de definir o nosso trabalho coletivo por temas, e não por lugares" ("La géographie aux champs", *Espaces-Temps,* n." l, outubro de 1975, p. 26).

[43]. Para Claude Raffestin (1979, p. 103), não é possível assimilar paisagem e espaço. Para ele, são finalmente duas coisas muito distanciadas uma da outra, dois signos que comunicam mensagens diferentes a uma mesma geoestrutura.

véspera seria ainda o *espaço*, após a temida explosão seria apenas *paisagem*. Não temos melhor imagem para mostrar a diferença entre esses dois conceitos.

Ao nosso ver, a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano.

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas - tornadas assim formas-conteúdo - podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço.

O seu caráter de palimpsesto, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois "essa imagem imobilizada de uma vez por todas" permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. O autor dessas palavras, o historiador Marc Bloch (1974, p. 49-50), é, por assim dizer, um dos criadores dessa geografia retrospectiva da qual F. Braudel (1949) nos dá um modelo definitivo em seu livro *La Mediterranée*.

M. Bloch nos põe em guarda contra o risco de querer impor essa imagem - oferecida pela paisagem - "a cada etapa do passado". O que temos diante de nós são apenas fragmentos materiais de um passado - de sucessivos passados - cuja simples recolagem não nos ajuda em muito. De fato, a paisagem permite apenas supor um passado. Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história pretérita da paisagem, mas a função da paisagem atual nos será dada por sua confrontação com a sociedade atual.

Enquanto simples materialidade, nenhuma parte da paisagem tem, em si, condições de provocar mudanças no conjunto. Conforme nos indicou Isachenko (1975, p. 635) "mesmo se todos os componentes da paisagem estão, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente relacionados, uma alteração verificada em uma dada relação não pode 'automaticamente' e 'sem delongas' afetar, na mesma proporção, todas as partes do sistema". Aliás, as mudanças são sempre conjuntas e cada aspecto ou parte é apenas uma peça, um dado, um elemento, no movimento do todo.

A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais. Assim, pode-se falar, com toda legitimidade, de um funcionamento da paisagem, como, aliás, foi proposto por C. A. F. Monteiro (1991). Se o conhecimento, como diz Whitehead (1938, p. 225), "nada mais é que a análise do funcionamento dos funcionamentos", então o conhecimento da

paisagem supõe a inclusão de seu funcionamento no funcionamento global da sociedade. A paisagem é testemunha da sucessão dos meios de trabalho[44], um resultado histórico acumulado. O espaço humano é a síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social.[45] O que nos interessa aqui mais de perto é que isto nos pode oferecer uma solução para o nosso problema epistemológico.

Marx havia sugerido que os fenómenos fossem considerados sob dois aspectos qualitativos, a saber: seja a partir de suas qualidades naturais, seja a partir de suas qualidades específicas. Kusmin (1974, pp. 72-73) retoma essa ideia e considera que, no primeiro caso, são os aspectos mais gerais e abstratos que primam, enquanto, na segunda hipótese, o fenómeno é visto como um elemento ou um componente de um dado sistema, isto é, como um fenómeno sistémico.

Considerada em si mesma, a paisagem é apenas uma abstração, apesar de sua concretude como coisa material. Sua realidade *é* histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social. Lembremos, aqui, a diferença, proposta, com variantes, por diversos autores, entre "existência substancial" e "existência relacional", duas formas complementares e opostas de manifestação da objetividade da natureza. Nessa mesma ordem de ideias, está a distinção feita por Marx e retomada por Kusmin (1974, p. 67) entre qualidades sociais de primeira ordem e qualidades sociais de segunda ordem.

> As qualidades sociais de primeira ordem são funcionais e materialmente sistémicas porque, de um lado, refletem certas demandas e estândares sociais e, de outro lado, tem uma forma objetiva compulsória e são, clara e inequivocamente, materializadas em coisas concretas individuais. Em contraste, as qualidades sociais de segunda ordem são sistémicas no sentido próprio da palavra. Elas não são diretamente materializadas em coisas individuais e exprimem as qualidades integrativas do todo social.

Pode-se pensar numa dialética entre a sociedade e o conjunto de formas espaciais, entre a sociedade e a paisagem? Ou a dialética se daria exclusivamente entre sociedade e espaço?

É a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente. Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem, é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética.

---

[44]. "A história nada mais é que a sucessão das várias gerações, cada uma das quais aproveita os materiais, os capitais, as forças de produção que lhe transmitem todas as anteriores, e assim, por um lado, continua em condições completamente mudadas a velha atividade e, por outro, modifica as velhas condições com uma atividade completamente mudada [...]" (Marx, I A 34 - trad. cit., p. 49, em Gyorgy Markus, 1973, nota 40, p. 85).

[45]. A frase de J. J. Goblot serve para definir tanto a marcha da produção quanto a história do espaço humano: "Tudo se passa como se a humanidade, para progredir, devesse a um tempo preservar a aquisição de sua história passada e livrar-se de seu peso: preservar, sob pena de voltar à estaca zero, a aquisição de seu desenvolvimento histórico anterior, romper com tudo o que, nesse desenvolvimento, era natureza e lhe exprimia os limites" (J. J. Goblot,*agosto de 1967, p. 20).

Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo.

Não existe dialética possível entre formas enquanto formas. Nem, a rigor, entre paisagem e sociedade. A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que, ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conte údo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas en contradas.

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os o bje-tos como realidade física, mas como realidade social, fornás-conteúdo. isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agi dos, isto é, portadores de ações concluídas mas ainda presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados.

A dialética se dá entre ações novas e uma "velha" situação, um presente inconcluso querendo realizar-se sobre um presente perfeito. A paisagem é apenas uma parte da situação. A situação como um todo é definida pela sociedade atual, *enquanto* sociedade e *como* espaço.

Em cada momento, em última análise, a sociedade está agindo sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente. A dialética, pois, não é entre sociedade e paisagem, mas entre sociedade e espaço. E vice-versa.

Segunda Parte

A PRODUÇÃO DAS FORMAS-CONTEÚDO

4

O ESPAÇO E A NOÇÃO DE TOTALIDADE

INTRODUÇÃO

A questão da totalidade tem sido enfrentada pela Geografia de maneira tímida. Não se pode dizer que a disciplina haja completamente abandonado esse tema. Mas, também, não se pode dizer que o tenha abordado de modo sistemático.

Duas são as versões mais frequentes no tratamento do problema. A primeira, e mais frequente, vem da vontade de tratar o fato geográfico como um "fato social total", à maneira de M. Mauss. A busca, geralmente, é a de reunir todos os elementos que definem uma região, ou um país, e de alinhar todos os fatores possíveis de uma dada situação local. Esse enfoque abre espaço para uma maré de ambiguidades. Quase sempre o lugar acaba sendo visto como se fosse autocontido. E os fatores considerados não são enxergados como o que eles realmente são, isto é, um sistema.

Por outro lado, a ideia de totalidade-mundo, não raro, inspira um fastidioso discurso filosófico e encontra, como solução epistemológica, o apelo à noção de sistema-mundo proposta por F. Braudel e vulgarizada por I. Wallerstein[46]. O principal escolho está em imaginar que esse quadro, preparado para emoldurar outras formas de ver a realidade, pode, tão simplesmente, ser atribuído ao fato geográfico. Quanto mais se procuram, na economia e em outras disciplinas, os aprofundamentos da ideia central de sistema-mundo, maior a dispersão e a distância quanto a uma proposta analiticamente válida. Ao nosso ver, a precedência que é dada à noção de sistema-mundo é uma dificuldade maior, já que

[46]. "O termo não significa que essas economias cubram o mundo, mas que são um mundo que tem por cacterísticas o ser centrado (em uma cidade), hierarquizado (em relação a zonas fracas) e com limites (que o separam das outras economias) que variam lentamente" (Yves Cohen, 1994, p. 104).

conduz a dois problemas. De um lado, a ideia de totalidade-mundo é reduzida a um dos seus aspectos e, de outro lado, o enfoque adotado conduz, geralmente, a análises externas ao fato geográfico, este ficando subjugado por alusões, comparações, analogias, metáforas, que, em nenhum caso, substituem a visão constitutiva do fenómeno.

Segundo R. Brunet (1962, p. 13) "o geógrafo se esforça por realizar o velho sonho do filósofo: apreender o real em sua totalidade". Mas não é essa a ambição correta. Cabe, sem dúvida, ao geógrafo propor uma visão totalizante do mundo, mas é indispensável que o faça a partir de sua própria província do saber, isto é, de um aspecto da realidade global. Para isso, a primeira tarefa é a construção de uma filosofia menor, isto é, uma metageografia que ofereça um sistema de conceitos capaz de reproduzir, na inteligência, as situações reais enxergadas do ponto de vista dessa província do saber. A primeira tarefa, sem a qual o requisito da pertinência não será atingido, é bem circunscrever o nosso objeto de trabalho.

Hoje, a questão se coloca com mais acuidade e mais urgência. O mundo se globaliza e há, mesmo, quem fale num espaço global. Se esta última asserção suscita dúvidas, não há como deixar de reconhecer a emergência dos espaços da globalização. Além disso, graças aos progressos conjuntos da ciência, da técnica e da informação, a noção de totalidade permite um tratamento objetivo. Pela primeira vez na história da humanidade, estamos convivendo com uma *universalidade empírica* (Santos, 1984). É, pois, urgente, e possível, retomar a questão, já que agora dispomos das condições históricas que permitem irver o assunto e avançar novos enfoques.

Recentemente esforços têm sido feitos para, explicita ou implicitamente, incorporar a ideia de totalidade à análise geográfica. Citemos, por exemplo, os estudos de R. Johnston &c P. Taylor (1986), R. Brunet & O. Dollfus (1990), R. Peet (1991) e os de Durand, Lévy, Retaillé (1992). Mas ainda não foi tirado todo proveito da noção de totalidade como categoria analítica capaz de ajudar a construir uma teoria e uma epistemologia do espaço geográfico.

Em nosso ponto de vista, um caminho seria partir da totalidade concreta como ela se apresenta neste período de globalização - uma totalidade empírica - para examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável.

Cumpre-nos, desse modo, retomar o conceito de totalidade, reexa-nínar as suas formas de aparência, reconhecer as suas metamorfoses e o seu processo e analisar as suas implicações com a própria existência do espaço. É o que pretendemos fazer a seguir.

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a f ilosofia, clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conh ecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais c que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes. A Totalidade B, ou seja o resultado do movimento de transformação da Totalidade A, divide -se novamente em partes. As partes correspondentes à Totalidade B já não são as mesmas partes correspondentes à Totalidade A. São diferentes. As partes de A (a^1 a^2 a^3 ... a^n) deixam de existir na totalidade B; é a Totalidade B, e apenas ela, que explica suas próprias partes, as partes de B (b^1 b^2 b^3 ... b"). E não são as partes a^1 a^2 a^3 ... que se transformam em b^1 b^2 b^3... , mas a totalidade A que se transforma em totalidade B.

Eis por que se diz que o Todo é maior que a soma de suas partes. Tomemos o caso de uma dada sociedade, uma Formação Social. O que a caracteriza no Tempo l não é aquilo que a define no Tempo 2. Imaginemos que ela dispõe de uma população global em crescimento, de uma população urbana em crescimento e de uma produção indus trial também em crescimento. No Tempo 2, encontraremos situações diferentes daquelas do Tempo 1. A população total já não é a mesma; a população urbana já não é a mesma; a produção industrial já não é a mesma. Assim, no momento B, imediatamente consecutivo ao mo-mento A, o Todo é diferente do Todo anterior. Mas trata-se de outra entidade? Ou estaremos diante da mesma sociedade em movimento?

Quando a sociedade muda, o conjunto de suas funções muda em quantidade e em qualidade. Tais funções se realizam onde as condições de instalação se apresentam como melhores. Mas essas áreas geográficas de realização concreta da totalidade social têm papel exclusivamente funcional, enquanto as mudanças são globais e estruturais e abrangem a sociedade total, isto é, o Mundo, ou a Formação Socioeconômi ca.

O aumento da população total, da população urbana e da pro dução industrial não se deve à influência do movimento próprio das parcelas localizadas nas diferentes regiões, mas ao movimento global decorrente das forças mais gerais responsáveis pela distr ibuição geográfica das diversas variáveis sobre o conjunto. Isto pode ser expresso em outros termos.

A totalidade é a realidade em sua integridade. Para Wittgenstein, no *Tractatus,* a realidade é a totalidade dos estados de coisas existentes, a totalidade das situações. A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento. No seu livro *Origem da Dialética,* L. Goldmann (1967, p. 94) nos diz que a totalidade é o "conjunto absoluto da s partes em relação mútua". É assim que a totalidade evolui ao mesmo tempo para tornar-se outra, e

continuar a ser totalidade. Essa totalidade do real, como quer Karpik (1972), compreende conjuntamente o Planeta, isto é, a natureza e a comunidade humana[47].

O processo histórico é um processo de complexificação. Desse modo, a totalidade se vai fazendo mais densa, mais complexa. Mas o universo não é desordenado. Daí a necessidade de buscar reconhecer a ordem no universo, este podendo ser visto como um todo estruturado do qual nos incumbe descobrir suas leis e estruturas internas, conforme ensinado por K. Kosik (1967), em sua *Dialética do Concreto.* A ordem buscada não é aquela com a qual organizo as coisas no meu espírito, mas a ordem que as coisas, elas próprias, têm. A isso se chama de totalidade concreta.

A CISÃO DA TOTALIDADE

É a realidade do todo o que buscamos apreender. Mas a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar, de novo, um outro todo. Como, desse modo, apreendê-lo?

A propósito da totalidade, Merleau-Ponty nos alerta para os riscos de trabalharmos com uma totalidade confusa, porque vazia. E Wittgenstein (1921,1961,4, 462) chama a atenção para os perigos de uma totalidade tautológica, em que as relações representacionais se cancelam mutuamente, porque sem referência à realidade.

Como, assim, enfrentar a árdua tarefa de entender a totalidade? A primeira noção a levar em conta é a de que o conhecimento pressupõe análise e a segunda noção essencial é a de que a análise pressupõe a divisão. Daí o interesse de compreender o processo pelo qual a totalidade é cindida. Em seu tratado *Elementorum Philoso-phia,* quando se refere ao Estado (2.ª e 3.ª partes: "Teoria do Homem e do Cidadão"), Thomas Hobbes diz que "tal como num relógio ou outro mecanismo algo complexo, é impossível saber com exatidão qual é a função de cada uma das peças e pequenas engrenagens, salvo desmontando o todo e estudando, um por um, a matéria, a forma e o movimento dos elementos [...]". Karel Kosik (1967, p. 30) considera a decomposição do todo como "o traço mais característico do conhecimento".

---

[47]. "[...] O leitor que nos seguiu até aqui, já compreendeu sem dúvida que a *totalidade,* em suas duas formas principais: o *universo e a comunidade humana,* constitui para nós a mais importante categoria filosófica, tanto no campo epistemológico, como no campo ético e estético; por outro lado, como Georg Lukács, não vemos nessa totalidade alguma coisa de já existente e de dado, mas somente um fim a ser atingido peia *afão,* única coisa capaz de criar a comunidade humana, o *nós,* e o conjunto do universo, o *cosmos"* (Lucien Goldmann, 1967, pp. 41-42).

O conhecimento da totalidade pressupõe, assim, sua divisão. O real é o processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento.

TOTALIDADE E TOTALIZAÇÃO

Uma forma de afrontar o problema é retomar de Sartre a distinção entre totalidade e totalização, a primeira sendo o resultado e a segunda o processo[48]. Na interpretação de Urs Jaeggi (1969, p. 52) a totalização compreenderia o passado, o presente, o futuro. Ou, em outras pala vras, a flecha do tempo somente se dá por intermédio de totalizações. E, segundo G. Gurvitch *(Cahiers de Sociologie,* 1971), não há para Sartre totalidades estáticas, mas apenas totalidades em movimento. Segundo Benetti (1974), a totalidade, produto de um movimento real, aparece, a cada momento, "como um conjunto inerte e um momento da totalização que está em curso".

Será adequado aproximar dessa noção a ideia de "espaço espacia -lizante e espaço espacializado", oferecida por Merleau-Ponty (1945, pp. 281-282) na *Phénomenologie de Ia Percept ion?* Ou retomar de Feuerbach as expressões *natura naturans, natura naturada,* esse par contraditório e complementar que revela a marcha da história e as relações da sociedade com o meio? Apenas, a natureza se tornando natureza e a natureza feita natureza já não são mais a natureza natu ral, mas a natureza historicizada. E não há precedência a buscar entre *natura naturans* e *natura naturata.* Cada qual, ao seu tempo, dá origem e explica a outra.

A totalidade estruturada é, ao mesmo tempo, uma totalidade "perfei ta", acabada, um resultado e uma totalidade *in-fieri,* em movimento, um processo. Em outras palavras, devemos distinguir a totalidade produzida e a totalidade em produção, mas as duas convivem, no mesmo momento e nos mesmos lugares. Para a análise geográfica, essa convergência e essa distinção são fundamentais ao encontro de um método.

A Totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, nos diz Sartre[49]. Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar -se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade no campo ou em qualquer outro recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento

---

[48]. "[...] A totalização, na verdade, não foi invenção de Sartre. Lefebvre já a distinguia da totalidade em seu ensaio de 1955 sobre o asunto e, de acordo com Georges Gurvitch [1962, p. 173], a palavra já havia sido usada por Proudhon em *De Ia création de 1'ordre dans l'humanité,* de 1843. Coube a Sartre entretanto elaborar em pormenores extraordinariamente ricos os processos de totalização e destotalização que constitu íam o que ele chamava de 'a inteligibilidade da Razão Dialética'. [Jean-Paul Sartre, *"Critique of Dialectical Reason", Theory of Practical Ensembles,* vol. l, London, Jonathan Lee, 1976, p. 46]" (Martin Jay, 1984, pp. 351-352).

[49]. "Para nós, a verdade é algo que se torna, ela *tem* e *terá* de tornar-se. É uma totalização que está sendo totalizada continuamente. Fatos isolados não significam nada; não são nem ver dadeiros nem falsos enquanto não são relacionados, pela mediação das diferentes totalidades parciais, à totalização em processo" (Sartre, *Search for a Method,* 1968, pp. 30-31).

permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço.

Se o ser é a existência em potência, segundo Sartre, e a" existência é o ser em ato, a sociedade seria, assim, o Ser e o espaço, a Existência. É o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como fenómeno.

Assim, o espaço, é, antes do mais, especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global. A produção em geral, a sociedade em geral, não são mais que um real abstrato, o real concreto sendo uma ação, relação ou produção específicas, cuja historicidade, isto é, cuja realização concreta somente pode dar-se no espaço. Por isso, como o afirma E. Dardel (1952, p. 59) "[...] o espaço terrestre aparece como a condição de realização de toda realidade histórica, como aquilo que lhe dá corpo e atribui um lugar a cada coisa existente. Pode-se dizer que é a Terra que *estabiliza* a existência".

A Precedência do Processo

O processo histórico é um processo de separação em coisas particulares, específicas. Cada nova totalização cria novos indivíduos e dá às velhas coisas um novo conteúdo. O processo de totalização conduz da velha à nova totalidade e constitui a base do conhecimento de ambas.

O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização.

O processo pelo qual o todo se torna um outro todo é um processo de desmanche, de fragmentação e de recomposição, um processo de análise e síntese ao mesmo tempo. Trata-se de um movimento pelo qual o único se torna múltiplo e vice-versa. "O múltiplo é o futuro do único", escreve Regis Debray (1991, p. 83). O todo múltiplo volta a ser único no momento seguinte, já um outro todo, pronto, também, para ser despedaçado[50].

A metamorfose do real-abstrato em real-concreto, da essência em existência, da potência em ato é, conseqüentemente, a metamorfose da unidade em multiplicidade.

Essa totalização, diz o Sartre dos *Problemas de Método* (1960), "está permanentemente em processo como História e como Verdade histórica". O existencialismo de Sartre receberia duas heranças de Hegel, na interpretação de H. E. Barnes (1963,1968, p. X): a verdade é algo que está

---

[50]. "[...] Não existe senão Uma Totalidade, que existe por si mesma e é um suporte para todos os outros atributos" (Spinoza, *Short Treatise,193Q, p.* 61).

sempre emergindo, a verdade tende a se tornar uma totalização. Parafraseando Lukács, é a *realidade do processo total* que constitui a realidade verdadeira. Como nos diz A. Badiou (1975, p. 61), o ser do estado transitório é o processo - um estado de divisão -, através do qual o todo é visto como cisão. "O movimento não é uma sucessão de unidades, mas um encadeamento de divisões".

O problema do tempo se levanta em toda plenitude, pois a "interpretação dinâmica dos fenómenos" sugerida por F. Riu (1968, p. 21) reside no reconhecimento do processo, que é a realidade definitiva. A coisa acabada nos dá uma cristalização do movimento, mas não a própria vida. A significação somente é obtida quando alcançamos entender o que Whitehead chama *"the specious Present"*, o presente iminente, inconcluso, não apenas projeto e não ainda realidade terminada. Para esse filósofo, a essência da existência reside na transição entre o já dado e a nova solução, pois o presente contém um apetite para um futuro não realizado. Também Lukács chama a atenção para esse momento de passagem, essa atualidade cuja percepção exige que o todo seja surpreendido em seu movimento. E a melhor maneira de surpreender esse movimento é observar a cisão da totalidade.

O UNIVERSAL E O PARTICULAR: A ATUALIDADE

A atualidade deve ser vista como realização do interesse objetivo do todo, através de fins particulares. O sentido da atualidade, diz Whitehead (1938, p. 128), vem do valor que as coisas têm para elas mesmas, para os outros e para o todo ("Every thing hás some value for itself, for others, and for the whole"). A atualidade é unidade do universal e do particular: este aparce como se fosse separado, existindo por si, mas é sustentado e contido no todo. O particular se origina no universal e dele depende. Daí o erro stalinista, apontado por J. J. Goblot (1967,

p. 16), de transportar o universal no particular e logo expulsar este último do universal; um enfoque "duplo e contraditório".

Inspiremo-nos em Cassirer (vol. l, 1953, 1965, p. 105) para considerar que o movimento da totalidade permite entendê-la, num primeiro momento, como uma integral e, num segundo momento, como uma diferencial. Enquanto integral, a totalidade é vista como algo uno e, frequentemente, *em abstraio.* Enquanto diferencial, ela é apreciada em suas manifestações particulares de forma, de função, de valor, de relação, isto é, *em concreto.*

A totalidade é, ao mesmo tempo, o real-abstratõ e o real-concreto. Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas. E a cada momento de sua evolução, a totalidade sofre uma nova metamorfose. Volta a ser real-abstrato.

O movimento que a transforma em multiplicidade individualiza a totalidade por meio das formas. Os *fragmentos* de totalidade assim tornados *objetivos* continuam a *integrar* a totalidade. Eles ocupam os objetos como sua essência e atividade, mas sempre como função da totalidade, que continua íntegra. Cada indivíduo é apenas um *modo* da totalidade, uma maneira de ser: ele reproduz o Todo e só tem existência real em relação ao Todo.

A TOTALIDADE COMO POSSIBILIDADE

O que Hegel descreve como a *Fenomenologia do Espírito é* a metamorfose da Ideia em Objeto e do Objeto em Ideia, através da experiência. Segundo Hegel, "o espírito torna-se um objeto, pois o espírito é o movimento de se tornar outra coisa para si mesmo, isto é, um objeto para si mesmo e, depois, sublimar esse estranhamento" (Hegel, *Pré face to Phenomenology,* III, 1. Kaufman, ed. 1966, p. 56). O que chamamos totalidade é a Ideia hegeliana. A fenomenologia é a transmutação do real-abstrato em real-concreto. E vice-versa. Essa metamorfose é permanente, porque a totalidade está em perpétuo movimento.

Segundo Aristóteles, na *Metafísica* (Livro III, cap. 6), todo ser em ato tem a potência, mas o que tem a potência nem sempre passa ao ato. Enquanto real-abstrato, a totalidade é *potência: é* através das formas que se torna *ato,* real-concreto. Para Aristóteles, a essência é o que um ser tem para fazer. O movimento da totalidade *é* também um movimento de busca da objetividade.

Assim, podemos conceber a totalidade como um todo de "essências" e como um todo de "existências", simultaneamente. O todo de essências, ainda irrealizado, é formado por Objetos Perfeitos. A palavra *Objeto é* aqui empregada na acepção que geralmente lhe dão os sociólogos, compreendendo tudo o que existe no mundo da concreção e no mundo da representação e do imaginário [51]. A palavra *Perfeito* se aplicará, aqui, a essas entidades, esses *objetos,* para considerá-los como plenos, isto é, com a plenitude de seu ser ou, em outras palavras, com um máximo de potência, um absoluto. Essas são possibilidades, como, por exemplo, uma técnica perfeita, um objeto técnico perfeito, uma ação perfeita, uma norma perfeita. São possibilidades ainda não colhidas pêlos atores, portanto são latências.

Meliujin (1963, p. 226) distingue entre possibilidade e realidade. Para ele, "a *possibilidade* representa uma tendência real, oculta nos objetos e fenómenos, que caracteriza as diversas direções no desenvolvimento do sistema. Já a *realidade é* tudo quanto existe objetivamente, como possibilidade realizada". Meliujin acrescenta: "Para que a possibilidade se transforme em realidade precisam-se de dois fatores na natureza: primeiro, a ação de leis objetivas, e segundo, a criação de condições propícias" (p. 227).

---

[51]. "Por 'objeto' entendo qualquer realidade, como: indivíduo, conceito, instituição, coisa [...]" (M. Godelier, 1972).

Então o mundo se dá como latência, como um conjunto de possibilidades que ficam por aí, vagando, até que, chamadas a se realizar, transformam-se em *extenso,* isto é, em qualidades e quantidades. Tais essências seriam, então, o Real Possível, possibilidades reais, e não ideais. Esse Real se dá como configuração viável da natureza e do espírito, em um dado momento: uma técnica nova ainda não historicizada, uma nova ação apenas pensada.

A totalidade como latência é dada pelas suas possibilidades reais mas histórica e geograficamente irrealizadas. Disponíveis até então, elas se tornam realizadas (historicizadas, geografizadas) através da ação. É a ação que une o Universal ao Particular. Levando o universal ao Lugar, cria uma particularidade. E esta sobreviva como Particular, ao movimento do Todo, para ser ultrapassada pêlos novos movimentos. A particularidade ultrapassada precede a universalidade atual e sucede à universalidade defunta. Há, pois, um movimento interativo no qual particularidade e universalidade fertilizam-se mutuamente.

As existências são manifestações particulares do Ser: este geneticamente precede a existência, como fonte de sua possibilidade. As existências são uma técnica em funcionamento, um objeto operacio-nalizado, uma ação historicizada e geografizada, uma norma em vigor como resultado de um jogo de forças possível, em um dado momento e lugar. Através do processo histórico, o todo de existências é dado como relatividade. Por exemplo, uma técnica é nominalmente plena, absoluta, mas raramente é usada em plenitude. Cada ator a toma segundo uma maneira. Teoricamente, ela é plena; na prática não o é. Através da fac-ticidade, passamos do "absoluto" irrealizado ao "relativo" realizado: para cada caso, uma certa combinação de quantidades e qualidades. De resto, essas combinações irão, por sua vez, condicionar as novas qualidades e quantidades possíveis. É o papel do contexto preexistente.

A particularidade resultante combina algumas das possibilidades atualmente oferecidas pelo Todo e mais o que resta da particularidade ultrapassada. Daí essa resistência do espaço quando do impacto dos novos eventos, esse papel de *inércia dinâmica* das formas-conteúdo[52].

Individuação, Objetivação, Espacialização: As Formas-Conteúdo

A totalidade (que é una) se realiza por impactos seletivos, nos quais algumas de suas possibilidades se tornam realidade. Pessoas, coletividades, classes, empresas, instituições se caracterizam, assim, por tais efeitos de especialização. O mesmo se dá com os lugares, definidos em

[52]. Essa noção de "inércia-dinâmica", juntamente com a ideia de "forma-conteúdo", é proposta notadamente em Santos, 1975, e Santos, 1984.

virtude dos impactos que acolhem. Essa seletividade tanto se dá no nível das formas, como no nível do conteúdo. O movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização.

A transformação do todo, que é uma integral, em suas partes - que são as suas *diferenciais,* dá-se, também, por uma distribuição ordenada, no espaço, dos impactos do Todo, por meio de suas variáveis. As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infra-estruturas. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular.

Assim, os lugares reproduzem o País e o Mundo segundo uma ordem[53]. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar. Trata-se de uma evolução diacrônica, consagrando mudanças não homólogas do valor relativo de cada variável. O desenvolvimento desigual e combinado é, pois, uma ordem, cuja inteligência é apenas possível mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade.

Mas, as "condições", as "circunstâncias", o meio histórico, que é também meio geográfico, devem paralelamente ser considerados, pois "não podem ser reduzidos à lógica universal". No exame do processo que levou a constituição de um evento, é insuficiente considerar, apenas, o universal, lembra J. J. Goblot (1967, p. 10), quando aconselha fazer encontrar, no mesmo objeto, a unidade com a diferença.

Não se pode, desse modo, considerar uma dialética que hierarquize estrutura (essência, totalidade nua) processo, função e forma segundo um movimento linear, ou de uma maneira unívoca pois, de um lado, a estrutura necessita da forma para tornar-se existência e, de outro lado, a forma-conteúdo tem um papel ativo no movimento do todo social.

Tomada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito, da dialética social. De acordo com Sartre *(Critique de La Raison Dialectique,* 1960, p. 139), "[...] o todo está inteiramente presente na parte como seu sentido atual e seu destino".

Essa visão renovada da dialética concreta abre novos caminhos para o entendimento do espaço, já que, desse modo, estaremos atribuindo um novo estatuto aos objetos geográficos, às paisagens, às configurações geográficas, à materialidade. Fica mais claro, desse modo, porque o espaço não é apenas

---

[53]. "[...] O lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global" (M. L. Silveira, 1993, pp. 204-205). "[...] O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular" (Ana Fani A. Carlos, 1993, p. 303).

um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos.

O Papel do Símbolo e da Ideologia no Movimento da Totalidade

Durante muito tempo, constituía uma necessidade opor essência e aparência. Esse caminho não é mais capaz de portar frutos, já que a ideologia é também essência, aparece como realidade e assim é vivida. Melhor, talvez, é opor e confrontar essência e existência, pois isso nos obriga a refazer o caminho que leva da essência à existência e no qual encontramos as coisas em movimento.

Assim como propôs J. Anderson (1973, p. 2), a ideologia não pode apenas ser vista em termos puramente subjetivos, como estando "toda apenas na cabeça" dos outros, mas também a partir de sua realidade concreta, fatual. A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. A ideologia é, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência, neste fim do século XX. Ela está na estrutura do mundo e também nas coisas. Ela é um fator constitutivo da história do presente.

A realidade inclui a ideologia e a ideologia é também real. A ideologia, outrora considerada como falsa, portanto não-real, de fato não é algo estranho à realidade, nem é aparência apenas. Ela é mais do que aparência, porque é real.

Quando, num lugar, a essência se transforma em existência, o todo em partes e, assim, a totalidade se dá de forma específica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos. Desse modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É asim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social. Nessas condições, a totalidade social é formada por mistos de "realidade" e "ideologia". É assim que a história se faz.

Não podemos, assim, pensar um objeto que seria constituído de uma parte "real" e de uma parte "falsa". Também não podemos pensar numa totalidade, numa estrutura, numa essência que seriam formadas de uma parte "real" e uma parte "falsa", separadas uma da outra. E mais: tanto essa parte dita real, como essa parte dita falsa da estrutura têm um papel motor e ... estrutural.

A ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real. Sendo, na origem, um real abstrato, cada vez mais se manifesta como real concreto, na medida em que a vida social se complica.

Mas, a ideologia toma o lugar do referido, na representação, mas não pode fazê-lo no movimento real (movimento do real e da ideologia conjuntamente), exatamente porque o símbolo, por sua própria natu-

reza, dispõe de autonomia. Com a sociedade em movimento - isto é, com a história se fazendo - o movimento do Todo é, ao mesmo tempo, movimento dos elementos de "verdade" e movimento dos elementos ideológicos.

Como escreve Cassirer (1957,1965, p. 282), "a questão da verdade parece somente aplicar-se para determinadas partes e não para o todo da realidade. Dentro desse todo, diferentes camadas de validez tornam-se evidentes e a realidade parece se separar brutalmente da aparência". Como, desse modo, enfrentar a tarefa da análise? As noções do real e simbólico, real e ideológico, essência e aparência guardam todo seu valor analítico, sua qualidade epistemológica. Para Eaton (1925,1964, p. 205) "[...] todo símbolo é equivalente a si mesmo e pode substituir a si mesmo em qualquer contexto sem alteração de sentido, pois cada símbolo apenas pode ter um sentido".

Quando a sociedade, a cada movimento, é cindida, o símbolo se destaca, se solta, do movimento geral e continua o mesmo que era no momento anterior. O presente une as coisas, mas o momento seguinte as separa, o que permite distingui-las. Cada símbolo guarda a mesma identidade, não importa qual seja o contexto, mesmo numa situação de movimento e mudança. Em outras palavras, o movimento da sociedade, isto é, o movimento da totalidade (e do espaço) modifica a significação de todas as variáveis constitutivas, também a do símbolo, porque este não segue o movimento.

Por isso mesmo, a cada nova divisão do trabalho, a cada nova transformação social, há, paralelamente, para os fabricantes de significados, uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo em que, aos outros, tornam-se possíveis o entendimento do processo e a busca de um sentido.

5

Da Diversificação da Natureza à Divisão Territorial do Trabalho

Introdução

A categoria divisão do trabalho pode ser mais largamente explorada nos estudos geográficos. Trata-se de combiná-la, mais sistematicamente, às noções de totalidade e de tempo, associando a ideia de distribuição de recursos à própria noção de evento. A divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial.

Da Diversificação da Natureza à Divisão do Trabalho

O mundo natural, mediante as trocas de energia entre os seus elementos, conhece um movimento perpétuo, pelo qual sua identidade se renova enquanto se modificam os seus aspectos. É o que Whitehead intitula *diversificação da natureza,* processo pelo qual se constituem entidades a que chama de elementos naturais, produtos cujas características derivam a cada movimento do respectivo modo de diversificação. A um modo de diversificação sucede um outro modo de diversificação. É assim que a natureza faz-se outra, enquanto mudam os seus aspectos e ela própria muda como um todo.

Kant já o havia assinalado, em sua *Cosmologia,* quando diz que "a criação jamais termina, jamais se completa. Uma vez iniciada, não pára. Está sempre ocupada, produzindo novos objetos, novos cenários, novos Mundos. O trabalho a que preside corresponde ao tempo que sobre ela se estende". É nesse mesmo sentido que o mesmo Kant afirma ser a História progresso infindo.

Para Whitehead (1919), "as mudanças de um objeto resultam das suas diversas relações com eventos diversos" (pp. 62-63), e, "sem os objetos, a comparação de um evento com outro seria intrinsecamente impossível". A tese de Whitehead supõe, desse modo, a reunião indissociável de objetos e eventos. É o seu processo de interação, num mesmo movimento, que cria e recria o espaço e o tempo. Para ele, "os objetos somente estão no espaço e no tempo por causa de suas relações com os eventos" (p. 63) já que, existindo por si só, o objeto é sem tempo e sem espaço (p. 63).

Segundo Collingwood (1946, p. 166), a teoria de Whitehead vê "a natureza como consistindo de padrões móveis, cujo movimento é essencial à sua existência". Esses padrões são analisados através do que Whitehead chama de "eventos ou ocasiões". Esses eventos e ocasiões coincidiriam com o que Alexander intitula ponto-instantes. E tanto Whitehead quanto Alexander, na opinião de Collingwood, admitem que, nas coisas complexas, são idênticas a essência e a estrutura (ou padrão, como prefere Alexander)[54]. Os diversos momentos da diversificação da natureza criam padrões específicos, que a definem.

Ao papel que, no mundo natural, é representado pela diversificação da natureza, propomos comparar o papel que, no mundo histórico, é representado pela divisão do trabalho. Esta, movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Assim, o mundo humano se renova e diversifica, isto é, reencontra a sua identidade e a sua unidade enquanto os seus aspectos se tornam outros. Nessa versão geográfica, as expressões "entidades" e "elementos naturais" da tese de Whitehead devem ser lidas como "lugares" em nossa versão disciplinar.

Quando a natureza ainda era inteiramente natural, teríamos, a rigor, uma diversificação da natureza em estado puro. O movimento das partes, causa e consequência de suas metamorfoses, deriva de um processo devido unicamente às energias naturais desencadeadas.

A primeira presença do homem é um fator novo na diversificação da natureza, pois ela atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social. Num primeiro momento, ainda não dotado de próteses que aumentem seu poder transformador e sua mobilidade, o homem é criador, mas subordinado. Depois, as invenções técnicas vão aumentando o poder de intervenção e a autonomia relativa do homem, ao mesmo tempo em que se vai ampliando a parte da "diversificação da natureza" socialmente construída.

As economias mundo de que fala Braudel marcam uma etapa importante nesse processo, já que as mudanças afetam cada vez mais lugares e não têm origem unicamente local. Com a marcha do capitalismo, amplia-se a tendência a que, sobre a diversificação da natureza, operada pelas forças naturais, se realize uma outra diversificação, também à escala global, mediante forças sociais. Primeiro, o "social" ficava nos interstícios; hoje é o "natural" que se aloja ou se refugia nos interstícios do social.

Com a indústria, esta tendência se acentua ainda mais, graças às técnicas que o homem passa a dispor, já que estas interferem em todas as fases do processo de produção, através das novas formas de

---

[54]. "Sua teoria da natureza assemelha-se muito à de Alexander. Para ele a natureza consiste em padrões móveis cujo movimento *é* essencial ao seu ser, e estes são analisados no que ele chama de eventos ou ocasiões, que correspondem aos pontos-instantes de Alexander. Mas, ao contrário de alguns que adotaram o seu método analítico, ele se recusa a acreditar que o ser ou essência real de uma coisa complexa seja descoberto pela análise dos eventos de que ele se compõe. A análise de fato revela os componentes, porém lhes desintegra a estrutura; e Whitehead partilha a visão de Alexander segundo a qual a essência de uma coisa complexa é idêntica à sua estrutura ou ao que Alexander chama de seu 'padrão'" {Collingwood, 1946, p. 166).

energia comandadas pelo homem. Hoje, o motor da divisão do trabalho, tornada claramente internacional, é a informação.

A diversificação da natureza é processo e resultado. A divisão inter nacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho. Sem dúvida, as duas situações se aparentam, embora mude a energia que as move. Por outro lado, a natureza é um processo repeti tivo, enquanto a divisão do trabalho é um processo progressivo.

Divisão do Trabalho e Repartição dos Recursos

A divisão do trabalho pode, também, ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente.

Os recursos do mundo constituem, juntos, uma totalidade. En tendemos, aqui, por recurso, a toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores. É a partir da distribuição desses dados que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu en-torno. Graças a essa ação transformadora, sempre presente a cada momento os recursos são outros, isto é, se renovam, criando outra constelação de dados, outra totalidade.

Também os recursos de um país formam uma totalidade. As diversas disciplinas buscam enumerá-los, segundo suas próprias classificações mais ou menos específicas, mais ou menos detalhadas e, até certo ponto, mais ou menos enganosas. Mas, de fato, nenhum recurso tem, por si mesmo, um valor absoluto, seja ele um estoque de produtos, de população, de emprego ou de inovações, ou uma soma de dinheiro. O valor real de cada um não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato de participar de um lugar. Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instru mento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenómeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifest a, juntamente com outras atividades.

Tal distribuição de atividades, isto é, tal distribuição da totalidade de recursos, resulta da divisão do trabalho. Esta é o valor que permite à totalidade dos recursos (mundial ou nacional) funcionalizar -se e ob-jetivar-se. Isso se dá em lugares. O espaço como um todo reúne todas essas formas locais de funcionalização e objetivação da totalidade.

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares. Visto pela ótica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogéneo e conjunto, "desigual e combinado". Não é um movimento unidirecional. Pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas é a divisão do trabalho que tem a precedência causal, na medida em que é ela a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis.

Vejamos o exemplo do dinheiro. Sabemos todos que a finança é um grande denominador comum, num mundo em que os bancos, tornados globais, incorporam e unificam a mais-valia, a partir de suas mais diversas manifestações, e independentemente do seu nível. Todos os tipos de lucro e de perdas são processados pelo sistema financeiro. Cabe-lhe recolher, qualificar e classificar tudo o que é financeiro, segundo sua própria interpretação da lei do valor e, afinal, através de reinversões, relocalizar o produto ao seu talante. Pela sua ação, os bancos são, hoje, um importante fator geográfico, graças à sua intervenção sobre a divisão do trabalho.

Mas os instrumentos financeiros, tornados bem mais numerosos, não são os mesmos segundo os lugares. Chamemos dinheiro a todos esses instrumentos, somente para simplificar nosso discurso. Pois o dinheiro aparece, nos diversos lugares, segundo diversas modalidades e tipos. A moeda nacional é a forma mais simples, mais banal, mais generalizada. É a forma por excelência ubíqua de dinheiro. Raro é hoje o lugar, em todo o mundo, onde não há circulação de dinheiro em sua forma-moeda nacional. Mas o dinheiro pode, também, circular com outras formas, como meda estrangeira, cheque, cartão de crédito local, nacional, internacional, duplicatas, notas promissórias, bónus, ações, obrigações, debêntures, *warrants,* aplicações, fundos, *open* e *over,* certificados e tantos outros produtos. Aliás, umas das formas superiores de inteligência financeira é, atualmente, a capacidade de inventar novos produtos.

Em contrapartida a essa multiplicidade de formas, estão a discrição e a seletividade de sua repartição geográfica. Os lugares também se distinguem em razão dos tipos de dinheiro susceptíveis de nele conviver. Não é em toda parte que podemos encontrar todos os dinheiros, cada lugar se caracterizando por uma determinada combinação, mais ou menos numerosa e rica, que é o fundamento de uma verdadeira hierarquia financeira entre lugares. Estatísticas mesmo simples permitem desenhar o respectivo mapa e reconhecer sobre o território áreas de densidade e áreas rarefeitas, quanto à circulação financeira[55].

Por isso, também, as formas de dinheiro que "correm" nesses lugares, "correm", na verdade, todas as noites para as metrópoles, onde são tratadas e metamorfoseadas. Esse dreno para o centro se

---

[55]. No caso do Brasil, somente São Paulo dispõe da totalidade dos instrumentos financeiros nacionalmente disponíveis. São Paulo recebe, de todo o país, todas as modalidades de dinheiro e as reenvia às outras áreas segundo as denominações que convêm aos seus bancos. Mas nem todos os lugares podem transacionar todas essas modalidades.

dá segundo um modelo hierárquico, correspondente à pujança espe cífica dos centros-relé. Estes são servidos por redes de computadores hierarquicamente localizados ao longo do sistema, que *é* ao mesmo tempo uma cadeia de captação e de distribuição. São as informações instantaneamente recolhidas nos centros de inteligência bancária que, cada dia, permitem tomar as decisões financeiras, até mesmo as de relocalização seletiva dos dinheiros.

Tal situação, para a quase totalidade dos atores sociais, constitui um limite a mais à sua capacidade de agir financeiramente, pois o simpies acesso físico *a* este ou àquele instrumento financeiro em boa parte depende do lugar em que se encontram. Em cada país, um só ou uns poucos lugares permitem a utilização de todas as formas financeiras possíveis. Aliás, os próprios países se distinguem entre eles pela respectiva típologia de instrumentos financeiros. Esse raciocínio, aliás, é válido para os outros dados da vida económica e social, pois todos são sujeitos à divisão territorial do trabalho. Essa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia ente lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições.

A divisão do trabalho supõe a existência de conflitos. Devemos levá-los em conta para empreender uma análise do fenómeno que seja válida. Entre esses conflitos, alguns são mais relevantes. O primeiro é a disputa entre o Estado e o Mercado. Mas não nos podemos referir a essas duas entidades como se fossem um dado maciço. Dentro do mercado, as diversas empresas, segundo a sua força, e segundo os res pectivos processos produtivos, induzem a uma divisão do trabalho que corresponde ao seu próprio interesse. E as diversas escalas do poder público também concorrem por uma organização do território adaptada às prerrogativas de cada qual. As modalidades de exercício da po lítica do poder público e da política das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modificá-la à sua imagem.

OS TEMPOS DA DIVISÃO DO TRABALHO

Pode-se falar em tempos da divisão do trabalho?

Um estudo da divisão do trabalho sob o enfoque do tempo, comporta, pelo menos, duas entradas, duas acepções. Uma delas analisaria as divisões do trabalho sucessivas, ao longo do tempo histórico uma cadeia das transformações ocorridas, suas causas e consequências, os períodos assim estabelec idos e a sua duração, os lugares de sua incidência. A outra entrada levaria a reconhecer as divisões do trabalho sobrepostas, num mesmo momento histórico. Este último enfoque é mais propriamente geográfico, obrigando ao casamento objetivo de noções frequentemente tão vagas como as de tempo e de espaço.

Cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. Comentemos duas situações. Lembremo-nos, em primeiro lugar, de que a cada

novo momento histórico muda a divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades, diversas. Em outra situação, consideremos, apenas, para fins analíticos, que, dentro do todo, em uma dada situação, cada agente promove sua própria divisão do trabalho. Num dado lugar, o trabalho é a somatória e a síntese desses trabalhos individuais a serem identificados de modo singular em cada momento histórico.

É neste último sentido que podemos dizer que cada divisão do trabalho *cria um tempo* seu próprio, diferente do tempo anterior. Isso, também, é muito geral, pois esse "tempo" acaba por ser abstrato, apenas ganhando concretude com a sua interpretação, na vida ativa, pêlos diversos agentes sociais. É assim que, a partir de cada agente, de cada classe ou grupo social, se estabelecem as *temporalidades* (interpretações, isto é, formas particulares de utilização daquele tempo geral, "temporalizações práticas" no dizer de J. -P. Sartre) que são a matriz das espacialidades vividas em cada lugar.

O tempo da divisão do trabalho vista genericamente seria o tempo do que vulgarmente chamamos de Modo de Produção. Aqueles elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo, à qual se referem, para serem contabilizados, os tempos relativos aos elementos mais "atrasados", heranças de modos de produção anteriores. Visto em sua particularidade - isto é, objetivado - e, portanto, com a sua cara geográfica, o tempo, ou melhor, as temporalidades, conduzem à noção de formação socioespacial (Santos, 1977). Nesta, os diversos tempos concorrentes trabalham conjuntamente e todos recobram sua completa significação a partir desse funcionamento e dessa existência conjunta.

As manifestações temporais e espaciais dessas divisões do trabalho sucessivas são tanto mais eficazes e visíveis quanto mais o tempo se divide. Ou, do ponto de vista da análise, quanto mais o tempo possa ser historicamente dividido em períodos e subperíodos pelo observador interessado. Agora, quando a história conhece uma formidável aceleração e, com o computador, a medida e a divisão do tempo se tornam mais possíveis[56], as consequências do ponto de vista da elaboração científica são palpáveis. Ficamos em medida de periodizar, mais acuradamente, os fenómenos, isto é, de efetuar mais divisões competentes do tempo e de melhor reconhecer as etapas e o sentido do acontecer histórico e do acontecer geográfico. A definição dos fenómenos fica mais fácil. Assim, nossa análise pode tornar-se mais fina e mais complexa, e, portanto, mais rica.

O computador e as demais conquistas da técnica são instrumentos essenciais para esse resultado, mas os períodos não são um fruto desse tempo homogéneo das máquinas, mas do tempo vivido das sociedades (mundial, nacional, local) que é dado pelas respectivas divisões do trabalho.

---

[56]. Enquanto A. Siegfried (1955, p. 160) dizia, dez anos após o fim da Segunda guerra mundial, que "nossa geração conta em minutos", quinze anos depois E. B. Parker (1970, p. 99) lembrava que "a escala do tempo dentro do computador se mede em termos de milissegundos".

É certo que estas últimas podem ser objeto de uma análise mais detalhada e precisa, a partir da apreciação dos conteúdos desses tempos abstratos dos relógios, hoje mais detalhistas e precisos. Mas, se essas partições fornecidas pela técnica condicionam o exercício de numerosas atividades particulares, isso não afeta a totalidade das atividades e muito menos da vida. Na interpretação das divisões do trabalho, sobretudo ao nível de um país - e, ainda melhor, de um lugar - devemos levar em conta os fatores não-técnicos e não-técnico-econômicos, cujo papel é crescentemente importante na produção dos comportamentos.

O Tempo do Mundo é o das empresas multinacionais e o das instituições supranacionais. O Tempo dos Estados-Nações é o tempo dos Estados nacionais e das grandes firmas nacionais: são os únicos a poder utilizar plenamente o território nacional com suas ações e os seus vetores. Entre esses dois, haveria um tempo regional - o das organizações regionais supranacionais - e mercados comum regionais, e, também, das culturas continentais ou subcontinentais. A escala logo abaixo do Estado-Nação é a dos subespaços nacionais, regiões e lugares, cujo tempo é o das empresas médias e pequenas e dos governos provinciais e locais. Mas qual a escala menor dos lugares, que lugar mereceria ser chamado o lugar mais pequeno?

Resta-nos consagrar mais alguns parágrafos à questão anteriormente levantada da sobreposição, em um mesmo ponto do tempo, de diversas divisões do trabalho. Isso equivale a discutir a presença, em um dado subespaço, de diversas escalas de tempo simultâneas.

Todos os lugares existem em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam, obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo. O tempo do mundo seria o tempo mais externo, abrangente de todos os espaços, independentemente de escala. Haveria, nessa hierarquia e nessa ordem, tempos do Estado-Nação e tempos dos lugares.

Há, aqui, dois problemas. Pode-se, em primeiro lugar, falar também de tempos supranacionais embora não mundiais, tempos continentais? Haveria um "tempo europeu", um "tempo africano" ou "sul-americano", um tempo dos mercados comuns regionais ou sub-regionais? Essa discussão merece ser feita, mas desde logo sabemos que apenas alguns vetores não-globais têm eficácia supranacinal. O segundo problema vem do fato de que a palavra *lugar* é, como outras do vocabulário geográfico, prenhe de ambiguidades, já que a região é, também, um lugar e a própria expressão *região* serve para designar extenções diferentes. Sabemos *a priori* que a dimensão geográfica do tempo mais externo é o mundo, mas não sabemos qual a extensão do tempo mais interno. Ainda que um método laboriosamente estabelecido pudesse permitir, *a posteriori*, reconhecer esse tempo interno mais pequeno, tal constatação não seria absoluta.

Não importa. O que é fundamental, aqui, não é propriamente o manejo de instrumentos de medida, mas o reconhecimento de que a cada lugar é teatro de tempos "externos" múltiplos. Na verdade, a partir do

tempo mundial, que é o tempo extenso absoluto, os outros tem pos comparecem como tempos internos. O tempo do Estado-Nação é interno em relação ao tempo mundial e externo em relação ao tempo das regiões e ao tempo dos lugares. E a partir do mais mínimo tempo interno - o lugar ou o ponto - todos os demais lhe são externos.

RUGOSIDADES DO ESPAÇO E DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A divisão social do trabalho é frequentemente considerada como a repartição (ou no Mundo, ou no Lugar) do trabalho vivo. Essa distribuição, vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho. Ess as duas formas de considerar a divisão do trabalho são complementares e interdepen dentes. Esse enfoque, todavia, não é suficiente, se não levarmos em conta que, além da divisão do trabalho vivo, há uma divisão territo rial do trabalho morto. A ação humana tanto depende do trabalho vivo como do trabalho morto. O trabalho morto, na forma de meio ambiente construído *(built environtnent)* tem um papel fundamental na repartição do trabalho vivo. Aliás, as feições naturais do território, cuja influência era determinante no início da história, têm, ainda hoje, influência sobre a maneira como se dá a divisão do trabalho. Formas naturais e formas artificiais são virtualidades, a utilizar ou não, mas cuja presença no processo de trabalho é importante (condicionada por sua própria estrutura interna). Marx *(Capital,* livro H, cap. VIII, I,'pp. 165-166) já havia chamado a atenção, no que toca à economia das nações. Falta realçar o seu papel na explicação geográfica.

A relevância dos fatores naturais tem sido tradicionalmen te objeto de atenção e as diversas propostas de explicação dessa influência alimentaram, durante este século, um vivo debate interno na geografia humana. Mas a questão do meio ambiente construído, tornada re centemente uma moda, está ainda muito longe de se esgotar e muito terá a ganhar se levarmos em conta o papel das formas no processo social.

Simmel, assim como Durkheim, havia proposto essa considera ção desde fins do século XIX. A noção de *prático-inerte* introduzida por Sartre é igualmente fundamental. O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas.

Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, prov enientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente constru ído incluem-se entre essas formas herdadas.

O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço -fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. Para o tempo atual, os restos do passado constituem aquela espécie de "escravidão das circunstâncias anteriores" de que falava John Stuart Mill. É nesse sentido que falamos da *inércia dinâmica* do espaço (Santos, 1985).

As divisões anteriores do trabalho permitem rever as formas herdadas segundo uma lógica que as restabelece no momento mesmo de sua produção. As rugosidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados.

O meio ambiente construído constitui um património que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais. Desse modo, o meio ambiente construído se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Esses conjuntos de formas ali estão à espera, prontos para eventualmente exercer funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura. O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas.

6

O TEMPO (OS EVENTOS) E O ESPAÇO

EVENTOS: OS NOMES, CARACTERÍSTICAS, TIPOLOGIA

No vocabulário corrente, a palavra *evento* ganha diferentes acepções e é utilizada em múltiplos sentidos. E nos dicionários filosóficos, o que aqui estamos considerando como evento aparece, também, com outros nomes.

Cada autor qualifica o vocábulo no interior do seu sistema de ideias. Onde Lefebvre escreve a palavra *momento,* Bachelard fala de *instante* e Whitehead de *ocasião.* Já para Russell (1948,1966, p. 289), um evento resulta de uma serie de instantes[57]. Assim, a sinonímia não é exata, mas a construção de uma teoria geográfica do evento pode utilizar tais vocábulos quase indiferentemente. É preciso, porém, que a teoria geográfica seja internamente coerente e, desse modo, atribua um valor próprio a esses termos.

No dizer de Lefebvre (1958, p.348), o momento é a tentativa visando à realização total de uma possibilidade. Essa possibilidade "se dá", ela "se descobre", e pode ser vivida como uma totalidade, o que significa realizá-la e esgotá-la[58].

Se consideramos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo.

O lugar é o depositário final, obrigatório, do evento. Segundo Eddington, um evento é "um instante do tempo e um ponto do espaço". Na verdade trata-se de um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço. Eddington (1968, p. 186) nos fala de ponto-evento como o conceito mais elementar

[57]. "Gostaríamos de definir 'instante' de tal modo que cada evento existisse numa série contínua e linear de instantes [...] Não devemos ver os instantes como algo independente dos eventos e que possa ser ocupado por estes como os chapéus ocupam os cabides. Somos pois compelidos a buscar uma definição que faça do instante uma estrutura composta de uma seleção adequada de eventos. Cada evento será parte integrante de muitas dessas estruturas, que serão instantes durante os quais ele existe: 'a' cada instante, que é uma estrutura da qual o evento faz parte" (Bertrand Russel, 1948, 1966, p. 287).

[58]. "A possibilidade se oferece; descobre-se; é determinada, conseqüentemente limitada e parcial. Querer vivê-la como totalidade significa, de fato, esgotá-la e preenchê-la ao mesmo tempo. O momento se pretende livremente total, ele se esgota enquanto vivido. Toda realização como totalidade implica uma ação constitutiva, um ato inaugural. Esse ato simultaneamente cria um sentido e o libera. Sobre o fundo incerto e transitório da cotidianidade, ele impõe uma estruturação. Assim, a cotidianidade que aparecia como 'real' (sólida e certa), revela-se incerta e transitória" (Lefebvre, 1958, p. 348).

numa teoria da natureza que leve em conta a relatividade. Um evento, para Eddington (p. 45), é exatamente "um ponto nesse espaço-tempo", "um dado instante em um dado lugar"[59]. O princípio da diferenciação deriva da combinação de uma ordem temporal e de uma ordem espacial.

Os eventos são, todos, Presente. Eles acontecem em um dado instante, uma fração de tempo que eles qualificam. Os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço. Em seu livro *A Phihsophy of Future*, Ernst Bloch (1963, 1970, p. 124) escreve que "o tempo somente *é* porque algo acontece, e onde algo acontece o tempo está" ("Time *is* only because something happens, and where something happens there time is"). O autor sublinhou a palavra é, nós sublinharíamos, também, a palavra *onde.*

São os eventos que criam o tempo, como portadores da ação presente (G. Schaltenbrand, 1973, p. 39). Ou, como escreve H. Focillon (1943, 1981, p. 99), o evento é uma noção que completa a noção de momento. Quando falamos num evento passado, é de sua presença anterior num dado ponto da flecha do tempo, de um "presente passado" que estamos falando. Quando falamos dum evento futuro, é de uma suposição que estamos falando, a suposição de que se realizará num presente futuro. Assim como escreve Whitehead (1919, p. 61), "os eventos são, essencialmente, elementos de atualidade" ("events are es-sentially elements of actuality"). Por isso, quando se dão, esgotam suas possibilidades. É nesse sentido que Whitehead diz que "eles passam". Os eventos não se repetem, diz B. Russell, o seu "caráter principal" sendo o fato de "poder situar-se com precisão nas coordenadas do espaço e do tempo" (A. Bosi, 1993). As circunstâncias não são as mesmas duas vezes, lembra Sir Lewis Namier (citado por Freeman, 1961, p. 77). Cada ato difere do precedente e do seguinte (G. Kubler, 1973, p. 105). É a sua singularidade (E. Morin, 1972, pp. 6-20).

Os eventos são, pois, todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história. Não há escapatória. É nesse sentido que Lefebvre (1958, pp. 346-347) falando em "momento" e Bachelard (1932, pp. 30-31) referindo-se ao "instante" os considera como um absoluto. Daí a sua eficácia e sua irreversibilidade. Essa ir-reversibilidade é o que dá a cada homem o "sentimento de aventura" diz o Sartre de *La Nausée* (1938, p. 85), quando ganhamos a certeza de que nenhum momento se repete, nem volta, e então decidimos agir dentro dessas "malhas estreitas".

Essa presença absoluta funda a eficácia do evento. Onde ele se instala, há mudança, pois o evento é uma brutalidade eficaz *(une brus-querie efficace)*, lembra Focillon *(Vie dês Formes*, 1943, 1981, p. 99).

---

[59]. "Na teoria da relatividade da natureza, o conceito mais elementar é o de *ponto-evento.* Em linguagem comum, um ponto-evento é um instante de tempo num dado ponto do espaço; mas isso representa apenas um aspecto da questão e não pode ser tomado como definição [...] O aglomerado de todos os pontos-eventos chama-se universo" (Eddington, 1968, p. 186).
"[...] combinando a ordenação temporal e a ordenação espacial dos eventos da natureza numa única ordem de quatro dimensões, não só obtemos uma maior simplicidade para fenómenos nos quais a separação entre tempo e espaço é irrelevante como entendemos melhor a natureza da diferenciação quando esta é relevante" (Eddington, 1968, p. 45).

Segundo P. Nora (1976, p. 191), não há diferença de natureza entre um acontecimento e uma crise, que ele considera como um complexo de acontecimentos. Por isso, a cada novo acontecer as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e também mudam sua significação. O que tem de ser explicado, diz S. Alexander (1936,1963, p. 16), é menos a novidade, mas a repetição, a regularidade, a uniformidade ("It is not novelty that calls for explanation só much as repetition, regularity, uniformity"). A repetição seria a exceção, o desvio, a anormalidade. A novidade é a essência da história, diz Whitehead.

Na verdade, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características. O problema havia sido exposto por Jean Brunhes, em sua *Geografia Humana,* quando se referiu a uma nova espécie de complicação resultante de diferentes fenómenos que se sucedem no curso do tempo no mesmo espaço. O cenário geográfico, acrescenta Brunhes, "permanece o mesmo, mas os homens que nele habitam passam por necessidades crescentes, mutáveis e crescentemente complexas". Há aqui uma certa confusão entre o "geográfico" e o "material", mas o que conta é a ideia inspiradora do texto. Faltava, também, como, aliás, continua faltando em geografia humana, a referência explicita ao evento, como uma categoria de análise.

Os eventos dissolvem as coisas (C. Diano, 1994, p. 91), eles dissolvem as identidades[60], propondo-nos outras, mostrando que não são fixas e por isso, segundo Deleuze (C. Boundas, 1993, p. 41), submetendo-nos ao "teste do saber". Diante da nova história e da nova geografia é o nosso saber que também se dissolve, cabendo-nos reconstituí-lo através da percepção do movimento conjunto das coisas e dos eventos.

Não há evento sem ator. Não há evento sem sujeito, lembra-nos C. Diano (1994, p. 66). Nesse sentido toda teoria da ação é, também, uma teoria do evento e vice-versa. Essa assimilação da ideia de evento e da ideia de ação é fundamental para a construção de uma teoria geográfica.

Uma análise do mundo que deseje levar em conta os eventos obriga-se, também, a diferenciá-los. G. Kubler (1973, p. 105) já o havia sugerido ao dizer que "não podemos apreender o universo se não o classificamos por tipos, em categorias, ordenando o fluxo infinito de acontecimentos não idênticos em um sistema finito de similitudes" ("nous ne pouvons saisir Punivers qu'en lê classant par types, en ordonnant lê déroulement infini d'événements non identiques en un système fini de similitudes").

Uma primeira distinção a estabelecer separaria os eventos naturais (a queda de um raio, o começo de uma chuva, um terremoto) dos eventos sociais ou históricos (a chegada de um trem, um comício, um acidente de automóvel). Os primeiros resultam do próprio movimento da natureza, isto é, da manifestação diversificada da energia natural. É assim que a natureza muda pela sua própria dinâmica. Já os eventos sociais resultam da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais. Aqui, é o movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação.

---

60. "[...] Cada instante, desde que se dá, destrói todo o resto" (G. Berger, 1964, p. 116).

A história da humanidade parte de um mundo de coisas em conflito para um mundo de ações em conflito. No início, as ações se instalavam nos interstícios das forças naturais, enquanto hoje é o natural que ocupa tais interstícios. Antes, a sociedade se instalava sobre lugares naturais, pouco modificados pelo homem, hoje, os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais, que alteram o valor, a significação dos acontecimentos naturais.

Os eventos históricos supõem a ação humana. De fato, evento e ação são sinónimos[61]. Desse modo, sua classificação é, também, uma classificação das ações. Os eventos também são ideias e não apenas fatos. Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade[62].

Podemos igualmente dividir os eventos em finitos e infinitos. Os primeiros resultam da distribuição de possibilidades ou recursos finitos: o tempo de cada qual (se escolho ir a um lugar, não posso ir a outro ao mesmo tempo); o dinheiro de que dispomos; a população de um país. Já há os eventos infinitos que resultariam da distribuição de possibilidades e recursos cujo uso não os esgota, sua distribuição podendo ser cumulativa e não competitiva, como no caso dos recursos finitos. Exemplos de eventos infinitos são a liberdade, a democracia, a informação geral.

Há acontecimentos que se dão sem plano algum, como que de surpresa. Outros são planejados[63]. E a vontade de determinar o futuro se explicita segundo diversos horizontes temporais, desde o curtíssimo ao mais longo prazo.

DURAÇÃO, EXTENSÃO, ESCALAS, SUPERPOSIÇÕES

O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. Daí decorre a ideia de duração, isto é, do lapso de tempo em que um dado evento, guardando suas características

---

[61]. Em seu artigo de 1973, publicado no livro organizado por J. Chorley com a preocupação de apresentar um paradigma para a geografia moderna, Brian Berry ocupa-se da noção de processo e se aproxima da questão do evento. Para ele, "as ações individuais contam-se às miríades, e é útil pensá-las como eventos que, em sequências repetitivas ou acumulativas, contribuem para os processos espaciais" (p. 17).

[62]. Dá-se, então, uma "exnovação", conforme a expressão da Escola de Lund, segundo Ma. Angeles Díaz de Munoz (1991, p. 146). No período atual, todos os lugares estão sujeitos a acolher exnovações e, graças aos constantes progressos técnicos e organizacionais, o número delas tende a aumentar em frequência e número para boa parcela dos lugares existentes.

[63]. Peter Arnett, que ficou famoso durante a Guerra do Golfo por suas transmissões televisivas, considera que "existem dois tipos de momentos históricos: os predeterminados, como as eleições na África do Sul, e os inesperados, em que a história surge diante de nossos olhos. No Vietnã, vivi alguns desses momentos: em 1965, na ofensiva do Têt, quando os comunistas provaram que não estavam mortos, e por ocasião da queda de Saigon, em 1975. Vi os americanos correndo como galinhas e o embaixador dos Estados Unidos fugindo de helicóptero. Ali, tive a impressão de estar escrevendo nossa história" (P. Arnett, "Hoje é mais perigoso cobrir uma guerra", entrevista a André Barcinski, *Jornal do Brasil,* 11/6/94, Caderno Ideias, p. 6).

constitucionais, tem presença eficaz. Isso é importante reconhecer, quando desejamos distinguir a ação de eventos consecutivos ou simultâneos.

Podemos admitir que, ao lado de uma duração natural, o evento também pode ter uma duração organizacional. A duração natural deriva da natureza original do evento, de suas qualidades individuais, de sua estrutura íntima. Mas, podemos, também, prolongá-lo, fazendo-o durar além de seu ímpeto próprio, mediante um principio de ordem. Em vez de ser deixado a si mesmo, altera-se o seu processo natural. Como também é possível limitar ou reduzir sua existência, amputando o seu período de ação, mediante um recurso organizacional. Uma lei, uma decisão governamental, uma portaria de um Banco Central, uma regra de um banco privado ou uma empresa são formas organizacionais que interferem na duração dos eventos, quando não a determinam diretamente.

Os eventos não se dão isoladamente mas em conjuntos sistémicos - verdadeiras "situações" - que são cada vez mais objeto de organização: na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação. Dessa organização vão depender, ao mesmo tempo, a duração e a amplitude do evento. Do nível da organização depende a escala de sua regulação e a incidência sobre a área de ocorrência do evento.

A fixação, pela autoridade nacional, de um calendário escolar, por exemplo, é um desses dados organizacionais que delimitam e qualificam o tempo social, ditando, de longe e de cima, a duração e o nível da atividade económica em bom número de centros de vilegiatura. O horário dos bancos modula os ritmos de atividade em outros ramos da vida económica.

Um dos elementos distintivos de nossa época é o papel onipresente da organização em todos os processos vitais. Foi Lucien Goldmajnn o primeiro talvez a identificar o capitalismo atual como um capitalismo de organização. O uso completo ou incompleto, absoluto ou relativo, eficaz ou ineficaz, rentável ou não, dos recursos e possibilidades e das formas em que se devem encaixar as determinações depende, em grande parte, dos modos de organização. A relação geográfica mais simples, a relação homem/terra, é cada vez menos determinada pelas características da área e pelo processo direto de produção, e cada vez mais um resultado do processo de organização da produção vista como um todo.

Considerando o tempo não apenas como transcurso ou intensidade, mas, igualmente, como extensão - ou espacialidade, dirão outros - ficamos perto de entender, de um ponto de vista geográfico, essa noção de extensão de um evento, já referida por Whitehead (1919) e outros filósofos.

Esse fenómeno é mais fácil de constatar no domínio dos eventos naturais. Qual a superfície atingida, num dado momento, por uma inundação? Que áreas registraram, num período dado, tal ou qual curva de temperatura?

No domínio da ação, isto é, dos eventos de natureza social, o mesmo fenómeno se dá, ainda que sua identificação seja menos fácil. É evidente que podemos traçar, sem maior dificuldade, áreas de pre-

sença, única ou compartida, absoluta ou relativa, de um determinado produto agrícola ou uma dada produção industrial ou de serviços, sua área de ocorrência.

A dificuldade, aqui, se localiza na busca de uma explicação. Haveria que distinguir entre os fatores propriamente organizacionais, e os fatores propriamente técnicos, lembrando, porém, que, atualmente, uns e outros tendem a se confundir. Os fatores técnicos podem ser postos em paralelo com os dados propriamente naturais da duração dos eventos do mundo físico. Uma determinada espécie vegetal, digamos uma variedade de milho ou de trigo, tem leis de comportamento ligadas à sua própria natureza. Assim como a potência de um motor na determinação da velocidade. Mas o rendimento final vai depender da organização da produção. O difícil, frequentemente, é saber que características "naturais" ou técnicas induzem determinadas formas organizacionais e vice-versa.

Se o evento não é o equivalente de localização, como quer M. Escolar (1992, p. 42), o conteúdo das diversas áreas tem o que ver com a natureza dos eventos que nela se estendem. Vejamos, aqui, um exemplo retirado da economia. Cada produto é condutor de certos *fins*, relacionados com suas características "técnicas" e "organizacionais". Entre as características técnicas, distintas segundo o tipo de produto, estão o seu processo produtivo (incluindo a qualidade dos insumos, seus problemas de conservação e escoamento, sua relação física com o mercado etc.), características que também se traduzem em termos de tempo. Tais condições não se dão de modo absoluto, sendo moduladas pêlos vetores propriamente "organizativos": políticas de crédito, fiscal, tarifária e de preços mínimos, estocagem e transportes, acessibilidade e qualidade da informação e da assistência técnica, preços internacionais, formas especulativas, valor externo da moeda etc.

As áreas de ocorrência podem ter conteúdos parecidos, mas nunca idênticos. Pensemos no ar de família, que nos oferecem, por exemplo, plantações de milho ou de trigo. Mas o conteúdo não é o mesmo. Cada área constitui uma situação particular. Cada lugar é uma combinação quantitativa e qualitativamente específica de vetores (sementes melhores ou menos boas; mais ou menos adubos; chegada pontual ou tardia de crédito e seus custos diversos; irrigação em tempo ou atrasada; transporte mais ou menos acessível e mais ou menos adequado; mão-de-obra disponível ou não, treinada ou não; informação em tempo real ou defasada.

Não basta, desse modo, fazer uma referência genérica à área de produção de trigo ou de milho. É indispensável referir a uma área determinada, onde, junto à produção específica de milho ou de trigo, diversos outros eventos se juntam, formando uma combinação coerente e ocupando uma determinada extensão. A noção de situação, utilizada em filosofia e em sociologia, pode, em geografia, ser assimilada à noção de área de ocorrência, tal como aqui estamos tentando defini-la.

Essa combinação de fins e de meios, de objetivos finais ejobjetivos intermediários, muda ao longo do tempo. Por isso também muda a superfície de incidência, a área de ocorrência, a situação e sua extensão.

Vista desse modo, a escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local.

Que forças são capazes de produzir eventos que incidam, num mesmo momento, sobre áreas extensas?

A primeira delas é o Estado, pelo seu "uso legítimo da força", encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre outras macroorganizações. Nem as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais têm esse poder. Se estas podem colher indiretamente resultados globais, seus efeitos diretos são sobretudo pontuais ou lineares.

As autoridades "intermediárias" (províncias, regiões, áreas metropolitanas) exercem seu papel de produtoras "oficiais" de eventos, mas sobre superfícies menores que o território nacional.

A noção de escala se aplica aos eventos segundo duas acepções. A primeira é a escala da "origem" das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do seu impacto, de sua realização. Além do mais, os eventos históricos não se dão isoladamente. Esse não-isolamento se traduz por dois tipos de solidariedade. O primeiro tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum.

No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenómeno. Aliás, a palavra *escala* deveria ser reservada a essa área de ocorrência e é nesse sentido que se pode dizer que a escala é um dado temporal e não propriamente espacial; ou, ainda melhor, que a escala varia com o tempo, já que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos.

Quanto à escala das forças operantes, devemos levar em conta o lugar geográfico ou económico ou político de onde atuam as variáveis. Por exemplo, um evento mundial se origina numa empresa multinacional, num banco transnacional, numa instituição supranacional. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional criam eventos mundiais. E nas respectivas dimensões territoriais, há eventos nacionais, regionais, locais.

Assim, a escala de origem do evento tem o que ver com a força do seu emissor. É raro que o governador de um estado ou o prefeito de um município tenham condições para criar outra coisa além de, respectivamente, eventos regionais ou locais. Enquanto isso, no âmbito geográfico de uma região ou de um

lugar, as escalas superiores de ação estão frequentemente enviando vetores. Esses vetores ele diferentes níveis hierárquicos se combinam para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que é a sua escala de realização.

Será mesmo adequado distinguir os eventos segundo a escala de sua origem e segundo a escala de sua incidência ou eficácia? No primeiro caso pensamos nos eventos como fluxos. E aqui caberia indagar se existe mesmo um fluxo-evento mundial? No segundo caso, ao falarmos de incidência dos eventos, a consideração do mundo é também sujeita a caução. Através do seu poder de império, um país pode tornar ou deixar de tomar decisões que alteram o acontecer dentro de suas fronteiras. O mesmo se pode dizer de qualquer outra entidade cujo poder se exerça sobre uma totalidade: de pessoas, de empresas, de instituições, de relações, de lugares, por exemplo, entidades regionais (como estados federados; regiões autónomas, províncias) ou entidades locais (municípios, comunas, regiões metropolitanas). Mas uma empresa multinacional não tem diretamente poder sobre a totalidade mundial de empresas. E os próprios organismos supranacionais têm influência relativa sobre o mundo tomado como um todo.

Mas há ações capazes de ter efeitos de abrangência,mundial, no sentido de que, num dado momento, sua eficácia se faz sentir além dos níveis local, regional ou nacional, interessando pontos numerosos situados em diversos países e continentes. É só nesse sentido que se pode falar em eventos mundiais, eventos nacionais, eventos regionais e eventos locais. Pode-se, mesmo, falar em superposição de eventos?

Enquanto Alexander se refere a um ponto-instante, Eddington nos fala de um ponto-evento. E Bachelard nos aconselha considerar o instante como um ponto do espaço-tempo. Não é apenas um ponto no tempo e um ponto no espaço, mas um ponto do espaço-tempo. O instante de Bachelard se situa no ponto de união do lugar e do presente. *Hic et nunc é* a expressão de que se vale. O instante não é aqui e amanhã, não é lá e hoje; ele é aqui e agora[64]. É também nesse sentido que para Whitehead um evento é o que ele é, quando ele é e como ele é, o que o circunscreve igualmente no tempo e no espaço.

E. C. Diano (1994, pp. 67-79) assevera que "não são o *aqui* e o *agora* que localizam e temporalizam o evento, mas o evento,. que temporaliza o *nunc* e localiza o *hic"*. Ele insiste em dizer que "não há evento senão no lugar preciso em que estou e no instante preciso em que o reconheço".

Alinhados cronologicamente, os eventos se sucedem uns aos outros. Daí poder-se falar numa ordem de eventos, sua ordem temporal. Segundo Eddington (1968, p. 36), essa ordem é quadrupla, porque podemos arranjar os eventos segundo quatro modalidades: à direita e à esquerda, adiante (na frente) e atrás, em cima e em baixo, antes e depois. Se, de início, alguém pode considerar essas quatro ordens

[64]. E Bachelard (1932, p. 301) nos ensina que "é necessário considerar o ser como uma síntese apoiada simultaneamente no espaço e no tempo. Ele se encontra no ponto de confluência do lugar e do presente: *hic et nunc,* e não aqui e amanhã, e não lá e hoje".

como independentes, logo depois tentará combinar algumas delas... É assim, diz Eddington, que se começa a distinguir entre tempo e espaço (Eddington, 1968, p. 36).

Mas os eventos não se dão isoladamente. Quando consideramos o acontecer conjunto de numerosos eventos, cuja ordem e duração não são as mesmas, verificamos que eles se superpõem. Esse conjunto de eventos é também um evento, do qual os eventos singulares que o formam são elem entos. Não é apenas uma superposição, mas uma combinação, pois a natureza da resultante é diversa da soma das partes constitutivas. Outra fosse a ordem da combinação, outro o ponto em que se verifica, e outro seria o resultado. Quando B. Russell (1948, 1966, p. 287) distingue o evento como uma série de instantes, poderia estar-se referindo a esse dado de interesse geográfico.

É assim também que deve ser entendido o Henri Focillon de *Vie dês Formes,* quando ele considera o evento como um nó, um lugar de encon tro. É como se o evento amarrasse essas diversas manifestações do presente, unificando esses instantes atuais através de um verdadeiro processo químico em que perdem suas qualidades originais para par ticipar da produção de uma nova entidade que já aparece com suas próprias qualidades.

Para Whitehead *(The Concept ofNature,* 1920, 1971, p. 34), "a passagem dos eventos e a extensão de uns eventos sobre outros são as qualidades de que se originam, como abstrações, o tempo e o espaço" e "a teoria reclama que sej amos conscientes dessas duas relações funda mentais, a ordem temporal dos instantes e a relação entre os instantes do tempo e os estados da natureza que acontecem nesses instantes".

Para Whitehead, o evento exerce essa função de relação, dando lugar a "uma fusão de ocasiões atuais, inter-relacionadas numa de terminada maneira e numa dada extensão" (em Leslie Paul, 1961, p. 126)[65]. A noção de escala do acontecer pode assim ser fundida com a noção de escala geográfica. Podemos admitir que cada combinação de eventos ao mesmo tempo cria um fenómeno unitário, unitariamente dotado de extensão e se impõe sobre uma área, necessária à sua atu -ação solidária. Vem daí o papel central que a noção de evento pode representar na contribuição da geografia à formulação de uma teoria social. É através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos, lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço.

Os eventos são atuais, absolutos, individualizados, finitos, su cessivos. Mas na medida em que se estendem uns sobre os outros, parti cipando uns dos outros, eles estão criando a continuidade do mundo

[65]. "[...] Como, então, a entidade real se relaciona com o mundo movediço e fhiltável que observamos? Aqui Whitehead introduz o 'evento', atribuindo-lhe a função conectiva que Russell já lhe atribuíra. Descreve -o como um 'nexo' de ocasiões reais, inter-relacionadas de alguma forma num *quantutn* extensivo. O evento possibilita a experiência da extensão no tempo. O caminho de um corpo em movimento ou de uma molécula, por exemplo, não é em si mesmo uma ocasião real, 'devendo portanto ser algum tipo de nexo de ocasiões reais'. Os eventos se sobrepõem. Estendem-se para outros eventos e passam a fazer parte deles. Fornecem a continuidade óbvia do mundo vivo e movediço, Por isso diz Whitehead que 'a Natureza se faz conhecida para nossa experiência como um complexo de eventos que passam e não, cumpre notar, como um complexo de entidades reais que desaparecem'" (Leslie Paul, 1961, p. 126).

vivente e em movimento (Leslie Paul, 1961, p. 126), ou, em outras palavras, a continuidade temporal e a coerência espacial. É assim que as situações geográficas se criam e recriam.

O Tempo como Intérprete da Realidade dos Objetos

Do ponto de vista do evento, é, também, necessário discernir entre a existência do objeto e o valor do objeto. O objeto tem uma realidade *per* se, que vem da sua constituição material. Um objeto tomado isoladamente tem um valor como coisa, mas o seu valor como dado social vem de sua existência relacional. É o caráter contingente do ser dos objetos de que fala E. Laclau (1990, p. 119).

As formas asseguram a continuidade do tempo mas o fazem através da sucessão dos eventos, que mudam o seu sentido. O objeto tem autonomia de existência, devida à sua existência corpórea, mas não tem autonomia de significação, já o vimos. "A mudança em um objeto vem das diferentes relações que mantém com os diversos eventos", diz Whitehead (1919, p. 63). É desse modo que o espaço testemunha a realização da história, sendo, a um só tempo, passado, presente e futuro. Ou como escreve E. Relph (1976, p. 125): "os lugares são, eles próprios expressão atual de experiências e eventos passados e de esperanças no futuro".

Devemos, pois, distinguir entre ser objeto e valer como objeto, como nos propõe V. de M. Vilhena (1979, p, 195). Essa valoração do objeto está ligada à maneira como a sociedade dele se utiliza. Kubler distingue entre valor absoluto e valor sistemático. O primeiro procede do que o objeto é em si mesmo, e o valor sistemático vem da consideração desse objeto dentro de um sistema de objetos (1973, p. 140). De um lado, o valor do objeto em forma absoluta envolve as suas características intrínsecas, os seus atributos, o que se pode esperar dele, que tipo de esforço ele pede, que tipo de trabalho pode oferecer. De outro lado, o valor sistemático do objeto supõe uma análise ou uma síntese: se partimos do existente: uma síntese, se desejamos propor uma outra forma de utilização do objeto.

Kluber sugere que se trabalhe com três coordenadas, a coordenada do lugar, a coordenada da idade, e a coordenada de sequência. A primeira porque todo objeto toma um lugar, que é tanto mais nítido quanto ele é mais fixo. O lugar de uma barragem é muito mais especificamente seu do que o lugar de uma geladeira. Mas os objetos também têm uma idade, que é seu conteúdo temporal (S. Alexander, 1963, p. 12). Como enfrentarmos essa questão? O objeto tem a idade da técnica que lhe deu origem, quer dizer, um objeto cibernético é jovem, enquanto a pedra lascada ou a pedra polida são velhíssimos objetos. Mas essa idade expressa em termos absolutos é a idade do objeto fora de contexto.

Todavia, o objeto existe geograficamente em um lugar e, no momento em que nele se instala, ganha uma outra certidão de idade. O fato da inserção em um determinado meio é diferente do fato de

existir de forma absoluta como possibilidade de geografização ainda não realizada. Por exemplo, um edifício de quarenta andares tem uma idade, que é a idade do primeiro objeto de quarenta andares construído no mundo ou no país. Mas esse edifício também terá uma idade num lugar A ou B, exatamente em função do momento em que foi incluído nesse meio. Na realidade, haveria diversas idades para cada um e para todos os objetos: o momento dos modos de produção quando, no mundo, aparece a possibilidade de criar tal ou qual objeto; o momento da formação social quando esse objeto é inserido num país; e um terceiro momento, em que o objeto é localizado num lugar preciso.

Haveria mais um elemento importante a considerar, numa interpretação geográfica de uma outra ideia de Kubler, que é a noção de sequência. O que podemos considerar como sequência, quando queremos entender a produção do espaço? A história real de vida dos lugares mostra que os objetos são inseridos num meio segundo uma ordem, uma sequência, que acaba por determinar um sentido àquele meio. É diferente se, numa rua, criamos primeiro um edifício ou se a asfaltamos, se criamos antes a rua asfaltada e depois melhoramos as infra-estruturas subterrâneas, se estabelecemos primeiro a escola ou o hospital, o hospital ou o banco. O resultado das combinações não é o mesmo, segundo a ordem verificada.

A ideia de tempo é inseparável da ideia dos objetos e de seu valor. Mas existem complicações porque não se conhece *a priori* a duração - moral e física - das coisas, dos instrumentos de trabalho. A duração física não pode ser completamente conhecida com anterioridade, porque o comportamento dos objetos em tal ou qual meio é apenas imaginado em função da resistência dos materiais, mas só depois que um objeto é instalado e utilizado é que sabemos quanto tempo dura aquela estrutura inicial. Muito mais difícil é discutir sobre a idade social do objeto. o envelhecimento moral depende de um jogo de fatores que não é conhecido *ex ante*, somente *ex post.* Por isso, Laclau fala do caráter histórico contingente do ser dos objetos (1990, pp. 118-119).

A conexão existente entre os objetos é dada pêlos eventos, isto é, o tempo se fazendo empírico, para poder encontrar os objetos. Os eventos são todos filhos do mundo, seus intérpretes atentos, suas manifes-tações particulares. O mundo em movimento supõe uma permanente redistribuição dos eventos, materiais ou não, com uma valorização diferencial dos lugares. A base mesma da geografia é que o mundo está sempre redistribuindo-se, se regeografizando. Em cada momento, a unidade do mundo produz a diversidade dos lugares.

É o *instante* que valoriza diferentemente os objetos. A cada momento muda o *valor* da totalidade (quantidade, qualidade, funcionalidade) isto é, mudam os processos que asseguram a incidência do acontecer, e muda a função das coisas, isto é, seu valor específico. O valor total das coisas se modifica, a cada momento, arrastando a alteração do valor de cada coisa. Tal distribuição de valores não é aleatória. Ela revela as determinações pelas quais a realidade total vai mudando para se encaixar nas formas

preexistentes ou criadas. O modelo sistemas de objetos/sistemas de ações somente se entende como um modelo espaço-temporal.

DIACRONIA E SINCRONIA: O EIXO DAS SUCESSÕES E O DAS COEXISTÊNCIAS

Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos, aqui, o eixo das coexistências.

Os fluxos não têm a mesma rapidez. A velocidade de uma carta não é a de um telegrama, um telex, um fax. Os homens não percorrem as mesmas distâncias no mesmo tempo, dependendo dos meios com que contam. Mas, no espaço geográfico, se as temporalidades não são as mesmas, para os diversos agentes sociais, elas todavia se dão de modo simultâneo. Constatamos, de um lado, uma assincronia na sequência temporal dos diversos vetores e, de outro lado, a sincronia de sua existência comum, num dado momento. O entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências.

Cada ação se dá segundo o seu tempo; as diversas ações se dão conjuntamente. Objetivos particulares, que são individuais, funcionalmente perceptíveis, fundem-se num objetivo comum, mas dificilmente discernível. A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum se realiza no espaço, seja qual for a escala - do lugarejo, da grande cidade, da região do país inteiro, do mundo. A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular. Segundo'Leibniz (1695), o espaço é a ordem das coexistências possíveis.

O tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo.

Se o evento esgota as suas próprias possibilidades, jamais ele esgota ou utiliza todas as possibilidades oferecidas pelo mundo. O evento se inscreve na totalidade característica de um determinado momento, mas o faz como uma parte do todo. É nesse sentido que devemos interpretar a frase de Lefebvre (1958, p. 348) quando ele diz que a possibilidade vivida em cada evento é "limitada e parcial". Não se trata, porém, a partir daí, de procurar uma medida da sua completude ou incompletu-de ou de sua eficácia em função do elenco total de possibilidades. Seu destino é realizar a totalidade na particularidade, viver plenamente e ativamente essa particularidade e assim contribuir à permanência do todo, deixando-o renascer com novas características.

É apenas nesse sentido que se pode dizer que um evento é uma causa de outro evento. De fato, só a totalidade em movimento cria novos eventos. Mas a totalidade em movimento também inclui as ações tornadas possíveis em um lugar particular, a partir do qual acabam por influenciar outros lugares. E as ações não são indiferentes à realidade do espaço, pois a própria localização dos eventos é condicionada pela estrutura do lugar. É talvez nesse sentido que se deve ler a afirmação de Whitehead em *Modes ofThought* (1938, p. 226), ao dizer que "o mundo preexistente como um todo conspira para produzir uma nova ocasião"[66]. Assim como as ações não têm existência independentemente dos objetos a que dão vida, também os eventos não ganham realidade fora dessa associação com os objetos.

No começo da história, somente eventos físicos eram universais. Um exemplo é marcante, o dos climas. Os chamados climas continentais, regionais, locais, têm um comportamento mundial. Os fatos humanos tiveram, primeiro, uma incidência local. A ampliação de sua pertinência se deu lentamente. Foram necessários milhares de anos para que se registrassem eventos geograficamente mais amplos, com a emergência das economias-mundo, tal como definidas por F. Braudel, isto é, conjuntos de economias, geograficamente distantes, mas vivendo em intercâmbio. E somente há poucos decénios o processo de internacionalização alcança o nível atual de globalização. Somente agora pode-se, verdadeiramente, falar de eventos históricos globais.

Como lembrou Simmel (1916, 1980, p. 134), nosso pensamento padece de incompletude, quando buscamos reconhecer o processo em que o conteúdo de um evento se inscreve na totalidade cósmica. Hoje, graças aos progressos técnicos e à mundialização da economia, a existência, ainda que

[66]. "Assim, como que exposta na essência fundamental de nossa experiência, a conjunção das coisas envolve alguma doutrina de imanência mútua. Em um ou outro sentido, essa continuidade de realidades do mundo significa que cada acontecimento é um fator na natureza de cada outro acontecimento. Afinal, essa é a única maneira de entendermos noções habitualmente empregadas na vida diária. Consideremos a noção de 'causação'. Como poderá um evento ser causa de outro? Em primeiro lugar, nenhum evento é por inteiro e exclusivamente a causa de outro evento. Todo o mundo anterior conspira para engendrar uma nova ocasião. Mas certas ocasiões condicionam amplamente a formação das que se lhes seguem. Como entender esse processo de condicionamento?" (Whitehead, 1938, pp. 225-226).

incompleta, de uma comunidade humana universal (tal como proposta por L. Goldmann, 1967, p. 41) permite reconhecer, em cada acontecer, uma fagulha do mundo.

Em nosso tempo atual, e graças à globalização da divisão internacional do trabalho, a universalidade abrange também os fatos do homem. E isso se dá ao mesmo tempo em que o homem se torna capaz de gerar eventos naturais e de produzir fatos físicos ou então de mudar, por sua ação, a significação, o alcance, as consequências dos fenómenos naturais, incluindo-os na corrente de uma história humana universalizada.

Agora, cabe retomar, com ainda mais força, a asseveração de Wittgenstein (1961, p. 5) para quem o mundo é constituído pela totalidade de eventos e não de coisas (L. Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus*, London, Routledge and Kegan Paul, 1961). Ou, como, na mesma direção, se exprime B. Russell (1974, p. 209): "O Mundo que a teoria da relatividade oferece à nossa imaginação não *é* tanto um mundo de 'coisas' em 'movimento' mas um mundo de acontecimentos". Ao se realizarem simultaneamente, numa dada etapa da flecha do tempo, os eventos constituem, segundo Whitehead (1938, pp. 225-226) "[...] a comunidade das atualidades no mundo". Para Eddington (1968, p. 168) "o agregado de todos os pontos-eventos tem um nome: o mundo".

O que dá universalidade aos eventos não é apenas o seu acontecer mas sua imbricação. O que é universal é a sua trama diz V. Li Carrillo (1968, p. 7). Em sua *Crítica de Ia Razón Dialéctica* (1970, vol. l, p. 11) Sartre nos recorda de que "os fatos não são aparições isoladas, eles se produzem conjuntamente na unidade superior de um todo. Eles estão unidos entre si por laços internos e a presença de cada um modifica os demais em sua natureza profunda". Não apenas um evento sucede outro, como "um evento é causa de outro" escreveu Whitehead (Mo-*des ofThought*, 1938, p. 225), acrescentando que "cada acontecer é um fator na natureza de todo outro acontecer".

Isso o evento deve exatamente a preeminência dos seus dois níveis de existência: o global e o local. Ainda com Whitehead (1938, p. 225) aprendemos que "nenhum acontecimento pode ser sozinho, nem completamente, a causa de outro evento (... no event can be wholly and solely the cause of another event)".

Um evento é a causa do outro, mas o faz pela via do universo, com a intermediação da totalidade, conforme à totalidade[67]. Isto tanto se dá com os grandes fatores de mudança global, como em níveis inferiores e em episódios banais. Uma modificação em um quarteirão afeta outros e não só os vizinhos. Melhorar o trânsito em uma área repercute em outras positivamente ou negativamente caso não sejam alterados o traçado das vias ou a estrutura do movimento. Criar um sinal luminoso em um cruzamento repercute quilómetros mais longe.

---

[67]. "[...] Se aceitarmos que os eventos conhecidos da história constituem estruturas exaustivas nas sequências causais, então a totalidade desses eventos constitui o único complexo que possibilita a compreensão de cada evento isolado" (G. Simmel, *The Problem ofHistorical Time,* 1980, p. 131).

Não basta analisar eventos isoladamente, se não desintegramos sua estrutura, isto é, seu padrão, nos adverte Alexander. Se os eventos se dão em padrões, Collingwood nos pede não esquecer de que, na natureza e na sociedade, esses padrões são móveis (Collingwood, 1946, p. 166), isto é, padrões que estão sempre mudando para oferecer uma nova trama e uma nova verdade. Assim como disse Alain Gras, "a verdade não está no céu absoluto das essências, mas na trama complexa dos próprios acontecimentos" (citado em Victor Li Carrillo, 1968, p. 9).

É assim que o mundo pode ser visto como um caleidoscópio de situ ações, permitindo encarar, sob esse prisma, uma definição atual dos su-bespaços e o processo histórico que leva à sua existência e evolução.

Segundo a admirável expressão de Leslie Paul (1961, p. 125), o evento é "uma gota de existência" e "repete no microcosmo o que o universo é no macrocosmo". Daí a lição de G. Simmel (1980, p. 131), para quem somente a totalidade dos eventos permite entender um evento individual. Os eventos são individuais, mas não há eventos isolados. Eles são inter-relacionados e interdependentes e é nessas con dições que participam de situações. Na realidade, somente há situações porque os eventos se sucedem, ao mesmo tempo em que se superpõem e interdependem.

A interdependência dos eventos se dá em vários níveis. Todavia, dois desses níveis são os mais relevantes, ao menos do ponto de vista geográfico: o nível do mundo e o nível do lug ar. Consideremos que o acontecer, isto é, os eventos, são consequência da existência dos ho mens sobre a Terra, agindo para realizar o Mundo. Onde escrevemos homens, leia-se, também, Estados, empresas, instituições de toda na - tureza, entidades que são, jun tamente com os indivíduos, capazes de ação. Lembremos que ação e evento são movimentos imbricados.

Na era da globalização mais do que antes, os eventos são, pois, globalmente solidários, pela sua origem primeira, seu motor último. Para agir, os homens não saem do mundo, mas, ao contrário, é dele que retiram as possibilidades, a serem realizadas nos lugares. Nestes, eventos simples são amalgamados, formando *situações.* Por isso, mediante sua realização concreta, os eventos são localmente solidários. As diversas situações são resultantes do acontecer solidário. É assim que a integração entre o universal e o individual ganha um novo conteúdo histórico em nosso mundo atual.

Estas são, em última análise, as duas formas essenciais de inter dependência e simultanei dade dos eventos. Segundo Einstein (1905, 1923), "todos os nossos julgamentos nos quais o tempo desempenha um papel são sempre julgamentos de *eventos simultâneos"*[68]. Mas cuidado. Eddington (1968, p. 51) nos chama a atenção para o fato de que "[...] a simult aneidade dos eventos em diferentes lugares nenhum significado absoluto tem". E Whitehead *(Modes ofThought*, 1938, pp. 229-230) nos recorda de que "[...] cada ocasião, embora engajada em sua imediata auto -realização é concernida pelo universo...".

---

[68]. Essa ideia de Einstein está em seu artigo "On the Electrodynamics of Moving Bodies", A. *d. Phys.* 17, 1905, e também em *The Principie of Relativity,* 1923, p. 39, citado por Lancelot Law White, 1974, p. 32.

O nível global e o nível local do acontecer são conjuntamente essenciais ao entendimento do Mundo e do Lugar. Mas o acontecer local é referido (em última instância) ao acontecer mundial. Desde o nascimento, o acontecimento se inclui num sistema para o qual atrai o objeto que ele acabou de habitar. O acontecimento é a cristalização de um momento da totalidade em processo de totalização. Isso quer dizer que outros acontecimentos, levados pelo mesmo movimento, se inserem em outros objetos no mesmo momento. Em conjunto, esses acontecimentos reproduzem a totalidade; por isso são complementares e se explicam entre si. Cada evento é um fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo.

O Processo Espacial: O Acontecer Solidário

Comecemos por admitir que o planeta, como entidade material e humana, é uma totalidade, e que em cada um dos seus momentos, a história também é uma totalidade. Ambos, então, planeta e história, seriam realidades que permanentemente se transformam, para tornar-se, outra vez, planeta e história, ou, parafraseando Sartre, totalidades em permanente processo de totalização. A divisão internacional do trabalho pode ser considerada a energia desse movimento. Com a aceleração a que assistimos, produto da evolução concomitante da ciência, de técnica e da informação, os chamados "momentos" da divisão do trabalho se tornaram muito mais numerosos. A cada momento, é como se a totalidade se estivesse cindindo, para reconstituir-se no momento seguinte, onde uma nova cisão renova o movimento. Não distinguiríamos entre unidade e diversidade, se não soubéssemos que a unidade é o próprio do planeta e da história e a diversidade é o próprio dos lugares. Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. A região e o lugar, aliás, definem-se como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente.

A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os considerarmos à parte da totalidade. Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente etc., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos. A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular. Sua significação é dada pela totalidade de recursos e muda conforme o movimento histórico.

Tanto a região quanto o lugar são subespaços subordinados às mesmas leis gerais de evolução, onde o tempo empiricizado entra como condição de *possibilidade* e a entidade geográfica preexistente entra como condição de *oportunidade*. A cada temporalização prática corresponde uma espacialização prática, que desrespeita as solidariedades e os limites anteriores e cria novos. A distinção entre lugar e região passa a ser menos relevante do que antes, quando se trabalhava com uma concepção hierárquica e

geométrica onde o lugar devia ocupar uma extensão do espaço geográfico menor que *a* região. Na realidade, a região pode ser considerada como um lugar, desde que a regra da unidade, e da continuidade do acontecer histórico se verifique. E os lugares - veja-se o exemplo das cidades grandes - também podem ser regiões.

Nos dois casos, trata-se de um acontecer solidário, que define um subespaço, região ou lugar. A noção, aqui, de solidariedade, é aquela encontrada em Durkheim e não tem conotação moral, chamando a atenção para a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum.

Esse acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares, se apresenta sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico.

Numa região agrícola, esse acontecer solidário é homologo. Mas, numa mesma cidade, dominada por uma mesma produção industrial, é possível identificar esse acontecer homólogo. Nas relações entre a cidade e o campo, ele é complementar como também, nas relações interurbanas. E há, também, o acontecer hierárquico, resultante das ordens e da informação provenientes de um lugar e realizando-se em um outro, como trabalho. É a outra cara do sistema urbano. Não é que haja um lugar comandando um outro, senão como metáfora. Mas os limites à escolha de comportamentos num lugar podem ser devidos a interesses sediados em um outro.

O acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Finalmente, o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados.

Em todos os casos, a informação joga um papel parecido àquele que, no passado remoto, era reservado à energia. Antigamente, o que reunia as diferentes porções de um território, era a energia, em estado bruto, oriunda dos próprios processos naturais. Ao longo da história, é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território.

No caso do acontecer homólogo e do acontecer complementar isto é, nas áreas de produção homóloga no campo ou de produção homóloga na cidade, o território atual é marcado por um cotidiano compartido mediante regras que são localmente formuladas ou reformuladas. Neste caso, as informações utilizadas tendem a se generalizar horizontalmente. Quanto ao acontecer hierárquico, trata-se, ao contrário, de um cotidiano comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder.

No acontecer homólogo e no acontecer complementar, temos o domínio de forças localmente centrípetas, enquanto no acontecer hierárquico o domínio é de forças centrífugas. Neste último caso, também há, sem dúvida, centripetismo, mas é um centripetismo do outro.

Na primeira hipótese (acontecer homólogo e acontecer complementar) temos a primazia das formas com a relevância das técnicas. No caso do acontecer hierárquico, temos a primazia das normas, e a relevância aqui não é da técnica, mas da política.

Tanto o acontecer homólogo quanto o acontecer complementar supõem uma extensão contínua, na cidade e no campo sendo a contiguidade o fundamento da solidariedade. Já no caso do acontecer hierárquico, as relações podem ser pontuais. Aqui, a solidariedade independe da contiguidade. É a diferença entre proximidade espacial e proximidade organizacional (Laurent Gille, 1987).

No primeiro caso, a co-presença é uma causa ou um efeito da ação. No segundo, trata-se de teleação (A. A. Moles, 1974), aquela presença de corpos ausentes, para utilizar uma imagem do poeta Paul Valéry. No primeiro caso, criam-se o que chamamos de *horizontalidades* e, no segundo caso, o que chamamos de *verticalidades.* Esses são os novos recortes territoriais, na era da globalização (Santos, 1994).

Como vimos anteriormente, a territorialidade do acontecer histórico está sempre mudando, levando à criação e à recriação daquilo a que Hàgerstrand, num dos capítulos esparsos de sua *Geografia do Tempo,* chama de "domínios". Em cada momento, há sempre um mosaico de subespaços, cobrindo inteiramente a superfície da Terra e cujo desenho é fornecido pelo curso da história: a escala deixa de ser uma noção geométrica para ser condicionada pelo tempo.